

PLATÔ

Drogas & Políticas



[v.6_n.6] OUTUBRO_2024
REVISTA DA PLATAFORMA
BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS

{Redução de Danos: notas para esperar}

PLATÔ *Drogas & Políticas*

[v.6_n.6]

OUTUBRO_2024

EXPEDIENTE

{PLATÔ REDUÇÃO DE DANOS 2024}

EDITORA Luana Malheiro

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Carol Godefroid [[@pirodeimagem](#)]

ARTE DA CAPA Letícia Carvalho [[@leticafe](#)]

REVISÃO DE TEXTO Mei Hua Soares

SECRETARIA OPERATIVA

COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Chico Cordeiro

COORDENAÇÃO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Helena Fonseca Rodrigues e Michel Marques

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Luana Malheiro

COORDENAÇÃO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Nathália Oliveira

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Renato Filev

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Tatiana Diniz

GESTÃO DE REDES SOCIAIS

Kyalene Mesquita

COMITÊ ORIENTADOR 2021 A 2024

Andrezza Almeida (ABGLT), Bruno Gomes (Abramd), Caroline Bispo (Elas Existem - Mulheres Encarceradas), Ed Carlos Faria (Leipsi), Francisco Netto (Fiocruz), José Tiago Campos (Sativoteca), Nathielly Janutte (Centro de Convivência É de Lei), Maria Angélica Comis (REDUC), Michel Marques (Aborda), Nahya Nogueira (Elas Existem - Mulheres Encarceradas), Rodrigo Bardon (Sativoteca), Tamára Cesário (RENFA)

SUPORTE EXECUTIVO Renato Filev

REALIZAÇÃO Plataforma Brasileira de Política de Drogas - cientifica@pbpd.org.br

APOIO FINANCEIRO Open Society Foundations e OAK Foundations

✦ LETÍCIA CARVALHO

27 anos, é ilustradora, facilitadora gráfica e estudante de Licenciatura em Artes Visuais pela UFPE. Moradora da periferia de Jaboatão dos Guararapes/PE, é ativista antirracista e militante da cultura.

[@leticafe](#) e/ou e-mail leticarfer@gmail.com



SUMÁRIO

- [07]** — **Notas para esperar**
LUANA MALHEIRO
- [11]** — **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas e a redução de danos como tecnologias de organização política: Mulheres usuárias resistindo a democracias proibicionistas.**
LUANA MALHEIRO E INGRID FARIAS
- [17]** — **O que é o Feminismo Antiproibicionista?**
INGRID FARIAS
- [31]** — **Programa Corra pro Abraço – Ação Pública de Redução de Danos para a Garantia de Direitos e o Papel da Arte-Educação no Cuidado à População em Situação de Rua durante a Pandemia**
TRICIA V. LIMA CALMO
- [45]** — **Juventude é pra brilhar, não pra morrer de bala: uma experiência de redução de riscos e danos com jovens vulnerabilizados na Bahia.**
LUÍSA SAAD
- [65]** — **Educação entre pares é prática de liberdade: percurso de vida e a formação da Escola Livre de Redução de Danos.**
PRISCILLA GADELHA
- [77]** — **Grupo de pausa canábica como forma de cuidado T-break com a Desprô.**
MARIANA MAIA DE MEDEIROS, ALEXANDRE MONTEIRO DE SOUZA, FERNANDO GUZZO, BRUNO LOGAN AZEVEDO
- [83]** — **Mulheridades div3rsas: espaços protetivos e produção de conhecimentos emancipatórios.**
LUCIANA TOGNI DE LIMA E SILVA SURJUS, JULIANA VICENTE DE FREITAS, HELENA APARECIDA FERREIRA, KATHARINA BASÍLIO ROSÁRIO, LORRAYNE MORAES JESUS
- [93]** — **Brenda Lee e o apagamento trans e travesti: o silêncio como instrumento de anulação epistêmica.**
JULIA PEREIRA BUENO

“ *Num país como o Brasil,
manter a esperança viva é
em si um ato revolucionário.*
[Paulo Freire]

NOTAS PARA ESPERANÇAR

O NOSSO DESAFIO É UTILIZAR TODOS OS MEIOS DISPONÍVEIS para, seguindo as orientações de Paulo Freire, manter a esperança viva em um país que convive com o horror de uma guerra que atravessa sobretudo quem está no front. É preciso acreditar que os caminhos para uma nova política sobre drogas está mais vivo do que nunca e que temos um plano bem articulado de sair dessa guerra travada contra nosso povo: a saída é pela Redução de Danos que tem resenhado práticas e tecnologias de reinventar um mundo com drogas, pessoas e culturas.

Nesta edição especial *Platô Redução de Danos: notas para esperar* nasce do desejo de conectar pensamentos e experiências sobre redução de danos potentes para nossos tempos e para os tempos do por vir. O objetivo é fomentar reflexões sobre o assunto desenvolvidas por redutores e redutoras de danos, trabalhadoras, intelectuais e ativistas que estão envolvidas em sua dimensão ética, estética, prática, poética e política.

Nos guiamos pela intenção de debater o tema da redução de danos apresentando-a como uma estratégia que rompe com a lógica do pacto proibicionista, de morte, aniquilamento, apostando na ausência de reflexão das pessoas que usam drogas, para o caminho que nos faz o convite à autonomia, a tomada de consciência crítica e construção do cuidado que tem como ponto de partida o saber da pessoa que usa drogas e sua capacidade de articulação política. Durante muitos anos, o proibicionismo apostou na ausência de reflexão das pessoas que usam drogas e se forjou em uma série de tecnologias de controle: internação, prisão, humilhação e tortura.

A redução de danos desestabiliza a construção política de uma clínica orientada para o esvaziamento da pessoa que usa drogas, no lugar disso, promove um convite para uma pedagogia da esperança e libertação, retomando a autonomia do corpo a cada sujeito que faz uso de drogas tornadas ilícitas pelo pacto proibicionista. Propomos então nesta edição, o convite para uma conversa inspiradas por pessoas que têm construído essa luta no chão da fábrica, e também rememorando epistemologias freirianas para a reflexão diversas práticas com a finalidade de conjugar-mos juntos o verbo esperar.

Convivemos com grandes desafios ao longo dos últimos anos. Retrocessos políticos da agenda de RD em detrimento do fortalecimento de lógicas manicomiais e excludentes: nunca foi tão urgente debater a redução de danos, apresentando narrativas insurgentes com a tarefa de apresentar práticas que têm conseguido esperar o campo do cuidado a pessoas que usam drogas. A pandemia de COVID-19, o aumento do número de mortes, bem como o desmantelamento de políticas de cuidado baseadas na redução de danos têm nos mostrado a face mais cruel do proibicionismo. É justamente nesse contexto que observamos emergir debates, práticas e reflexões sobre o reordenamento dessa política para responder os novos desafios impostos no Brasil.

Compreendemos que a redução de danos tem em seu projeto fundante a proposta da tomada de poder organizada das pessoas que usam drogas, não só como pessoas que não devem perder seus direitos por fazer uso de drogas, mas também como sujeitos cognoscentes, produtores de conhecimentos e também de novas formas de cuidado de si, do outro e do mundo, questionando assim lógicas hegemônicas de produção de conhecimento para a atuação na delicada tarefa do cuidado. Dessa forma convidamos principalmente pessoas usuárias de drogas e ativistas que produzem práticas e reflexões desde esse lugar.

Abrindo os caminhos desse encontro bonito que a revista *Platô* nos proporcionou. Temos o meu artigo junto com Ingrid Farias debatendo a experiência de redução de danos como ferramenta de participação política de mulheres usuárias de drogas na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA). No artigo refletimos como a redução de danos foi originalmente criada, pela organização de pessoas que usam drogas da Holanda e como atualmente a RENFA tem utilizado a mesma como estratégia de vida contra o projeto colonial de guerra e também como tem servido para a auto organização de mulheres sobreviventes da guerra às drogas, transformando assim dores e traumas em ferramentas de luta.

Em seguida Ingrid Farias nos apresenta em seu texto “*O que o Feminismo Antiproibicionista tem a dizer?*” com mais detalhes a especificidade do impacto da guerra às drogas na vida das mulheres e a importância da presença das mulheres na narrativa histórica da redução de danos no Brasil. O artigo é um convite à reflexão sobre a democratização dos espaços de poder a partir da visibilização do protagonismo das pessoas diretamente afetadas pelas políticas proibicionistas.

Dois artigos apresentam o inovador e pioneiro Programa Corra pro Abraço (PCA), do Governo do Estado da Bahia, que

atua com redução de danos com população usuária de drogas, habitantes de rua e juventudes. No primeiro, Trícia Calmon apresenta a interface da redução de danos com a arte-educação no Programa Corra pro Abraço, demonstrando reinvenções da prática de redução de danos e arte-educação frente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 à população vulnerabilizada.

Em seguida, Luisa Saad apresenta reflexões objetivas e afetivas sobre o primeiro ano de implementação do Programa Corra pro Abraço Juventude no município de Lauro de Freitas na Bahia. O programa foi implementado no município que na época ocupava a décima posição no ranking nacional dos 150 municípios com maiores taxas médias de homicídios por arma de fogo, sendo os jovens as vítimas diretas de boa parte destas estatísticas. O objetivo do programa foi atingir jovens diretamente impactados pela guerra às drogas, trazendo então uma proposta de redução de danos vinculado a arte, cultura e a educação. O revolucionário programa consegue a um só tempo alargar o conceito de redução de danos na prática, alinhado ao acesso à justiça e direitos sociais e culturais.

Priscilla Gadelha apresenta a experiência pernambucana da Escola Livre de Redução de Danos e o importante papel que ocupou na construção prática do cuidado em redução de danos. Inaugurado no contexto da pandemia e em pleno governo bolsonarista, a Escola Livre têm cumprido o importante papel de sustentar o cuidado a partir do vínculo, constituindo um horizonte onde a convivência produz práticas de liberdade, cuidado e construção política.

No artigo produzido por Mariana Medeiros, Alexandre Souza, Fernando Guzzo e Bruno Logan, coletivo de profissionais de psicologia que compõem a Clínica Desproibicionista (Desprô), há uma reflexão importante a partir da análise da experiência do grupo reflexivo *t-break* ou “pausa canábica” que reuniu uma rede de pessoas acompanhadas pelo grupo na experiência de refletir sobre o uso de maconha e formas de cuidado alinhadas a redução de danos. O artigo apresenta a importância da construção do cuidado em saúde a partir da troca de experiências, acolhimento e compartilhamento de informações sobre o uso de maconha. A dimensão do compartilhamento de vivências e estratégias de cuidado a partir do acompanhamento de profissionais alinhados à prática da redução de danos nos mostra o importante alcance dessa ferramenta para a reflexão sobre os modos de uso da maconha.

Luciana Sujus, Juliana Vicente, Helena Ferreira, Katharina Rosário e Lorryne Jesus nos presenteia com o artigo “*Mulheridades diversas: espaços protetivos e produção de conhecimentos emancipatórios*” o importante trabalho de articulação entre universidade e

comunidade para o alargamento do conceito prático de redução de danos, trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Div3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista. Inspiradas pelos ensinamentos freirianos, o grupo tem produzido educação em saúde como prática de liberdade. O artigo reinventa o conceito de redução de danos a partir da experiência vivida por mulheres diversas que compõem o coletivo, a escrita do trabalho põe em prática o conceito de bell hooks de coletividade ao nos apresentar saberes de trajetórias de mulheres não acadêmicas com mulheres acadêmicas. A decolonialidade é posta em prática neste bonito trabalho que nos mostra a potência do encontro da universidade com a comunidade no exercício de uma escrita diversa composta por mulheres que acumularam saberes no exercício de refletir sobre suas vidas a partir do encontro com o trabalho desenvolvido pelo coletivo espaço da universidade, que neste trabalho está a serviço da comunidade.

Por fim, temos o brilhante artigo de Julia Bueno - *Brenda Lee e o apagamento trans e travesti: o silêncio como instrumento de anulação epistêmica*, que faz um importante resgate sobre a contribuição histórica de Brenda Lee no campo da redução de danos. Importante ressaltar que este artigo rompe com silenciamentos históricos que insistem em descrever e escrever sobre a redução de danos em uma perspectiva do *Cistema*. Trazer luz a trajetória de Brenda Lee nos mostra o apagamento das epistemologias trans na formulação da redução de danos no Brasil. Este artigo é um convite para que você possa conhecer a potência da escrita e da produção de conhecimento de pessoas trans.

Em meio a um projeto político de morte, genocídio e tortura proposta pela guerra às drogas, queremos nestas notas enfatizar as potências de vida e trazer a tona que a redução de danos é um projeto de vida e bem viver. É um projeto possível, factível e que está em curso. Essas são apenas algumas notas para nos lembrar que é possível conjugar o verbo esperar e sonhar com políticas de vida, arte, encontro e bem viver!

Vem com a gente!

Abraços Feministas Antirracistas e Antiproibicionistas

LUANA MALHEIRO



✦ LUANA MALHEIRO

Bacharel em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), especialista em Saúde Coletiva/Mental pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Diplomada em HIV e Saúde Mental pela CLACSO, mestra em Antropologia pela UFBA e doutoranda em Ciências Sociais pela UFBA em doutorado sanduíche na Facultad de Ciências Humanas da Universidad de la Republica del Uruguay (UDELAR). É associada ao Grupo Interdisciplinar de Estudo de Substâncias Psicoativas (GIESP/UFBA) (giesp.blogspot.com). É meMbra fundadora da Rede LatinoAmericana e caribenha de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD) e da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA). Compõe a Secretaria Executiva da Plataforma Brasileira de Políticas Sobre Drogas (PBPD) com o cargo de incidência e advocacy. Mãe de Ayran Meira de Oliveira Malheiro. Realiza pesquisas no campo do uso de cocaínas, acesso a políticas públicas, proibicionismo, redução de danos, Interseccionalidades e feminismos. Autora do livro: "Tornar-se mulher usuária de crack: cultura e política sobre drogas" da Editora Telha.

REDE NACIONAL DE FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS

e a redução de danos como tecnologias de organização política: Mulheres usuárias resistindo a democracias proibicionistas

✦ INGRID FARIAS,
✦ LUANA MALHEIRO

"Nosso projeto de sociedade é sobre uma liberdade exercida coletivamente, com garantia de autonomia e reconhecimento de nossas identidades, e ausência de punição como prática de organização social. E nós, mulheres negras e antiproibicionistas, estamos conduzindo esse projeto de liberdade".

Ingrid Farias, 2020.

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) nasce do amplo encontro de mulheres cis e trans usuárias de drogas e ativistas por uma política de drogas no Brasil, com foco principal na defesa dos direitos humanos dos grupos de mulheres atingidas pelo modelo proibicionista – a exemplo das mulheres negras, cis, trans e travestis, encarceradas, profissionais do sexo, usuárias de drogas, mulheres em situação de rua, mães vítimas da violência e sobreviventes do sistema, em suma: mulheres sobreviventes do horror colonial proibicionista.

Estamos presentes em 12 estados do Brasil: Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Roraima, Pará e Distrito Federal. Organizamos e fortalecemos mulheres e pessoas não binárias na luta por democracias sem racismo, machismo e punitivismo que estruturam políticas de controle e extermínio. Pautado pelo feminismo negro, decolonial e antipunitivista nosso antiproibicionismo luta por culturas sociais e políticas de valorização da liberdade e autonomia de todos os corpos.

Atuamos para fortalecer o protagonismo das mulheres na luta por uma sociedade antiproibicionista que construa políticas e culturas de respeito à autonomia dos corpos, mentes e atuação política das mulheres e corpos dissidentes. Sabemos do notado impacto que a legislação atual de drogas (Lei 11.343/2006) tem na vida das mulheres – que são as principais atingidas pela guerra, seja quando são encarceradas, quando perdem seus filhos e filhas em razão da violência brutal do Estado dentro das periferias de todo país ou, ainda, quando são estigmatizadas e impossibilitadas de permanecerem com seus filhos pelo fato de serem usuárias de drogas. O atual modelo de guerra às drogas no mundo se transformou numa guerra perversa dirigida às pessoas pobres e negras e é impossível não reconhecê-la como uma questão de mulheres.

Temos em vista que o modelo proibicionista que impõe a ideia de uma guerra militarizada, bélica, do Estado brasileiro contra a sua população, observamos que as violências e violações vividas pelas mulheres neste modelo tem impedido a construção da cidadania, da participação nos processos de elaboração das políticas públicas. Neste sentido, temos construído ferramentas de construção de luta com mulheres diretamente afetadas por esse modelo proibicionista, que é pautado na humilhação e silenciamento de mulheres usuárias de drogas.

A redução de danos construída na RENFA parte da ideia de que é urgente e necessário convidar mulheres vítimas do sistema proibicionista para transformar dores e traumas, causados pelo ambiente de guerra, em agendas de luta. Esse convite a uma tomada de posição, conduzida por metodologia de acolhimento e cuidado é a grande tarefa da redução de danos. A auto-organização de mulheres usuárias de drogas no sentido de pautar agendas que dialoguem com suas histórias de vida é um método que foi utilizado pelos precursores da redução de danos.

SURGIMENTO DA REDUÇÃO DE DANOS COMO FERRAMENTA DE AUTO ORGANIZAÇÃO DE PESSOAS QUE USAM DROGAS

Atualmente existem várias histórias em torno do surgimento da Redução de Danos no mundo, para efeitos deste artigo, apresentaremos como a Redução de Danos surge a partir da organização de um coletivo de pessoas que usavam drogas, conhecido como *Junkiebond*. No artigo de Van Santen e colaboradores há a apresentação de como os programas de redução de danos foram criados por esse grupo como estratégia potente para barrar o surto do vírus de Hepatite B entre usuários de heroína injetável em Amsterdam.

Em 1983, a principal farmácia localizada no centro da cidade deixou de vender equipamentos de injeção de baixo custo para

peessoas que injetam drogas por conta de reclamações de outros clientes e do próprio processo que acirrou a proibição das drogas. A diminuição da disponibilidade de agulhas e seringas limpas levantou preocupações sobre um potencial surto do vírus da hepatite B (HBV) entre esse grupo. O *Junkiebond* de Amsterdam, uma organização de pessoas usuárias de drogas injetáveis, desenvolveu então a ideia de distribuir agulhas e seringas gratuitas, implementando na cidade e de maneira inovadora no mundo o programa de troca de seringas, que anos depois seria incorporado pelo Brasil com a finalidade de conter a contaminação de IST/HIV entre a população usuária de cocaína injetável.

Durante a Conferência Latinoamericana de redução de danos, que ocorreu no ano de 2009, houve a assembleia da Rede Internacional de Pessoas que usam drogas (INPUD) com a presença de ativistas da *Junkiebond*. Este foi um momento importante de escutar dos próprios integrantes do coletivo, como de fato aconteceu a criação das estratégias de redução de danos. Segundo o representante da organização o grande feito não foi necessariamente ter criado um programa de troca de seringas e dessa forma atuar em uma questão sanitária. O grande feito dos *Junkiebond* foi ter se articulado coletivamente, construindo assim processos de auto-organização de pessoas que usam drogas para a criação de estratégias de cuidado entre pares. A criação do sujeito político da pessoa que usa drogas, como um sujeito que precisa ser escutado na elaboração das políticas sobre drogas foi o grande feito produzido pela redução de danos.

A reivindicação da necessidade de criação de estratégias de cuidado para pessoas que usam drogas e pelas próprias pessoas, trazidas a partir da organização política interna, ensinou o mundo todo a importância de combater o silenciamento produzido pela guerra às drogas que instaura a percepção de que o corpo da pessoa que usa drogas deve ser controlado, contido, silenciado, encarcerado, que as mesmas não tinham capacidade de refletir sobre a sua condição de vida e saúde. A redução de danos se torna então essa tecnologia de cuidado criada a partir do empoderamento político de pessoas diretamente afetadas pela proibição. Esse engajamento deve ter como finalidade a produção de cuidado entre pares, sem perder de vista a necessidade de organização e tomada de consciência das pessoas que usam drogas.

Nada pode ser pensado sobre nós, sem a nossa participação. Estratégias que dizem respeito aos nossos corpos precisam ser pensadas e pactuadas com nossas coletividades. A redução de danos nos ensina que o cuidado entre pares deve ter como ponto de partida o incentivo à participação política de pessoas que usam drogas, sobretudo mulheres, pessoas trans e não binárias.

Não há democracia possível enquanto a lógica proibicionista ferir o nosso direito ao acesso a cidadania e a construção de políticas públicas que possam atender as nossas necessidades, por isso defendemos uma democracia feminista antiproibicionista alinhada a tecnologia de cuidado e empoderamento da redução de danos que tem sido um farol que orienta nossas ações.

Nossa Rede prioriza o diálogo e a incidência interseccional para reduzir as vulnerabilidades criadas pela atual política de drogas, demandando que todos os setores da sociedade se responsabilizem pelos danos sociais desencadeados pela proibição das drogas. Temos como desafio influenciar outros movimentos mistos e de mulheres a acolherem a agenda da mudança da guerra às drogas como estruturante na luta por democracia e pelo fim das opressões, pautando outras pessoas na construção desse processo, através do empoderamento das mulheres antiproibicionistas para influenciar diálogos sobre: Direitos Humanos, Antipunitivismo, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Antirracismo, Feminismo, Controle Social (Conselhos), Segurança Pública, Democracia, Acesso à Justiça, Redução de Danos, Comunicação, Direito à Cidade e Agroecologia.

A LUTA LATINOAMERICANA EM DEFESA DE DEMOCRACIAS FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS:

Diante da realidade do horror da guerra e da proibição que violenta nossos corpos, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas — RENFA — reflete sobre os "53 anos da guerra às drogas - Mulheres Usuárias resistindo a democracias proibicionistas", atualmente com mulheres cis, trans travestis e pessoas não binárias do Brasil, Chile, Colômbia, EUA, México, Argentina, Uruguai e Equador com objetivo de atualizar as ferramentas para enfrentar a política de drogas, ampliando a contribuição intelectual acerca do feminismo antirracista e antiproibicionista e com nosso projeto de fundação de novos marcos democráticos para influenciar ambientes de avanço político, autonomia e participação das mulheres e corpos dissidentes nos processos de construção da sociedade.

A chegada do proibicionismo em países da América Latina e Caribe, significou para nós um movimento de re-colonização, fortalecendo estruturas de poder colonial e políticas repressivas, racistas e sexistas orientadas pelas grandes nações coloniais-imperialistas. Ao longo desses anos de guerra, temos no nosso continente a intensificação do estado de exceção, do genocídio e do etnocídio, marcando a tentativa de extermínio de nossas culturas ancestrais. Sabemos que no Brasil, a chegada da proibição significou na década de 30, a perseguição das culturas negras e indígenas, em uma lei que não por acaso proíbe a maconha, o

candomblé e o samba, culturas tradicionais do povo negro. Em todo o nosso continente, o proibicionismo importou uma máquina de morte, fortaleceu o militarismo, ampliou o alcance do autoritarismo das ditaduras militares e interferiu nos processos de redemocratização ao construir políticas de segurança de ideologia proibicionista (MALHEIRO, 2020).

Em 1971, o governo do então presidente dos EUA, Richard Nixon, declarou guerra às drogas, estabelecendo o abuso de drogas como o inimigo número 1 dos EUA. Representando a articulação de elites conservadoras, de tradição cristã e da supremacia branca, o campo político representado por Nixon, estava naquele ano empenhado em fortalecer políticas de segregação racial, a partir do aumento da criminalização do povo negro, além da ênfase na retirada de diversos direitos sociais para a população negra e latina (MALHEIRO, 2020). A estratégia bélica de guerra às drogas se coloca mundialmente a partir da construção do pacto proibicionista que une mundialmente nações inteiras, sob o jugo imperialista dos EUA, ampliando assim o poder e a dominação por homens brancos aliados a grupos de extrema direita, como, por exemplo, a Ku Klux Klan, e criando uma estrutura de dominação global através desse pacto.

Como resposta, a RENFA tem criado espaços seguros para diálogo com mulheres sobreviventes dessa guerra, muitas das quais nunca participaram de movimentos sociais. Nossa estratégia de redução de danos busca conscientizar sobre a experiência de ser sobrevivente e refletir sobre as responsabilidades e o terror impostos pelo proibicionismo. Este modelo responsabiliza injustamente os usuários de drogas pelos abusos que sofrem, ignorando a responsabilidade dos operadores do pacto proibicionista.

Consideramos os espaços de reconstrução de narrativas, um processo complexo e potente para transformar traumas e dores em instrumentos para a formação e luta política. Acolhemos mulheres que construíam narrativas sobre si a partir da culpa: "Eu sou culpada por ter passado pelo cárcere, porque eu usei drogas", "Tiraram a minha criança já na maternidade, mas a culpa é minha porque usei drogas", "Fui maltratada em um serviço de saúde porque sou usuária de drogas". As pessoas não devem ser criminalizadas pelo uso de drogas, mas sim cuidadas e acolhidas. O convite à participação política e ao empoderamento cria um caminho de entendimento do preconceito vivido pelas pessoas que usam drogas, construindo possibilidades de responder a esta questão a partir de um reposicionamento e da compreensão da sua complexidade e da conspiração global que funda o proibicionismo como uma estratégia de morte física e subjetiva de mulheres que usam drogas.

A RENFA constrói nesse sentido suas agendas de luta pautada nas trajetórias de vida de nossas companheiras. Lutamos pelo fim do cárcere, manicômios, comunidades terapêuticas e todas as formas de cerceamento da liberdade do nosso povo. Construimos uma agenda anti-prisional e de construção política com mulheres sobreviventes do cárcere a partir da nossa Agenda Feminista pelo Desencarceramento. Lutamos pelo direito à maternidade para todas as mulheres e pessoas gestantes e reafirmamos que o Estado deve prover de políticas de moradia, proteção social, saúde e direitos humanos para garantir o direito a maternar e não a punição via afastamento de mães e filhos em momento tão crucial da vida. Lutamos para a criação de uma diversidade de serviços de cuidado que possam acolher as pessoas que usam drogas em todas as suas necessidades, sem com isso produzir estigmas, preconceitos que criam barreiras de acesso à saúde e cuidados. Lutamos pelo fim do genocídio e etnocídio do povo negro e indígena em nome de uma guerra às drogas, que tem se revelado em uma guerra colonial de controle de corpos, culturas e territórios. Acreditamos que a redução de danos é uma importante ferramenta de luta e organização política, um antídoto contra a banalização do terror de uma guerra que nos mata todos os dias.

A realidade mortificante da guerra torna urgente o fortalecimento das mulheres em Rede, possibilitando o intercâmbio das boas experiências desenvolvidas para multiplicá-las através da troca como formação política, aperfeiçoando metodologias e aumentando a integração para a atuação junto aos movimentos sociais na construção de estratégias que visem à redução das vulnerabilidades das mulheres nesse processo, reconhecendo-nos como protagonistas dessa mudança. Estaremos mais do que nunca juntas nos espaços conquistados pela RENFA: mulheres cis e trans, pessoas não binárias, negras, indígenas, brancas, mães, lésbicas, bissexuais, cocaleiras, usuárias e outras identidades espalhadas pela América Latina e pelo mundo, conectadas na mesma energia para fortalecer, cuidar, trocar e realizar o projeto político em que acreditamos: por democracias que garantam a vida e identidades de todas e todos e por um presente e futuro onde sejamos livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

van SANTEN, D.K., Coutinho, R.A., van den Hoek, A. et al. **Lessons learned from the Amsterdam Cohort Studies among people who use drugs: a historical perspective.** *Harm Reduct J* 18, 2 (2021). <https://doi.org/10.1186/s12954-020-00444-6>

MALHEIRO, L. **Tornar-se mulher usuária de crack: cultura e política de drogas.** Editora Telha. 2020. Rio de Janeiro.

O QUE É O FEMINISMO ANTI-PROIBICIONISTA?

✦ INGRID FARIAS

Ao longo da história, é possível ver quantas vezes mulheres usuárias de drogas tiveram suas narrativas distorcidas, sendo colocadas nos lugares de menos capazes, de "fáceis" ou, pior, de responsáveis pela violência da qual foram vítimas. Em 2016, uma adolescente foi estuprada no Rio de Janeiro. Um artigo sobre o caso foi publicado pela editora Justiça e Cidadania, chamado *Videio tenta justificar o estupro da adolescente, no RJ de 2016*. O trabalho analisa como matérias jornalísticas constroem um discurso punitivo, colocando para a adolescente a responsabilidade por ter sido estuprada por vários homens. A justificativa foi a de que ela mereceu, pois estava sob efeito de drogas. Mas a relação e as histórias sobre mulheres e drogas não são novas e esse texto te convida a saber mais sobre como o feminismo antiproibicionista foi consolidado no Brasil e na América Latina, como uma das principais estratégias de mulheres usuárias de drogas para disputar a radicalidade de uma democracia que garanta nosso direito à liberdade.

A relação dos seres humanos com as drogas é milenar. Em 1000 a.C. já se identificam registros das interações dos seres humanos com substâncias psicoativas. Também há diversos registros ao longo da história sobre os mais diversos efeitos da proibição. Outra relação antiga na sociedade é a dos sistemas de poder e do patriarcado. Agora imagine a junção desses dois poderes: a proibição punitiva das drogas e o patriarcado machista. Essa junção tem sido responsável pelas mais diversas e violentas formas de controle e punição da população que mais sofre com a guerra às drogas, que, na verdade, é uma guerra aos pobres, negros e mulheres.

As políticas proibicionistas têm impacto direto na vida das mulheres, principalmente no que se refere à política de drogas. A pesquisa realizada pelo World Female Imprisonment List mostra o Brasil com a terceira maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. São cerca de 40 mil mulheres encarceradas. Nos últimos anos, o País apresentou um crescimento exponencial desses números, quadruplicando essa população em apenas duas décadas. Cerca de 45% dessas mulheres se encontram em prisão preventiva, segundo levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Dados do Sistema Penitenciário brasileiro de 2022 revelam que 54% das mulheres estão presas por crimes relacionados a drogas. A grande maioria dessas mulheres são negras, pobres e chefes de família e seu encarceramento afeta diretamente a organização da família e da economia na comunidade, gerando uma sobrecarga do trabalho de cuidado e econômico familiar para outras mulheres da família, que são também as principais garantidoras de direitos dessas mulheres privadas.

Foi como resposta aos anos de investimento em guerra, violência, prisões e mortes na política de drogas produzida pelo Estado, e devido ao impacto devastador que a guerra às drogas causa na vida das mulheres, que nasceu o *feminismo antiproibicionista*. Foi de 2008 a 2014 o início das primeiras reflexões e conceituações sobre essa corrente do feminismo, que se inspira no feminismo popular e negro para construção de bases práticas e teóricas no Brasil e na América Latina. Essa articulação aconteceu através da conexão em plataformas online de diversas mulheres e dissidências, todas usuárias de drogas que se reconheceram em suas dores e potências e deram início à construção de um projeto de liberdade pautado por uma política antiproibicionista e antipunitivista de drogas na América Latina.

O feminismo antiproibicionista dá luz e direção a mulheres cis, trans, travestis, não binárias de várias raças e orientações sexuais que se auto reivindicam como usuárias de drogas, com

objetivo de demarcar um lugar político na sociedade e enfrentar os modelos de controle e punição criados para determinados grupos sociais. As mulheres fundadoras da corrente antiproibicionista no feminismo estavam organizadas em Marchas da Maconha, atuando com movimentos sociais, realizando pesquisas nas universidades, trabalhando com redução de danos e saúde mental em serviços, incidindo por outra segurança pública, e espalhadas com raízes longas em várias partes do Brasil.

Em 2014, realizamos o primeiro encontro dessas mulheres na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na oportunidade da realização de um encontro da União Nacional dos Estudantes (UNE) que acontecia na cidade. O espaço possibilitou a reflexão coletiva sobre como a guerra às drogas estava devastando a vida das mulheres, em especial nós, mulheres negras e pobres que temos nossos filhos, maridos, amigos, parentes também criminalizados pelo local em que vivemos. Por sermos negras, o racismo e o machismo marcaram as primeiras discussões. O encontro também possibilitou a conexão para o início de vários processos de auto organização do feminismo antiproibicionista, dando início a importantes coletivos e movimentos que se formaram influenciados por toda essa revolução radial.

"E eu não sou uma mulher?"

Sojourner Truth

Lá, em 2014, os movimentos de esquerda e feministas também reproduziam na sociedade comportamentos e projetos punitivistas e proibicionistas. A necessidade da criação do feminismo antiproibicionista revela também um ambiente hostil para mulheres usuárias de drogas nos diversos coletivos feministas e espaços da luta progressista contemporânea. Foi necessário, assim como antes nas Marchas da Maconha, disputar também nos espaços dos movimentos de mulheres, negros, do campo e da cidade, para compartilhar conhecimento e uma nova visão sobre o uso de drogas nesses espaços de luta coletiva e garantir o direito das mulheres usuárias de se organizarem politicamente e pautarem a sociedade sobre esse e outros temas.

O feminismo antiproibicionista reivindica o direito de falar por si só, reivindica a ética radical do feminismo negro e decolonial brasileiro e latino americano o reconhecimento do seu papel na produção de respostas para acabar com as violências geradas pela guerra às drogas. O feminismo antiproibicionista reivindica o direito de contribuir diretamente com projetos de reparação, construção de novas narrativas e consolidação de uma

política de cuidado para as pessoas que usam drogas.

A base das discussões desse feminismo propõe um poder compartilhado, um poder onde cabem todas as pessoas, e que está comprometido ao nosso direito constitucional à vida, acima de tudo, e de escolher sobre o que fazer com nosso corpo, direito que as mulheres têm lutado há muitos anos para garantir.

“...o poder transita transversalmente, não está quieto nos indivíduos” Foucault (1991, p. 144)

A presença de mulheres usuárias de drogas nos espaços de construção e formulação da política e discurso público tem possibilitado há anos a apresentação de tecnologias de redução de risco e danos articuladas com implementação de políticas públicas, como uma resposta os impactos da atual política de guerras às drogas, respostas que atuem no campo da educação, prevenção, acolhimento pautados pela redução de danos e direitos humanos, feminismo e antirracismo para tratar a questão das drogas.

Nos últimos 14 anos foi possível ver a força do feminismo antiproibicionista crescendo no Brasil e América Latina. Organizações como a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, a Articulação Feminista Antiproibicionista na América Latina, Rede Latino América de Pessoas que Usam Droga e tantos outros coletivos que se autodeclaram como feministas antiproibicionistas, organizações atuantes nos mais diversos campos do ativismo acadêmico, de rua, de mobilização social, de casa, do governo, tem causado um importante impacto na ampliação dos debates que fundamentam a principal resposta à guerra às drogas e ampliação de políticas de reparação como a redução de danos.

A RADICALIDADE DO FEMINISMO ANTIPROIBICIONISTA

Há muitas décadas as mulheres reivindicam o espaço público, o espaço político e institucional, e a participação e o reconhecimento da atuação política feminista. O movimento feminista está cada vez mais articulado para a disputa dos processos políticos em espaços como sindicatos, movimentos sociais de vanguarda, partidos, associações, gestões pública e, especialmente, nas ruas, muito fruto da costura entre o feminismo negro, feminismo popular, puta feminismo, trans feminismo, feminismo do campo, feminismo jovem, e feminismo antiproibicionista. As mulheres têm disputado a participação política como uma das ferramentas para avançar com as agendas priori-

tárias para as nossas vidas.

O movimento feminista tem protagonizado os processos de resistência e defesa dos regimes democráticos, especialmente na América Latina e Caribe, reforçando o caráter do projeto político a da luta contra um sistema patriarcal, racista, punitivo, manicomial e capitalista.

Acredito que o diálogo e a auto organização das mulheres geram processos reflexivos, de autoconscientização e auto-transformação, assim como a articulação e ampliação de redes e movimentos, indispensáveis ao fortalecimento de ações transformadoras da realidade. Foi nesse contexto que nasceu a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas no Brasil, no ano de 2016 em Pernambuco, como reflexo da irrevogável reivindicação de protagonismo das mulheres que constroem a política de drogas brasileira.

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas reúne mais de 200 mulheres, cis, trans, travestis, pessoas não binárias e homens trans, articuladas em 14 Estados brasileiros, usuárias de drogas, profissionais do sexo, redutoras de danos, pesquisadoras, comunicadoras, mães, negras, brancas, indígenas, quilombolas. Diversas, jamais dispersas! A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas cumpre um papel fundamental em provocar os movimentos e organizações da política de drogas brasileiras para reconhecerem o racismo e o sexismo como pilares dessa proibição e se comprometerem com mudanças profundas que passem também com alteração de comportamentos internos.

Como fruto da emergência do feminismo no campo da política de drogas na América Latina e Caribe, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas articulou e lançou em novembro de 2017 a Rede Latino Americana e Caribenha de Feministas Antiproibicionistas, que conecta mulheres de 07 países da América Latina e tem o papel fundamental de articular mulheres usuárias de drogas de toda região na construção das respostas a guerra. Com uma agenda propositiva para a mudança da política de drogas.

Uma legalização que avalie o impacto econômico nas periferias. É notado que o tráfico de drogas movimenta uma economia nas comunidades pobres no qual está inserido, nos evadindo aqui do moralismo que vela o debate sobre a ausência de políticas públicas e alternativas de trabalho e renda para as populações que moram nessas periferias. É necessário reparar essa população que teve por anos seus territórios militarizados pela guerra às drogas, não podemos permitir que o lucro gerado pela legalização seja concentrado para o grande capital. Defendemos

uma legalização que atue com a economia solidária, autocultivo, associações, reforma agrária e políticas públicas transversalizadas. Pela alteração dos modelos bélicos de controle do corpo, a legalização das drogas é uma de nossas reivindicações, exigimos a legalização do aborto, o fortalecimento das políticas e movimentos antimanicomiais e abolicionistas, já que temos o dever de construir espaços políticos que também sejam marcados pelo cuidado e repúdio a atitudes punitivistas, fortalecendo o respeito às subjetividades, parafraseando Emma Goldman: “Se eu não posso dançar, não é a minha revolução”.

O mesmo conservadorismo que durante anos tutelou a guerra às drogas é o conservadorismo que perpetua a ideia de que o feminismo não é importante para a emancipação das mulheres, e que o aborto e autonomia dos nossos corpos não é uma questão central ao debate por uma sociedade mais justa e igualitária. Precisamos sair da miopia que não nos deixa enxergar a necessidade e ligação direta do debate sobre a legalização das drogas e a vida das mulheres. Desde a consolidação do capitalismo e da lógica da propriedade privada, todas as formas de organização social vêm ameaçando - histórica e estruturalmente - a autonomia da mulher. O uso de entorpecentes se torna algo inerente ao exercício da autonomia; é um direito ao seu próprio corpo, à sua própria existência. As raízes da proibição dessas práticas partem de um lugar comum, entre o exercício da autonomia, o direito ao próprio corpo e o direito de escolha.

"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela"

Angela Davis, 2020

"Quando uma mulher feminista antiproibicionista se movimenta ela radicaliza realidades"

Ingrid Farias, 2024

O potente encontro de mulheres usuárias de drogas nos abre possibilidade de aprofundar as experiências de cuidado produzidas nos seus territórios, experiências não tuteladas, que tem como princípio fortalecer a pessoa, o indivíduo para consolidação das liberdades não apenas individuais, mas coletivas. O feminismo antiproibicionista mudou minha vida, e seguirá mudando a vida de mulheres e tantas pessoas na busca de uma liberdade completa e compartilhada por todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA ND. *Uso de álcool, tabaco e drogas por jovens e adultos da cidade de Recife*. Psicologia argumento. 2011 Sep;29(66):295-302.
- BASTOS FI, BERTONI N. *Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Perfil sociodemográfico e comportamental destes usuários: resultados de uma pesquisa de abrangência nacional*. Bastos FI, Neilane B, organizadores. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack. Rio de Janeiro: Ict/Fiocruz. 2014.
- BOTTON, Andressa; CÚNICO, Sabrina Daiana; STREY, Marlene Neves. *Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias*. Mudanças—Psicologia da Saúde, v. 25, n. 1, p. 67-72, 2017.
- COELHO RC, PARENTE AS. *Perfil de internações por transtornos mentais e comportamentais no Estado de Pernambuco*. Revista de psicologia. 2019 Jul 29;13(46):24-32.
- COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *O que é interseccionalidade?* In: Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021. 288p.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DA SILVA BK, DE AGUIAR AS, DE ALMEIDA PC, ROS-COCHE KG, REIS PA, MARTINS WA. *Análise do perfil de usuários atendidos em um centro de atenção psicossocial, álcool e outras drogas*. Brazilian Journal of Health Review. 2021 Jul;4(4):16100-14.
- DE OLIVEIRA VC, CAPISTRANO FC, FERREIRA AC, KALINKE LP, FELIX JV, MAFTUM MA. *Perfil sociodemográfico e clínico de pessoas atendidas em um CAPS AD do Sul do Brasil*. Revista Baiana de Enfermagem 2017 Mar 30;31(1).
- DE SÁ LR, FLORES A. *Dimensão Jurídica da Política Nacional de Atenção às Mulheres Encarceradas e Egressas do Sistema Prisional*. Revista de Políticas Públicas. 2021;25(2):834-53.

- DIAS, Míriam Tháís Guterres Meneghel; CECCON, Stela Nazareth; JUNGES, Roger Flores; ÁVILA, Estela Maris Gruske; ROSA, Mayna Yacanã Borges de; MOREIRA, Stefania da; CANTO, Valdir; BALLEJO, Raíssa Barbieri. *Usuários de um centro de atenção psicossocial álcool e drogas, Porto Alegre, RS: perfil e desfecho. Redes vivas de educação e saúde: relatos e vivências da integração universidade e sistema de saúde.* [recurso eletrônico] 1.ed. Porto Alegre : Editora Rede Unida, 2015. p. 156-165
- DIOSCORIDES: *De Materia Medica* ; Editora, IBIDIS Press cc (30 junho 2000); Idioma, Inglês
- FARIA JG, SCHNEIDER DR. *O perfil dos usuários do CAPSad-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental.* Psicologia & Sociedade. 2009;21:324-33.
- FOUCAULT, M. *Language, Counter-Memory, Practice. Selected Essays and Interviews.* Edited by Donald F. Bouchard, Cornell University Press. Ithaca. New York, 1977. Microfísica del poder. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1991
- FRANÇA AC, DUARTE PO, FELIPE DA, SOUSA FD. *Perfil dos usuários de um centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas na zona da mata de pernambuco.* Revista Ciência Plural. 2022;8(1):e25473-
- GREEN CA. *Gender and use of substance abuse treatment services.* Alcohol Research & Health. 2006;29(1):55.
- HORTA RL, HORTA BL, ROSSET AP, HORTA CL. *Perfil dos usuários de crack que buscam atendimento em Centros de Atenção Psicossocial.* Cadernos de Saúde Pública. 2011;27:2263-70.
- JALIL E, COUTINHO C, BERTONI N, BASTOS FI. *Perfil das mulheres usuárias de crack e/ou similares. in Bastos FI, Neilane B, organizadores. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack.* Rio de Janeiro: Ict/Fiocruz. 2014.
- LIMA AP, LEITE DA, IWASAKI GK, ELLEN N. *O perfil do usuário do caps ad na cidade de Lages-SC.* Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. 2023 Jun 30;15(43):71-93.
- PAIVA RP; AGUIAR AS; CANDIDO DA; MONTEIRO AR; ALMEIDA PC, ROSCOCHE KG; SIQUEIRA CM; REIS PA. *Análise do perfil de usuários atendidos em um centro de atenção psicossocial.* J. Health NPEPS. 2019:132-43.
- PEIXOTO FM, DA SILVA KV, DO NASCIMENTO CARVALHO IL, RAMOS AG, DA SILVA IL, DE LACERDA GM, LEMOS IC, KERNTOPF MR. *Perfil epidemiológico de usuários de um centro de atenção psicossocial em Pernambuco, Brasil.* Journal of Health Sciences. 2017 Jul 21;19(2):114-9.
- PEREIRA MO, SOUZA JD, COSTA M, VARGAS D, OLIVEIRA MA, MOURA WN. *Perfil dos usuários de serviços de Saúde Mental do município de Lorena-São Paulo.* Acta Paulista de Enfermagem. 2012, 25:48-54.
- PETUCO D. *As três ondas da redução de danos no Brasil.* BIS. Boletim do Instituto de Saúde. 2020 Dec 1;21(2):94-103.
- SANTOS, Rebeca de Oliveira Benevides; ESCOBAR, José Arturo Costa; MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos; RIBEIRO, Márcia Virgínia Bezerra; PATU, Rúbia de Oliveira. *Efeitos do Programa Atitude em Pernambuco sobre o padrão de uso do crack: uma análise por árvore de decisão.* VII Congresso Internacional da Abramd Política de drogas, autonomia e cuidados | 05 a 08 de junho de 2019 | Curitiba - PR, 2019.
- SILVA AL, MORENO AC, NEVES LA, ARAÚJO EC, FRAZÃO IS. *Epidemiological profile of crack users in psychosocial care center for alcohol and other drug users (CAPS AD).* Rev enferm UFPE. 2011;5:2635-43.
- SILVA SN, LIMA MG, RUAS CM. *Uso de medicamentos nos Centros de Atenção Psicossocial: análise das prescrições e perfil dos usuários em diferentes modalidades do serviço.* Ciência & Saúde Coletiva. 2020 Jul;25(7):2871-82.
- SILVA, Naiara Gajo; BARROS, Sônia; AZEVEDO, Fernanda Christiane de; BATISTA, Luís Eduardo; POLICARPO, Valéria Camargo. *O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial.* Saúde Soc. 2017; 26(1):100-14.

TRUTH, Sojourner, “*E eu não sou uma mulher?*”: *A narrativa de Sojourner Truth*, Edição Português Carla Cardoso | 28 ago. 2020.

Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América-Europa, <https://ittc.org.br/infografico/>

Editora JC, Artigo: Vídeo tenta justificar o estupro da adolescente, no RJ, Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/video-tenta-justificar-o-estupro-da-adolescente-no-rj/>

Redução de Danos: Conceitos e Práticas, UNIFESP, UNIVESP https://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/988/Redu%C3%A7%C3%A3o_de_danos_-_conceitos_e_pr%C3%A1ticas.pdf



✦ INGRID FARIAS

Especialista em organização e mobilização política. Realiza desde 2014 pesquisas, eventos e publicações sobre intersecções de gênero, raça, drogas e democracia na América Latina. Ativista da Coalizão Negra por Direitos e da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO

Ação Pública de Redução de Danos para a Garantia de Direitos e o Papel da Arte-Educação no Cuidado à População em Situação de Rua durante a Pandemia

✦ TRICIA V. LIMA CALMON

1.0 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS CORRA PRO ABRAÇO

O Corra pro Abraço surgiu em Salvador, Bahia, em 2013. Em 2020, o Programa agregou à sua história o fazer da redução de danos em uma crise sanitária dada pela pandemia do Coronavírus em um tempo que teve realçado o caráter que podemos caracterizar como distópico em seu cotidiano. Isso porque não conseguimos dimensionar para alguém, fora daquele, como o lugar das violações transforma o que deveria ser extraordinário em algo ordinário, e o que deveria ser inaceitável, em algo comum e naturalizado.

O Corra envolve situações e contextos com os quais ou lidamos ou estaremos ignorando as condições objetivas e o sofrimento de pessoas que tiveram os seus direitos violados, muitas vezes, desde a infância. Para alguns, se reportar àquela realidade é legitimar a tragédia social, para a Redução de Danos, é realizar o cuidado possível a partir do reconhecimento da humanidade ali presente em que pesem as inaceitáveis violações de direitos testemunhadas reiteradas vezes.

Entender como as equipes que trabalham com população em situação de rua (para além do Corra pro Abraço) promoveram a prevenção à COVID-19 em ambientes onde não há máscaras,

água nem sabão suficientes, ou qualquer orientação formulada que caiba naquelas realidades invisibilizadas, diz muito sobre o olhar da sociedade e do poder público (com destaque) para essas mulheres e homens, majoritariamente negras/os, e como se dá a gestão da pobreza.

Estes são territórios nos quais não é esforço retórico dizer, as pessoas têm riscos mais iminentes a temer, e nem por isso o fazem, do que a ameaça do coronavírus, como, por exemplo, conviver com HIV, sífilis e tuberculose sem tratamento continuado, sucessivos estupros e abortos desassistidos atrás de algum “ferro velho”, contando apenas com os recursos que o seu próprio organismo pode prover para se recuperar. Além da fome, da insegurança alimentar e de todas as violências institucionais.

Foi para lidar com essa realidade em que estão inseridas usuárias de drogas em extrema vulnerabilidade que surgiu o Corra pro Abraço, em 2013,

(...) uma proposta de ação amparada em metodologias atrativas e lúdicas que acredita ser viável cuidar no espaço possível para cada pessoa, com atenção psicossocial, promoção de saúde e redução de riscos e danos sociais, em base territorial e comunitária, respeitando a vontade e autonomia dos sujeitos na sua relação com o seu corpo e suas noções de saúde e autocuidado. Essa forma de atenção entende que é possível promover cuidado em meio aberto, considerando as singularidades do modo de vida dessas pessoas, com vistas a reduzir riscos e danos decorrentes do uso e abuso de drogas (ARAÚJO, 2019, p.33-34).

Trata-se de um projeto do Governo do Estado da Bahia, executado ao longo dos anos por organizações da sociedade civil, inicialmente, pelo Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) que atuou de 2013 a 2015 como responsável, no princípio, pelo desenho da prática da arte-educação, quando o Corra tinha por público prioritário apenas usuárias/os de drogas em situação de rua (Corra Rua).

Mais tarde, a parceria passa a se dar com a CIPO: Comunicação Interativa, que executa o Corra Juventude em Salvador/BA (a partir de 2016), Associação Nacional Cristã (ACN), que executou o Corra Rua no município de Feira de Santana, e a Comvida, que faz a coordenação geral das estratégias, incluindo a atenção nas Audiências de Custódia e as Unidades de Apoio na Rua, com a oferta diária de banhos, oficinas, cursos e insumos de higiene pessoal e redução de danos, estratégias essas que foram sendo desenhadas, ao longo dos anos, a partir

[1] Paulo Freire foi reconhecido como patrono da educação brasileira, em 2012, pelas contribuições à pedagogia e para as bases da educação popular.

da experiência e escuta dos usuários do serviço.

Em meio às atividades para formação da equipe, iam se desenhando os princípios norteadores e as estratégias necessárias para o trabalho, ainda que fosse muito planejado, pouco se sabia do que se esperava no mundo da rua e das pessoas que nela vivem. Essa realidade se apresentava como uma novidade que precisava ser conhecida, compreendida e trabalhada juntamente com os sujeitos que dela seriam parte fundamental. O real plano de trabalho seria construído com eles e não para eles, sem perder de vista o forte compromisso com a garantia da saúde pública e com a defesa dos direitos humanos das pessoas que fazem uso ou abuso de drogas, seus familiares e a comunidade onde estão inseridas (ARAÚJO, 2019, p. 34).

Com presença semanal frequente em territórios identificados pela maior concentração e vulnerabilidade das pessoas e em endereços fixos de referência, o programa oferece: Acolhimento e Escuta Qualificada; Encaminhamento e Acompanhamento para Serviços Públicos de saúde, educação, documentação, entre outros; Acesso a Equipamentos de Arte e Cultura; Educação Jurídica, para orientar a resposta e procedimentos em relação a abordagens policiais e processos judiciais, cumprimento de medidas cautelares, comuns nos campos de atuação, via de regra, em territórios criminalizados e hiper vigiados; além de Oficinas de Arte-Educação e Redução de Danos, articuladas a temas diversos relacionadas a identidade e direitos (SJDHDS, 2016; ARAÚJO, 2019)

2. A ARTE-EDUCAÇÃO EM UM PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DANOS

O princípio da prática de Arte-Educação

Diante de muitas histórias de dor, violência e morte relatadas nas ruas onde estavam presentes as equipes do Corra pro Abraço e, ao mesmo tempo, de muitas demonstrações de como a vida e o sorriso sempre renascem a partir da oferta do que parece mínimo, como uma escuta qualificada ou um copo de água gelada, o trabalho com o corpo, a arte e a educação foram ocupando cada vez mais espaço na história do Programa. O Livro Corra para o Abraço: um encontro para o cuidado na rua (2016), a primeira publicação do Corra pro Abraço, sistematiza e descreve as ações de redução de danos com Arte-Educação enquanto iniciativa pública que se iniciou em julho de 2013.

Observar os incríveis resultados alcançados por esse trabalho nos leva a questionar a tradição dos debates políticos (ainda que no campo da garantia de direitos) que refutam e suprimem a dimensão dos instrumentos que partem da sensibilidade humana e que são representados na Arte-Educação do Corra pro Abraço como tão importantes quanto qualquer outra dimensão técnica (seja da assistência social, da psicologia ou do direito...) na realização do cuidado. Isso porque o ser humano é sensibilidade e quando escapa o que mobiliza o sensível, escapa talvez o próprio fundamento do estar no mundo.

Após anos de observação, a partir de diferentes lugares do Corra pro Abraço, podemos dizer que a Arte-Educação, em um programa de redução de danos, é a compatibilização fina entre o demasiado político, o técnico e o sensível.

Esse caminho de escuta intensa, de mobilizar identidades, revisitar histórias de vida, reativar expectativas das pessoas cuidadas leva a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (Governo da Bahia) a pensar em desenvolver alternativas em resposta às necessidades apresentadas pelo público, ampliando as estratégias do projeto.

Assim, o Corra passa a incorporar nas suas estratégias de redução de danos o desafio da educação popular,¹ permeando os desejos que emergem nas oficinas de Arte-Educação realizadas nas ruas, buscando contemplar a qualificação profissional e progressão de escolaridade de um público, que em sua maioria possui o ensino fundamental incompleto e pouca ou nenhuma experiência formal de trabalho. Passa pela estratégia considerar seriamente o desejo. Este desafio e a ampliação das estratégias do programa levam à criação de uma área de Coordenação Pedagógica no Corra pro Abraço, cuja educação para autonomia, um dos princípios da redução de danos, ocupa o centro.

3. A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA PEDAGÓGICA PARA REDUÇÃO DE DANOS

O que antes compreendia o trabalho com população em situação de rua em dois territórios no centro da capital, Salvador-BA, passou, desde o ano de 2016, a 6 territórios, contando com duas Unidades de Apoio na RUA (UAR), e nesse trabalho com a população em situação de rua, agregou ainda o município de Feira de Santana (2018).

O Corra começou a se dirigir também à juventude em 4 bairros de Salvador e no bairro de Itinga, em Lauro de Freitas, município da região metropolitana de Salvador, e em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia, passando a atuar também na

Vara de Audiências de Custódia, na capital. Em 2019, deixa de atuar em Feira de Santana (Corra Rua) e Lauro de Freitas (Corra Juventude) e amplia a quantidade de vagas no "Corra Juventude", em Salvador-BA.

Em 2016, foi criada a Coordenação Pedagógica do projeto que, como demonstrado, foi ampliado em outros territórios e áreas de atuação, abrindo uma área específica que deveria articular todas as ações pedagógicas, fortalecendo a Arte-Educação como central no trabalho.

A Arte-Educação esteve sempre no Corra como instrumento e se demonstrou potente desde o princípio. No entanto, a partir de 2016, a Arte-Educação passa a ocupar um lugar privilegiado em uma nova modelagem do programa. Além das oficinas semanais em alguns territórios nas ruas, as intervenções urbanas e o acesso a bens culturais, o programa agregou outros públicos e passou a ter estrutura para a realização de atividades, tais como:

- Oficinas permanentes de leitura e escrita para progressão de escolaridade;
- Cursos para profissionalização dos usuários;
- Programa de formação continuada para profissionais internos e da rede de cuidado;
- Curso continuado de sucessivas turmas de Redução de Danos para usuários do serviço com bolsa auxílio;
- Ações de Arte-Educação em campos de extensão onde tradicionalmente não havia contexto para a realização de oficinas, mas a equipe passou a ser desafiada.

A construção de tudo isso se deu em diálogo com as equipes de Arte-Educação, Educomunicação e demais equipes multiprofissionais, além de parceiros externos, a fim de encontrar os caminhos que permitissem os resultados apesar de todas as dificuldades.

Essa nova estrutura veio desafiar toda a visão do programa e dos seus profissionais no que se refere à compreensão do lugar da educação, da arte, da comunicação e do corpo no enfrentamento a violações tão graves de direitos e de contribuições à reconstrução de caminhos de vida.

Vai-se chegando à compreensão, cada vez mais fortemente, de que se o princípio da Redução de Danos é a autonomia, e estamos falando de sujeitos com poucas possibilidades materiais vivendo em contextos de opressão, nada mais adequado para mobilizar as possibilidades do corpo, da mente e do espírito que os instrumentais sensíveis que podem ser ofertados pelos profissionais da música, do teatro, da educação física e expressão corporal. Sobre isso, Merry Batista², atriz, educadora popular e arte-educadora do Corra nos diz que:

em relação à prática de cuidado relacionada ao uso da droga, realmente, ela não é simples, ela é desafiadora e com constante aprendizado. A gente aprende a todo encontro e a gente sabe que a questão do uso da droga, o foco principal não é ela, e sim a subjetividade de cada um, o que leva ele estar naquele lugar, o que leva ele fazer o uso abusivo de determinada droga e aí percebemos que a questão é social. Através dessa roda, antes desse encontro, a gente aposta no vínculo possível, para que a gente possa discutir essas questões que atravessam suas vidas. Então, é o diálogo enquanto ferramenta, um instrumento de estratégia, é o que nos move. A gente mobiliza através da fala, porque a gente sabe que a rua ela tem muito assunto. Porque a rua tem uma cor de pele que é negra e a gente sabe que as questões históricas que levam eles estarem ali naquele lugar, daquela forma, não são de forma gratuita. Algo lá atrás faz com que exista essa repercussão e através da perspectiva da redução de danos, com o que a gente oferta de atividade lúdica, de atividade de jogos dinâmicos, e através daquele que não ria, a gente vê sorrir, consegue entender aquele encontro e aí a gente vai de Nelson Mandela: ‘tudo parece impossível até que seja feito’. Este é o grande lance e ele vem da fala deles. Quando, ao término da atividade, eles relatam: ‘Poxa! Poderia estar fazendo uso, fumando, cheirando etc, mas eu estava aqui com vocês, a gente estava discutindo. Eu estava alimentando a minha mente’ (2021).

Dainho Xequerê, um multi-instrumentista, capoeirista e arte-educador do Corra, fala ainda sobre o uso da música na redução de danos, bem como da expressão corporal:

Existe uma grande ligação do corpo, para as artes. Seja na música, no teatro, na dança. O instrumento só é tocado a partir do corpo, porém existe um cuidado muito grande com as substâncias, com os usos, mas que não existe uma impossibilidade de participar das artes, mesmo com o uso de drogas. Nós sabemos que, mundialmente, desde o início da humanidade, todas as pessoas utilizam drogas. [...] Não quer dizer que essa pessoa não pode participar da atividade. Mas, existe todo um cuidado, principalmente quando tem algumas substâncias que deixam a pessoa de uma forma vulnerável, com o corpo vulnerável (2021).

Embora pareça uma obviedade para os profissionais que atuam com educação corporal e as artes, estabelecer essa relação

prática com o cuidado relacionado ao uso de drogas não parece algo tão simples. Teoricamente, a relação parece imediata, porém pôr em prática, abandonando os preconceitos da hierarquia disciplinar recorrente entre os saberes, já se torna algo mais difícil. Não é rara a compreensão de que as atividades de educação corporal e artísticas se limitam à ocupação de tempo e no máximo ao entretenimento.

Daiane Sodré³ é educadora física e atua na equipe de Arte-Educação instrumentalizando o grupo para as técnicas de educação corporal básica e para condução de atividades esportivas, com vistas a fortalecer a integração, o trabalho coletivo, dar contornos esportivos a possíveis rivalidades, dentre outros. Sobre desenvolver essas atividades com pessoas em condição de extrema vulnerabilidade e algumas vezes sob efeito do uso de drogas, ela diz que:

Estabelecer uma relação prática com cuidado relacionado ao uso de drogas, para os profissionais que atuam com o corpo e as artes de forma geral parece óbvio [...], mas é preciso ter manejo, é preciso ter sensibilidade, faz-se necessário o mínimo de empatia, por conta de que nunca vai ser possível você se colocar no lugar da outra, no lugar do outro, mas, minimamente, você se perceber, você se enxergar ou tentar se enxergar na situação da outra pessoa. Nos trabalhos com população que faz uso de substâncias psicoativas, é necessário estar o tempo todo com a carta na manga. Tudo que a gente planeja pode no final das contas não acontecer e está tudo bem. Não frustrar. Pensar sempre em um plano B. Construir com as pessoas outras possibilidades, outros caminhos, ainda que seja muito desafiador, para quem está à frente, mas se faz necessário o uso da criatividade e da disponibilidade. Estar sempre aberta ao novo (2021).

No Corra pro Abraço, é possível dizer que um dos elementos que vão garantir os resultados observados na Arte-Educação, com educação corporal e educomunicação, para a redução de riscos e danos, é a profissionalização das educadoras/es, que são, via de regra, profissionais com formação curricular e política adequada, para defender o espaço político e o sentido das suas respectivas áreas profissionais dentro do programa.

Escutando Merry Batista, arte-educadora do Corra, sobre isso, ela nos diz que:

[...] a arte, embora queiram colocar nesse lugar secundário, a

[2] Marinalva Batista, nome social Merry Batista: natural de Salvador, atriz do Bando de Teatro Olodum há mais 30 anos, desenvolve Oficinas de Performance Negra com jovens das periferias com o projeto: Cultura – Memória e Identidade. Preparadora de elenco. Formada em Licenciatura em Artes Cênicas pela UFBA, Pedagogia pela UCSAL, pós-graduada em Psicopedagogia e Especialista em Dinâmica – Grupo. Atual Arte-Educadora do Programa Corra pro Abraço desde a sua implantação em 2013. Ativista da educação popular – ILER – Incentivo à Leitura e Escrita com a População de Rua.

[3] Daiane Sodré: primogênita numa família composta por três irmãos e filha de mãe solteira. Mãe de uma menina, preta, capoeirista, casada, nascida, criada e até a atualidade residente na comunidade da Baixa do Tubo, cidade de Salvador-Ba. Professora de Capoeira e Profissional de Educação Física, Psicopedagoga com especializações em Docência no Ensino Superior, História e Cultura Afro-Brasileira e Coordenação Pedagógica. Atualmente profissional de Educação Física integrante da equipe de arte-educação do Programa Corra pro Abraço.

gente sabe o quanto ela é importante, o quanto ela é potente, o quanto ela é relevante na construção de identidade, porque você se compreende, trabalha dentro do senso de autonomia. A gente faz com que o indivíduo se conheça e que possa transformar seu mundo, como já dizia Paulo Freire, 'primeiro eu me conheço e depois eu conheço o meu mundo e assim eu o transformo'. É através da arte que você vai fazer isso, porque é o papel fundamental da arte, ela está ali para o desenvolvimento intelectual, na formação de opinião, na inclusão social, na educação do ser. Assim, eles conseguem enxergar o mundo com uma outra visão, com senso crítico, autônomo [...]. Isso é redução de danos. A redução de danos ocorre neste momento que na roda acontece essas questões e a gente, de forma cuidadosa, a gente transforma isso em planejamento possível, para discutir e entregar fala para que eles possam falar desse lugar (2021).

É tão clichê quanto real dizer que no Brasil as expressões de corpo, arte e cultura não são valorizadas, de modo que não é raro profissionais formados em qualquer outra área de saber ocuparem nas escolas, por exemplo, as disciplinas de educação física, teatro, artes plásticas, dentre outras, com o mero objetivo de cumprir a grade como se tratasse de conteúdos de fácil substituição ou descarte e sem propósito além da ocupação do tempo. A esse respeito, Dainho Xequerê, diz o seguinte:

Existe uma inferiorização das profissões voltadas para área de arte, onde demonstra que parece fácil trabalhar com arte, que qualquer pessoa vai trabalhar com arte. Porém, existe toda uma estrutura didática para isso acontecer. A metodologia, as coisas precisam ser entendidas, para que isso possa acontecer de forma mais objetiva. Então, é uma grande luta até hoje da área dos profissionais da área artística, fazer com que as pessoas entendam que outras pessoas de outras profissões não devem suprir a necessidade, ou só para passar o tempo, porque a arte é necessária na vida de todas as pessoas com um profissionalismo, com uma dedicação e um respeito a ser mais pensado e valorizado (2021).

Entre as diferentes linguagens artísticas e de expressão corporal, a flexibilidade possibilitada pela arte e a entrega promovida por uma confiança conquistada pelas profissionais vêm abrindo, ao longo do tempo, canais de construção de ideias tanto para o desenho institucional quanto para a garantia de acesso a direito das pessoas

em situação extrema de vulnerabilidade. Diversos profissionais passaram ou ainda estão na equipe do programa e deixam suas marcas⁴, nunca esquecidas pelas pessoas nas ruas e nos bairros.

4. QUANDO FALTOU A ARTE-EDUCAÇÃO NO PROGRAMA DE REDUÇÃO CORRA PRO ABRAÇO

Uma infinidade de artigos e matérias de jornal reafirmam que “a pandemia do coronavírus apenas explicitou as desigualdades anteriormente postas na sociedade brasileira...”. Eu mesma publiquei em maio de 2020, dois meses após o “início” da pandemia, oferecendo um olhar sobre as bases das desigualdades e a proteção social necessária para as pessoas mais vulnerabilizadas, o artigo *As condições objetivas para o enfrentamento a Covid-19: abismo social brasileiro, o racismo e as perspectivas de desenvolvimento social como determinante*.

Naqueles primeiros meses da pandemia, estávamos imersas nos desafios de seguir a prática de redução de danos a partir dos serviços ofertados pelo Programa Corra pro Abraço, em Salvador-BA, e preservar a saúde das trabalhadoras. Ou seja, a nossa equipe multiprofissional podia enxergar em filigranas as dificuldades do enfrentamento à crise sanitária de um lugar onde a Covid-19 tinha o mesmo tamanho que tantas outras ameaças à saúde ou até mesmo à vida. É nesse lugar do “não se ter nada a perder” que se sedimenta, legítima e cristaliza o lugar das violações.

Dentre as atividades suspensas, estavam as de Arte-Educação, expressão corporal e cultura, isso porque parecia um ato contínuo compreender que essas atividades, por sua natureza, aglutinam, juntam pessoas e por isso seriam inadequadas para aquele contexto.

Ocorreu que passados os primeiros meses, as ruas ficaram vazias, os estabelecimentos comerciais fechados, os transeuntes que tinham casa obedeciam à regra de não circular e as pessoas em situação de rua migravam para zonas na cidade onde pudessem talvez encontrar condições de subsistência, coisa que o centro da cidade já não estava provendo, ou se recolhiam para locais mais insalubres, para o uso intenso de drogas, já que não havia trabalho, nem comida e nem doações.

Em paralelo às medidas de ampliação das vagas de acolhimento em caráter emergencial da prefeitura, esse esvaziamento fez com que ouvíssemos que a população em situação de rua teria diminuído já que não estavam tão concentrados naqueles locais onde se encontravam mais comumente. Tratou-se de uma leitura apressada e equivocada, pois para quem permaneceu realizando o trabalho nas ruas se tratou apenas de encontrar os locais nos

[4] Merry Batista: atriz e historiadora no Corra desde 2013, Dainho Xequerê: músico multi instrumentista, no Corra desde 2013, Daiane Batista: mãe, educadora física no Corra desde 2014, Yaya: rapper e dançarina no Corra desde 2019. Passaram Telma Souza: atriz, Bibinha Origem e Luciana Rocha: estagiárias. Dandara Calmon: educadora física e capoeirista.

quais as pessoas estavam refugiadas.

Além disso, com o passar do tempo, famílias inteiras – diante da crise econômica – inauguraram a vivência nas ruas, fosse para coleta de doações, fosse porque não podiam mais sustentar o aluguel do imóvel no qual residiam.

Com a crise agravada, as ruas voltaram a encher, viadutos e marquises foram ocupados por famílias inteiras. Escutamos de pessoas que viviam há mais tempo nas ruas que quem estava sendo atendido, preferencialmente, pelos serviços de assistência social, “não eram moradores de rua, eram novatos”.

Essa afirmação embora ignore que, apesar de “novatas”, aquelas pessoas estavam de fato em situação de rua e precisando de assistência, por outro lado, denuncia algo importante: as pessoas mais desorganizadas socioeconomicamente e que eram usuárias de drogas tiveram maior dificuldade em encontrar acolhimento e alternativas. Eram pessoas que estavam sem documentos, sem referências, sem celulares, internet ou conta bancária para acessar os auxílios, sem acesso a máscaras para acessar os serviços de bancos e outros serviços públicos.

Sobre os usuários de drogas, há uma problemática antiga, o fato de que estes são identificados como “os que não querem sair das ruas”, quando, na realidade, não existiram alternativas de cuidado e nem de acolhimento para eles. As regras nas unidades de acolhimento não as comportam e, uma vez abrigado, não existe nenhuma abordagem de cuidado em saúde para o usuário de drogas, além de obedecer a mandatária ordem da abstinência. O que não é possível e nem desejado em muitos dos casos. A Redução de Danos nos parece ser sempre um caminho de convite para o autocuidado e para o cuidado do coletivo.

Foi na busca de possibilidades de cuidado nas ruas lotadas, ainda em meio a pandemia, que a prática da Arte-Educação e educação corporal foi retomada, sempre mobilizando sensibilidades, quando, ao longo do fatídico ano de 2020, nada aconteceu para os usuários de drogas em situação de rua, no momento em que a população em situação de rua, em geral, cresceu e as expectativas de fortalecimento da proteção social foram se tornando cada vez mais distantes.

5. NADA É! QUANDO OS USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RUA VIRAM SINÔNIMO DE “OS QUE NÃO QUEREM SAIR DA RUA”

As equipes que atuavam com usuários de drogas em extrema vulnerabilidade tiveram que aprender antes o que é invisível para a maioria da população e até para as autoridades sanitárias ou gestores da área da proteção social/assistência social. Há mui-

to o que se dizer sobre isto, mas reservamos aqui um lugar para falar da pedagogia da autonomia, preconizada pela redução de danos praticada no Programa Corra pro Abraço, tendo como ponta de lança a Arte-Educação, educação corporal e cultura.

Embora com caráter emergencial, ou seja, com data para acabar, no primeiro ano da pandemia do Coronavírus houve um aumento considerável na oferta de vagas para unidades de acolhimento de pessoas em situação de rua, mas essas vagas não alcançaram muitos dos casos de pessoas que são usuárias de drogas, que geralmente são consideradas “as que não querem sair da rua”. É importante frisar que nessas unidades não se tem uma proposta de cuidado para esses casos, ficando muitas vezes a comunicação resumida às regras, sendo que uma delas é o não uso de drogas, lícitas ou ilícitas.

As motivações para não se sustentar permanecer em uma unidade de acolhimento são as mais diversas, todos os dias relatadas por usuários, como, por exemplo, situações de violência dentro das unidades, ociosidade e distância de onde costumam fazer os “corres”. Na nossa opinião, esses fatores deveriam ser melhor observados antes de conclusões apressadas sobre o porquê das pessoas não aceitarem ir para as unidades. Situações agravadas por sofrimento mental são razões que também aparecem. Além disso, é muito comum também os relatos dos que dizem querer ir para as unidades, mas não encontram vagas, contrastando com a costumeira versão oficial dos governos de que há vagas para todo mundo e só não sai da rua quem não quer.

6. QUANDO A ARTE-EDUCAÇÃO DEU NOME NA PANDEMIA

Geralmente, é a equipe de Arte-Educação que adapta os conteúdos necessários às condições dadas para estabelecer o diálogo com a população extremamente vulnerabilizada, ocupada com suas emergências de comer, dormir e sobreviver. Afinal, o que seria uma situação limite para alguém que desconhece a realidade de viver nas ruas, na verdade é o ordinário para alguém que vive em situação de rua. A sensação é a de que se tem sempre que se recuperar rápido das chagas do corpo e da alma para continuar o “corre” da vida.

Assim, por observar que se as equipes de rua não estivessem presentes, aquela população não teria acesso a informações e cuidado, embora a emergência da pandemia tenha assustado toda a equipe de profissionais, a decisão do Programa foi a de dar um passo atrás para se proteger e avaliar as condições antes de bater em retirada ou seguir com as atividades diante da emergência. Importante dizer que, para esse público, não havia informação a

ser direcionada, não tinham casa, nem acesso à água ou alimentação. Naqueles primeiros meses, parecia não haver lugar para a Arte-Educação no contexto em que a ordem era a distância e o isolamento, o que mais tarde vai demonstrar o contrário.

O primeiro passo foi observar atentamente as orientações das autoridades públicas e sanitárias. Quando a mensagem de manter aberto “apenas os serviços essenciais” foi emitida, não tínhamos dúvida que era o nosso caso, mais tarde entendemos que ninguém estava falando com as equipes de redução de danos. A proteção social e a saúde para as pessoas mais vulnerabilizadas não foi priorizada e isso foi se comprovando: quanto mais avançava o empobrecimento da população, mais o público era invisibilizado e, por consequência, as profissionais que atuam junto a este foram deixadas para trás. Famílias inteiras recém-chegadas às ruas devido à falta de condições de manter o aluguel sensibilizam mais do que pessoas que lá já se encontravam. Não estamos, por ora, fazendo juízo de valor, mas apresentando o fato.

Nos decretos de fechamento e abertura de serviços, os equipamentos de proteção social não encontravam orientação expressa, causando confusão entre usuários e profissionais sobre o que estava funcionando, onde e quando. Dos profissionais dos Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua, os chamados Centros Pops, aos colaboradores de um programa de redução de danos, como o Corra pro Abraço, não foi reconhecida prioridade para a vacinação, por exemplo. Estes profissionais foram vacinados por ordem de idade juntamente com toda população geral que teve condições de realizar o isolamento.

Dito isso, após estabelecer, desde a primeira semana em que foi reconhecida a pandemia, uma parceria com o Nós nas Ruas, coletivo composto por profissionais e estudantes da UFBA e UNEB, cuja experiência foi relatada no artigo Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil⁵, foi realizado um treinamento teórico e in loco da equipe, para a produção de materiais informativos adaptados de maneira possível para aquele público.

O programa passou então a elaborar informativos como “Lambes” e, por sugestão da equipe de Arte-Educação, também os Zines e Jogos, como instrumentais para trabalhar o tema da pandemia e as demais problemáticas que vigoravam nos campos como as arboviroses zika vírus e febre chikungunya, dificuldade de acesso aos auxílios emergenciais, ora por falta de documentação, ora por falta de acesso à internet, entre outros. A disponibilização de material literário na campanha “Um livro como um abraço”⁶ foi uma das ações fortes do programa naquele período.

[5] Silva, Simone Santana da et al. Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2021, v. 25, suppl 1 [Acessado 2 Dezembro 2022], e200690. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200690>>. Epub 11 Jun 2021. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.200690>.

[6] Um livro como um abraço: programa realiza campanha de doação de alimentos e de livros. <https://www.brasildefatoba.com.br/2020/06/17/um-livro-como-um-abraco-programa-realiza-campanha-de-doacao-de-alimentos-e-de-livros>.

[7] ROCHA, E. M. Mulheres vulnerabilizadas: percepções de violência em contexto de rua num território de Salvador/BA. 1ª Edição. Salvador: Editora Selo, 2020.

Foi necessário se reinventar, pois as rodas de Arte-Educação imediatamente não eram uma opção, as dinâmicas foram redesenhadas e, na medida em que as ruas voltavam a encher, chegavam a patamares superiores aos de antes da pandemia. A única possibilidade de viabilizar um efetivo diálogo com organização e distanciamento era a partir justamente das rodas. A realização dos atendimentos das equipes de maneira dispersa e individual, tal qual havíamos orientado antes para evitar aglomeração, no caso de alguns campos mais lotados, não dava conta de atender tantas demandas por orientações.

Assim, tudo voltou ao princípio, mas com novos instrumentos, ou os mesmos utilizados antes, mas de outras formas, através das equipes de Arte-Educação. Um marcador de giz delimitando a distância, dinâmicas criativas estimulando o uso adequado de máscaras, desmistificando informações incorretas sobre a doença, coletando experiências específicas do contexto para a produção de novos informativos.

7. NADA É! NÃO SE PODE APONTAR UMA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL POR UMA TRAGÉDIA SOCIAL QUE É COLETIVA

Existem segmentos populacionais no Brasil que são desconsiderados quando se trata da elaboração de políticas públicas, dentre eles, os usuários de drogas que vivem em extrema vulnerabilidade, no caso da população em situação de rua, maioria de homens negros, muito embora a minoria feminina negra lide com questões bastante peculiares de opressão⁷.

Admitir a existência da população em situação de rua no conjunto das políticas públicas é assumir uma dimensão de fracasso coletivo que é negado e acaba reforçando estereótipos e responsabilização individual por uma tragédia social que é coletiva. Foi esse o desafio do Movimento Nacional da População de Situação de Rua (MNPR) em bancar um debate institucional para a garantia de direitos desse segmento no Brasil. A representação do MNPR foi ágil em apresentar um documento bastante completo com demandas aos governos para mitigar os efeitos da pandemia sobre aquela população.

No tocante aos usuários de drogas nessas condições, poucas alternativas se apresentam e cada fracasso do sistema computa como culpa e fracasso do indivíduo. A política sobre drogas brasileira informa também sobre caminhos de cuidado, mas ainda aparecem com mais força as perspectivas alienadoras de direitos e punitivistas de usuárias negras e empobrecidas, criminalizadas, que habitam territórios também criminalizados pelas suas condições de pobreza.

O Corra pro Abraço não reinventa a roda, mas lê com aten-

ção, aprende e põe em prática o que pressupõe ser a reforma psiquiátrica brasileira e as normativas dos serviços da atenção biopsicossocial, considerando a trajetória de identidade dos seus usuários e usuárias e a intersecção dos determinantes de opressão que a/ os condicionam àquelas condições degradantes, estando estes nas dimensões de raça, gênero, orientação sexual e classe, pautados em modelos de desenvolvimento excludentes ao longo da história.

Modelos de sociedade que validam sistemas de opressão que lançam milhões de pessoas a condições de indignidade e sofrimento sob pretexto da sua condição racial, de gênero ou orientação sexual, levam a cabo uma trajetória de sucesso de um projeto rumo a concentração dos bens produzidos por muitos, mas acumulados por muito poucos. No período da pandemia no Brasil, computa-se que 19 milhões de pessoas passaram fome, ao passo que surgiram 20 novos bilionários.

Nessa sociedade de projeto de morte para negras e negros empobrecidos, não há lugar para a arte, para uma educação libertadora e para corpos erguidos e altivos, mas sim para corpos e mentes curvados. A prática da força da arte, da educação libertadora e dorsos altivos segue em um caminho diferente, disputando uma outra sociedade, com o ser humano e a natureza no centro, com as suas sensibilidades criadoras e curativas mobilizadas.

A nós que passamos pelo Corra pro Abraço, fica uma experiência que afirma que é muito difícil, mas que é possível se seguirmos o caminho da luta intransigente por direitos e pela liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALMON, T. V. L. (2020). *As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes*. *NAU Social*, 11(20), 131–136. <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36543>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROCHA, E. M. *Mulheres vulnerabilizadas: percepções de violência em contexto de rua num território de Salvador/BA*. 1ª Edição. Salvador: Editora Selo, 2020.

SILVA, Simone Santana da et al. *Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2021, v. 25, suppl 1. <https://doi.org/10.1590/interface.200690>.



✦ TRICIA CALMON

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/ Faculdade de Administração da UFBA); Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Raça (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA - 2015), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2008). Atualmente é Superintendente de Defesa aos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia. Foi Especialista em Monitoramento e projetos da ActionAid Brasil, antes foi Coordenadora Geral do Programa Corra pro Abraço (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia). Foi conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas e atualmente é conselheira do Conselho Estadual de Direitos Humanos, vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual LGBT. É Membro da Assembleia Geral e Conselheira do Fundo Baobá para a Equidade Racial. Atuou como consultora da Fundação Kellogg no programa de Equidade Racial no Nordeste que resultou na criação do referido Fundo (2008 à 2011).

JUVENTUDE É PRA BRILHAR, NÃO PRA MORRER DE BALA

uma experiência de redução de riscos e danos com jovens vulnerabilizados na Bahia

✦ LUÍSA SAAD

“Gente é muito bom. Gente deve ser o bom. Tem de se cuidar. De se respeitar o bom.”

(Trecho de Gente, de Caetano Veloso)

O presente texto tem a intenção de apresentar e provocar reflexões objetivas e afetivas sobre a implementação e o primeiro ano do Programa Corra pro Abraço Juventude, no município de Lauro de Freitas, Bahia, em 2017. O Corra pro Abraço é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, vinculado à Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD) da atual Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), antiga Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS). A iniciativa tem como principal objetivo a promoção da cidadania e garantia dos direitos de pessoas que fazem uso abusivo de drogas em contextos de vulnerabilidade e/ou que são afetadas por problemas relacionados à criminalização das drogas. A atuação é baseada nas estratégias de redução de riscos e danos físicos e sociais, buscando aproximar seus participantes das políticas públicas existentes, uma vez que os mesmos vivem sob estigmas e desigualdades que interferem diretamente em sua capacidade de busca, acesso e acolhimento pelos

serviços públicos. O Programa prioriza as áreas de saúde, assistência social, educação e justiça².

O termo “vulnerabilidade” tem sido foco de intensos debates e questionamentos acerca de seu possível uso como atributo imposto automaticamente a determinados sujeitos, sem a análise de contextos que podem tornar uns e outros mais ou menos vulneráveis. Para o filósofo francês Emmanuel Levinas, a vulnerabilidade é a condição de todo ser humano, visto que todos estão expostos ao outro e ao mundo. No dicionário Michaelis é utilizada para vulnerável a definição “que é suscetível de ser ferido ou atingido por doença; que está sujeito a ser atacado ou criticado”. Aqui será utilizada a terminologia “vulnerável” como forma de respeitar e manter a nomenclatura oficial do Programa, associando a vulnerabilidade à fragilidade, à suscetibilidade e à necessidade de cuidado/proteção intensificados. Ademais, é possível refletir sobre as diferenças não apenas semânticas de vulneráveis e vulnerabilizados, entendendo que as condições em que tais jovens foram colocados não partem de um lugar naturalmente ocupado, mas sim de um contexto de ausência e violação de direitos.³

Os princípios norteadores do Programa Corra pro Abraço são o acolhimento, a escuta qualificada e o vínculo. O acolhimento é pautado na aproximação cuidadosa com o sujeito, respeitando seu estilo de vida e suas escolhas, sem julgamentos e imposições, mostrando-se disponível para o encontro. A qualificação da escuta acontece a partir da atenção e do interesse empregados, estimulando os sujeitos a refletirem sobre suas trajetórias e orientando-os na busca pela resolução de suas necessidades. Já a construção do vínculo se dá pela aproximação que prioriza o investimento contínuo na relação a partir da disponibilidade para o outro, mirando a criação e o fortalecimento de laços.⁴

O Programa iniciou sua atuação em 2013, ainda enquanto projeto para atuar junto à promoção de cidadania a pessoas em situação de rua, com a capacitação de uma equipe transdisciplinar, articulando temáticas de redução de danos, atenção psicossocial e acesso às redes de atenção. Construída a identidade do grupo, chegou-se à fase de identificação dos campos de atuação a partir da observação da dinâmica de locais onde havia grande concentração de pessoas em situação de rua na região central de Salvador. Entre 17h e 19h a equipe levantava demandas, fazia atendimentos, dava retornos e realizava oficinas de arte-educação. O contraturno do campo era dedicado ao preenchimento de instrumentos de acompanhamento, reuniões, encaminhamentos, acompanhamento de usuário/as a serviços e demais necessidades que surgissem.⁵

A partir do final de 2016 e início de 2017, o então Programa

ampliou seu leque de atuação para novas áreas e outros municípios. O chamado “Corra Rua” realiza um trabalho de campo junto a pessoas em situação de rua e usuária/os de drogas em espaços onde há concentração dessa população e cenas de uso. Segue um modelo de atenção e cuidado pautado na baixa exigência, se deslocando para o local onde o indivíduo se encontra e acolhendo-o a partir da forma como ele se apresenta, buscando sempre respeitar e interagir com o contexto de sociabilidade já definido nesses locais. Através da realização de oficinas de arte-educação, desporto e atendimentos individuais, técnicos e beneficiários estreitam os laços e encaminham as demandas de saúde, justiça, educação ou outras.⁶

A iniciativa conta, ainda, com uma equipe no Núcleo de Prisão em Flagrante, fruto de uma parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, junto a pessoas em situação de vulnerabilidade social que passam pelas audiências de custódia e recebem liberdade provisória. Tais sujeitos são acolhidos e acompanhados por técnicos que fazem orientação jurídica e convite para participação em atividades realizadas pelo Programa.⁷ Com a ampliação do “Corra” em março de 2023, contemplou-se a implantação do Centro de Referência de Redução de Danos e População em Situação de Rua Maria Lúcia Pereira, o Observatório de Políticas Sobre Drogas do Estado da Bahia e o Núcleo de Inclusão Social, no município de Salvador. Além da continuidade e ampliação da execução na Capital com o “Corra Rua” e o “Corra Juventude”, como carinhosamente são chamados por beneficiário/as e técnico/as, o Programa foi implementado também nos municípios de Feira de Santana e de Vitória da Conquista.

O “Corra Juventude” tem como público prioritário jovens em situação de risco que vivem em contextos marcados pela violência. A implementação do eixo Juventude ocorreu em 2017, com a instalação de equipes para acompanhar jovens em quatro bairros periféricos de Salvador e no bairro de Itinga, em Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador, a sétima mais populosa do Brasil. De acordo com estimativa do IBGE, em 2017 a população de Lauro de Freitas era de 197.636 pessoas, distribuídas por 19 bairros, sendo o bairro de Itinga o mais populoso, com cerca de 70.000 habitantes.⁸ Segundo o “Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil”, o mais atualizado na época de implementação do Programa em Lauro de Freitas, o município ocupava a 10ª posição no ranking nacional dos 150 municípios com maiores taxas médias de homicídios por arma de fogo (HAF), sendo os jovens as vítimas de boa parte das estatísticas.⁹

As atividades voltadas à juventude em Lauro de Freitas

[2] Informações disponíveis em <http://corraproabraco.org>. Acesso em 12 de maio de 2018.

[3] Para aprofundar a discussão ver: JORGE, Denise Batista Pereira. “Adolescentes vulneráveis ou vulnerabilizados? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacaréi (SP)”, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. A reflexão também está presente em BITTENCOURT, Ana Luiza Portela et al. “Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas”. Revista Bioética, 2015, vol.23, n.2, pp.311-319. Disponível em <https://shorturl.at/9Ia-VI>. Acesso em 12 de setembro de 2024.

[4] Idem.

[5] Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Centro de Referência Integral de Adolescentes. Corra pro abraço: o encontro para o cuidado na rua. Salvador, SJDHDS, 2016.

[6] Idem.

[7] Idem.

[8] IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lauro-de-freitas/panorama>. Acesso em 12 de maio de 2018.

foram pensadas com base na metodologia da arte-educação, somada a uma formação em política de redução de riscos e danos associados ao uso de drogas, bem como abarcando temas transversais de interesse dos jovens e de relevância para uma formação cidadã. Em paralelo à formação continuada eram realizados atendimentos e encaminhamentos individuais, estímulo ao fortalecimento de vínculo com familiares e comunidade, saídas culturais, intervenções urbanas, acompanhamento de demandas psicossociais e elaboração do projeto de vida.

A idealização de um núcleo que tivesse atuação direcionada à juventude surge a partir das experiências anteriores com pessoas em situação de rua no centro da capital baiana, quando se observou a incidência de um fluxo migratório de bairros periféricos originado em função das múltiplas violências e violações de direitos desses sujeitos, em especial homens jovens negros e pobres com baixa escolaridade. Assim, o “Corra Juventude” surge como uma estratégia para contenção desse fluxo de jovens de seus bairros para o centro da cidade, quando comumente passam a viver em situação de rua, expostos a novas formas de violência e não raramente impelidos a iniciar ou intensificar o uso de álcool e outras drogas para lidar com as ameaças e vazios que a vida na rua pode potencializar.

ABRINDO CAMINHOS

Segundo o Estatuto da Juventude vigente atualmente no Brasil, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” e esse é o recorte etário adotado pelo Programa.¹⁰ A repartição de idades tem se mostrado uma ferramenta essencial para consolidar e ampliar conquistas e, em se tratando de políticas públicas, construir pautas voltadas à juventude faz com que se busque a garantia, ao menos em partes, dos direitos dessa parcela da população.¹¹ O “Corra Itinga”, como carinhosamente foi batizado por seus participantes, chegou a Lauro de Freitas em janeiro de 2017, a partir da formação de uma equipe de profissionais com experiências prévias em políticas de drogas e redução de riscos e danos e/ou educação popular e/ou atuação com jovens em contextos de violência. A equipe transdisciplinar foi composta por uma coordenadora, uma pedagoga, um cientista social, uma psicóloga, uma assistente social, dois arte-educadores e três funcionários do setor administrativo. A idealização multiprofissional da equipe se deu a partir das experiências anteriores e da compreensão de que seria preciso articular diversos saberes para abarcar integralmente a complexidade do acompanhamento de jovens. Em paralelo à seleção dos profissionais foi realizada a busca pela casa para abrigar o Programa, etapa que exigiu bastante cuidado pois deveria contemplar mínima neutralidade territorial, de

forma que jovens de diferentes localidades pudessem frequentar sem que houvesse a possibilidade de conflitos entre grupos rivais.

As primeiras atividades foram pautadas pela necessidade de articulação local junto às redes ligadas à juventude para apresentar a proposta do Programa e desenvolver estratégias conjuntas para a identificação dos jovens a serem beneficiados. Foram realizadas diversas reuniões com a rede formal – em especial com as Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e Cidadania, Juventude, Igualdade Racial e LGBT e Educação, coordenações de serviços públicos voltados ao cuidado, lideranças políticas com atuação na defesa dos direitos humanos – e com a rede informal, composta por coletivos de cultura, lideranças comunitárias, lideranças religiosas e jovens de variados movimentos sociais.

Surgia então, a grande questão: quem são esses jovens que o Programa pretende acessar? É sabido que grande parte das políticas públicas do Estado voltadas à juventude adotam requisitos que acabam por excluir uma parcela de jovens, como as exigências de possuir documentação básica e/ou estar matriculado em/frequentando a escola, entre outras. O perfil a ser contemplado nesse caso seria pensado a partir da inclusão da exclusão: qual o jovem que nenhuma política acessa, quem é o jovem pelo qual nenhuma instituição quer se responsabilizar? Para isso foi criada uma ficha de identificação que continha campos para preenchimento de informações pessoais, como nome, responsável (no caso de menores de 18 anos), endereço, telefone e grau de escolaridade e uma lista com itens a serem assinalados:

- Uso de substâncias psicoativas (álcool, cigarro ou outras drogas);
- Familiares com passagem pelo sistema prisional e/ou vítimas de mortes violentas;
- Trajetória escolar atrasada, interrompida e/ou que estejam fora da escola;
- Baixa renda familiar (renda abaixo de R\$954,00);
- Dificuldade de inclusão no mercado de trabalho;
- Já sofreu criminalização (abordagem policial violenta, acusação de infrações, processos judiciais etc.);
- Filhos. Quantos? _____ ;
- Outras _____.

As fichas foram distribuídas aos parceiros, que deveriam devolvê-las preenchidas identificando jovens com perfil potencial para ingresso no Programa. A convite da Secretaria de Educação do município, a equipe visitou algumas escolas onde supostamente haveria concentração de “alunos-problema”: jovens expulsos de outras instituições, reprovados por mais de uma vez, com indícios

[9] WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro, FLACSO, 2015, p. 42.

[10] BRASIL. Presidência da República, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Tal recorte etário segue um parâmetro internacional estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entretanto, não é padrão em alguns outros países, a exemplo do México, que considera jovens pessoas entre 12 e 29 anos.

[11] ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.]

de atos infracionais, histórico de mau comportamento etc. Como estratégia para mobilização desses jovens, a equipe de arte-educação propôs dinâmicas no espaço escolar para “amaciá” as relações e facilitar o contato seguinte.

Após a análise detalhada das fichas e em função do número superior à oferta de vagas, foi necessária a criação de critérios para a seleção dos jovens que seriam matriculados. Assim, foram definidos pesos diferenciados para as ditas vulnerabilidades e elaborada uma espécie de ranking/barema que auxiliou na escolha dos jovens em contexto mais fragilizado:

- Faixa etária – 15 a 18 anos: peso 2 / 19 a 24 anos: peso 1 / 25 a 29 anos: peso 0.
- Gênero – feminino: peso 1 / masculino: peso 0.
- Uso de substâncias psicoativas (álcool, cigarro ou outras drogas): peso 2.
- Familiares com passagem pelo sistema prisional e/ou vítimas de mortes violentas: peso 2.
- Trajetória escolar atrasada, interrompida e/ou que estejam fora da escola: peso 1.
- Baixa renda familiar (renda abaixo de R\$954,00): peso 1.
- Dificuldade de inclusão no mercado de trabalho: peso 1.
- Já sofreu criminalização (abordagem policial violenta, acusação de infrações, processos judiciais etc.): peso 1.
- Filhos: peso 1.
- Outras: peso 1.

O maior peso para jovens de 15 a 18 anos deu-se em função da compreensão de que os adolescentes são pessoas em “condição peculiar de desenvolvimento”, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente em vigência.¹² A peculiaridade desse momento de desenvolvimento psicológico, biológico e social, somada a um contexto de emancipação quando hábitos e comportamentos estão em transformação, foi considerada relevante para a seleção dos jovens.¹³ A relação dessa característica com um ou mais dentre os itens listados aponta para a necessidade de se intensificar o cuidado, sendo a participação no Programa compreendida como um suporte para essa fase de profundas transformações.

Embora sejam conhecidos os dados que mostram que os homens jovens são as maiores vítimas de mortes violentas no país,¹⁴ buscou-se dar um peso diferenciado a jovens do sexo feminino para favorecer sua inclusão compreendendo que as mulheres são vítimas de diversas formas de violências, muitas vezes negligenciadas por ações que visam à promoção da cidadania, resgate da autoestima e incentivo à autonomia. Para além das violências mais comumente notificadas e visibilizadas – como as variadas formas

de violência doméstica, o estupro, o agenciamento à prostituição –, se faz importante considerar outros aspectos que implicam na continuidade de projetos pessoais e profissionais na vida de meninas e mulheres jovens, como a maternidade precoce – muitas vezes solo – e/ou o acúmulo de tarefas domésticas.

Outro fato que foi considerado relevante para a seleção dos jovens foi o uso de álcool e outras drogas, partindo-se da compreensão de que essas substâncias têm ação direta sobre o sistema nervoso central, que ainda se encontra em formação na fase inicial da juventude. O uso precoce/em excesso sem a devida orientação pode causar alterações orgânicas, cognitivas e/ou comportamentais e causar problemas neurológicos e psiquiátricos, riscos muitas vezes desconhecidos e/ou ignorados pelos jovens na ânsia pela descoberta, aventura, experimentação e outras motivações subjetivas que permeiam essa fase formativa.¹⁵

Estudos realizados com jovens que apresentam problemas com uso de drogas ou comportamentais mostram que o universo familiar pode atuar como fator de risco ou de proteção. Famílias que tenham vivenciado situações de extremo sofrimento, como a passagem de um membro pelo sistema prisional ou uma morte violenta, tendem a atuar como fatores de risco na formação. Esse item recebeu peso diferenciado pela compreensão de que jovens que estejam vivendo ou tenham vivido experiências semelhantes podem apresentar traumas em função do rompimento brusco dos vínculos e ausência de referências familiares em fase importante de socialização.

Outros itens elencados foram considerados de relevância significativa para a identificação de jovens em situação de maior vulnerabilidade, como uma relação não linear com o ambiente escolar. Embora sejam conhecidos os inúmeros desafios que permeiam o ensino público formal, a escola ainda se apresenta como um fator de proteção enquanto instância formadora que propicia diversas formas de socialização e responsabilização.¹⁶ Portanto, jovens com trajetória escolar atrasada, interrompida ou que estivessem fora da escola também receberam atenção especial.

Os itens referentes à baixa renda familiar e dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, relacionados a questões de ordem financeira e que têm influência sobre a autoestima do sujeito, foram elencados por estarem diretamente ligados ao que podem ser consideradas condições minimamente dignas e que tendem a expor jovens a situações de insegurança e risco. O histórico de possível criminalização surge como um fator que pode ser responsável por traumas individuais e estigmas comunitários. Jovens com filhos, especialmente mulheres, tendem a ter suas dinâmicas de vida totalmente alteradas, por isso a pontuação no barema. O item “Outras”

[14] Ver CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

[15] NIEL, Marcelo; JULIO, Alessandra Maria; SILVEIRA, Dartiu Xavier. “Propensos ao excesso”. Revista *Mente e Cérebro: o olhar do adolescente: os incríveis anos de transição para a idade adulta*, São Paulo, n. 4, 2008.

[16] SUDBRACK, Maria Fátima Olivier and DALBOSCO, Carla. “Escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas”. In: *Simpósio Internacional do Adolescente*, 2, 2005, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200082&lng=en&nrn=abn. Acesso em 4 de maio 2018. Ver também ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba, Ed. Appris, 2016.

[12] BRASIL. Presidência da República, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

[13] BITTENCOURT, Ana Luiza Portela et al. “Adolescência vulnerável”, pp. 312-313.

foi disponibilizado para jovens que quisessem apresentar quaisquer fatores diferentes dos elencados que pudessem estar associados a dificuldades, privações e fragilidades de/em suas vidas.

Ao longo do processo de seleção dos jovens no primeiro período de execução do Programa em Itinga, foram recebidas mais de 300 fichas com perfil potencial para inclusão nas atividades. Ao se aplicar os critérios descritos acima, quando os fatores considerados de risco se interrelacionam e potencializam a dita situação de vulnerabilidade, foram finalmente identificados 60 jovens para início da formação em maio de 2017. A definição da quantidade de jovens se deu em função do número de vagas disponíveis, visto que existia previsão orçamentária de pagamento de bolsa-auxílio para cada um dos participantes.

Entre os resultados mais relevantes após a seleção podem ser destacados os índices que apontam que aproximadamente 75% dos jovens supostamente faziam uso de drogas lícitas ou ilícitas, 74% tinham idade entre 15 e 18 anos, 55% pertenciam ao sexo feminino, 64% tiveram ou têm familiares com passagem pelo sistema prisional e/ou vítimas de mortes violentas e 3 jovens se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa. Do ponto de vista sociorracial, todos os inscritos se declararam negros ou pardos e em sua totalidade vinham de trajetória escolar atrasada, interrompida e/ou estavam fora da escola.¹⁷ Os jovens foram contatados e convocados a comparecer na sede do Programa para efetuar a inscrição, bem como os responsáveis pelos menores de 18 anos foram convidados para preenchimento de autorização de participação e uso de imagem.

PLANTANDO SEMENTES

O primeiro dia trazia uma atmosfera de ansiedade e desconfiança e uma atividade inicial de reconhecimento de si, do outro e do coletivo foi estrategicamente pensada para quebrar o gelo no início da integração. Através de jogos de concentração, repetição e desafios de memória os jovens pronunciavam seus nomes e os nomes dos colegas uma, duas, dez vezes, com diversas entonações, usando variados movimentos corporais e em diferentes ordens. A brincadeira proposta com o objetivo de causar a reflexão sobre a importância de cada um e do coletivo já fazia transparecer a intimidade de muitos: era comum os que não conseguiam falar o nome em voz alta e mais comum ainda os que não conseguiam olhar nos olhos um do outro para se apresentar. Nesse dia já foi possível identificar jovens que preferiam ser chamados pelo apelido por vergonha do nome de registro e um jovem do sexo masculino que se apresentava com um nome considerado feminino, preferências adotadas pela equipe técnica desde então.

[17] Relevante destacar que todas as informações foram fornecidas pelo indivíduo que preencheu a ficha de identificação, sejam eles os responsáveis pelos jovens, diretores de escolas, funcionários de serviços de assistência social, os próprios jovens ou outros. Assim, é possível que alguns dados estejam subnotificados, pois é comum o receio em se fornecer determinadas informações temendo a exclusão

No segundo dia, o grupo pôde ouvir diversas vezes, cantar juntos a música “A Minha Alma”, da banda O Rappa, e refletir sobre a letra da mesma. Divididos em grupos, cada um escolheu um trecho de sua preferência e apresentou aos demais a sua escolha com o intuito de convencer o coletivo que aquela seria a mais importante. O poder de argumentação e justificativa foi trabalhado de forma exaustiva pelos grupos e foram unânimes os depoimentos que apontavam para a necessidade de se prestar atenção – ouvir – mais profundamente algo para conhecê-lo. Chamou a atenção um jovem de 16 anos, em cumprimento de medida socioeducativa, de perfil arredo e agitado, que escolheu o trecho “me abrace e me dê um beijo, faça um filho comigo”.

O terceiro dia de integração propôs um direcionamento para a identificação territorial dos jovens com o seu bairro, a partir de suas lembranças, afetos, espaços de circulação e localização pessoal e coletiva, buscando incorporar as dimensões políticas, econômicas e culturais intrínsecas ao território. Como proposta, foi realizada a criação de dois painéis: um com um mapa da comunidade com as principais localidades e outro contendo a palavra “JOVENS” no centro para que escrevessem quais os pontos de encontro em maior ou menor proximidade com a juventude. Em ambas as turmas apareceram pontos de cultura e lazer, como “baile funk”, “paredão” e “batalha de rap”. Chamam atenção os pontos “favela”, “barraco” e, mais próximos ao centro, ou seja, aos jovens, as localidades “cemitério”, “biqueira”, “delegacia” e “UPA” (Unidade de Pronto Atendimento). A atividade gera um desentendimento entre dois jovens com princípio de agressão física e se encerra com uma excelente reflexão coletiva que transita sobre os aspectos relacionados ao tráfico e guerra às drogas, rivalidade de facções, irmandade e parceria e genocídio de jovens negros.



Mural feito por uma das turmas na atividade “Onde estou?”

No quarto dia da semana de integração, um dos arte-educadores, morador antigo da Itinga, conta um pouco sobre sua história e a chegada no bairro, sobre as transformações espaciais e as marcas que podem ser identificadas. Assim, convida cada um para, em dupla, contar ao colega a história de alguma cicatriz que carrega. A atividade gerou depoimentos pessoais impactantes, tanto a respeito de cicatrizes físicas – como a de um jovem, fruto de violência policial, que o levou a ser inserido no Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas de Morte (PRO-VITA) – quanto de cicatrizes emocionais e psicológicas, como o assassinato do pai de um dos jovens na sua presença.

Tantas emoções já afloradas e o grupo ainda experimentava a primeira semana de encontros! Os vínculos entre os jovens e os educadores já se firmavam em um tempo-espço completamente diferente do que todos haviam experimentado até ali. “Ninguém nunca me abraçou assim” ou “Aqui eu me sinto muito melhor do que em casa” passaram a ser frases comuns ditas por jovens que, há pouco tempo, sequer conseguiam olhar nos olhos uns dos outros. Chegava a hora, então, de dar início à Formação Cidadã de Jovens Multiplicadores do “Corra Itinga”.

REGANDO PARA FLORESCER

Os encontros semanais seguiam duas linhas metodológicas que transversalmente trabalhavam o resgate da autoestima, o estímulo da autonomia e a promoção da cidadania. Cada atividade foi meticulosamente pensada para conduzir os jovens à reflexão, estimulando-os a se deslocarem do lugar-comum a que estavam familiarizados. A ideia de que o Corra seria um espaço onde “conflito” e “conforto” surgiriam foi amplamente disseminada pelos educadores e gradualmente confirmada pelos participantes.

Nas oficinas de arte-educação, através das linguagens de circo, música, teatro e poesia, o processo de construção coletiva se deu a partir da potencialização das individualidades e coletividades em fases que se complementam. A fase inicial, de Liberação, teve como objetivo alcançar uma fluência expressiva e diminuir as barreiras, travas e medos pessoais e do grupo. A etapa seguinte, de Sensibilização, buscava desenvolver a percepção sensorial, com exercícios que estimulam a autoconfiança, a responsabilidade, a percepção do corpo e o reconhecimento dos valores individuais e coletivos. E, por fim, aconteceria a etapa de Produção, quando o ato criador se potencializa a partir da elaboração e organização das expressões através da utilização de símbolos, metáforas e outros recursos alternativos de representação.¹⁸

Um dia por semana foi reservado para capacitação com temas relacionados à Política de Redução de Danos, divididos

em eixos temáticos. O Eixo 1 abordou temas como cidadania e direitos humanos, políticas públicas, relações étnico-raciais e de gênero, gênero, sexualidade e diversidade religiosa, entre outros. O Eixo 2 destacou o que são drogas e seus efeitos, estratégias de redução de riscos e danos físicos e sociais associados ao uso de drogas, drogas, gênero e raça, abordagem policial, sistema de justiça e outros. O Eixo 3 tratou sobre relações interpessoais, educação financeira, planejamento familiar e acesso à rede socioassistencial. É importante destacar que o conteúdo programático foi sugerido, debatido e acrescido de temáticas consideradas relevantes pelos próprios jovens.

O ciclo formativo que tratou de drogas, consideradas por muitos indivíduos da sociedade civil e agentes do poder público como as grandes responsáveis pelas mazelas sociais, se iniciou com a pergunta “O que são drogas?”, conduzindo o grupo a um intenso debate, como, por exemplo, quando café e açúcar foram incluídos na listagem das drogas legalizadas. O conhecimento sobre os aspectos químicos e farmacológicos das substâncias ajudou na compreensão da classificação e efeitos e, mais adiante, a identificar e compreender estratégias de redução de riscos e danos para o uso ou abuso de drogas. Parceiras da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPd) e da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) participaram de uma aula e puderam dialogar com a juventude sobre os impactos do proibicionismo na vida das mulheres e da juventude negra, aspectos já conhecidos pelos jovens e expressos em seus depoimentos. A presença de um educador jurídico para tratar de questões relacionadas aos direitos dos usuários e o sistema de justiça despertou indignação: sendo usuários de substâncias ilícitas ou não, a grande maioria deles já tinha vivenciado situações de injustiça e abusos em abordagem policial, sendo esse o tema mais solicitado para inclusão no módulo formativo.

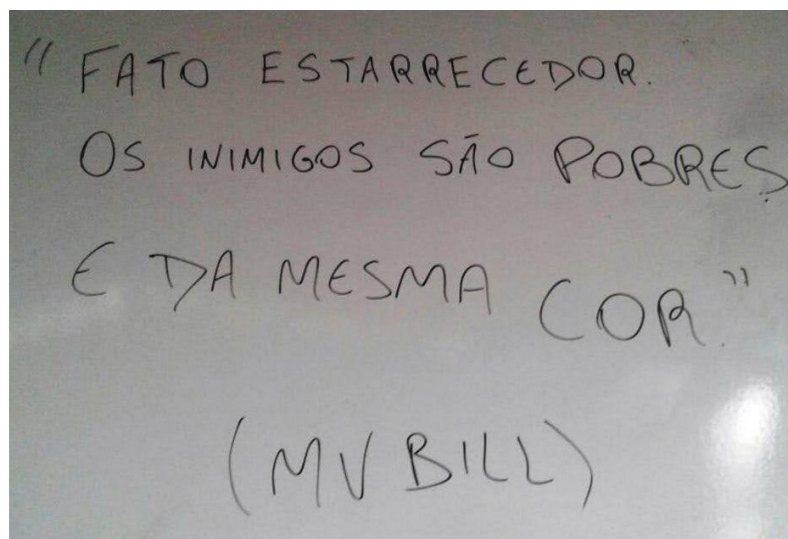
Semanalmente a equipe registrou relatos de abordagens policiais violentas, ocorrendo principalmente aos finais de semana. Um jovem de 17 anos relatou que, ao sair da escola, foi abordado por policiais com xingamentos e questionamentos sobre onde estariam “as drogas”. Após não encontrar drogas, os policiais passaram a zombar de seu cabelo e ordenaram que ele cortasse: *“da próxima vez que a gente te encontrar com esse cabelo a gente vai te matar”*. O jovem ficou 3 dias sem comparecer às atividades até conseguir cortar seu cabelo. Outro jovem de 15 anos, vestido com a camiseta do Programa – que continha a logomarca do Governo do Estado nas costas, teve uma arma apontada para sua cabeça, mesmo sem oferecer resistência e apresentando seu documento. Depois que os agentes não identifi-

[18] Embora tenha contemplado diferentes linguagens artísticas, a formação em arte-educação foi elaborada com base na proposta pedagógica do Teatro do Oprimido, criada pelo diretor e dramaturgo Augusto Boal, que visa à utilização do teatro como ferramenta de trabalho político, social, ético e estético, a partir de novas visões sobre a exploração e a opressão. Seu objetivo é auxiliar os “oprimidos” a alcançarem uma nova consciência social e instrumentalizá-los para a defesa de seus direitos contribuindo, assim, para a transformação da realidade.

caram nenhuma conduta duvidosa, retiraram o boné da cabeça do jovem dizendo: “me dê esse boné que esse aqui você não vai ver mais”. Um jovem de 17 anos relata ter sofrido violência policial na porta de sua casa, na frente de seus familiares, sem saber os motivos. Outro jovem de 23 anos foi confundido com um homem que estava sendo procurado pela polícia, teve sua casa invadida, foi levado para um terreno baldio e espancado brutalmente. Diversos jovens relataram outros tipos de abusos e agressões por parte dos policiais, como invasão dos conteúdos íntimos dos celulares, roubo de pertences (dinheiro, celular, boné) e constrangimentos públicos, como colocar dois jovens pra se beijar, dentre outros.

Abordagens policiais violentas são uma experiência corriqueira na rotina de jovens negros de bairros periféricos. Diversas pesquisas comprovam que o fenômeno da racialização se expressa intensamente no campo da segurança pública. A grande maioria de abordagens, prisões e mortes decorrentes de ação policial se dá sobre a população negra, em especial homens negros com idade entre 15 e 29 anos. As estratégias de policiamento e segurança operam de modo racializado e obviamente isso ocorre não pelo fato de os negros cometerem mais crimes, mas sim pelas condutas da população negra serem mais intensamente vigiadas.¹⁹

Embora usualmente os agentes de segurança pública negam que haja uma filtragem racial nas condutas cotidianas, há o reconhecimento de que a “fundada suspeita” – dada com base nas experiências de trabalho – remete ao estado de alerta a determinados grupos específicos de acordo com a faixa etária, o território e os jeitos de vestir, andar e falar.²⁰ Não surpreende que frequentemente os hábitos e trejeitos mais visados pela polícia sejam os que remetem às culturas da periferia. A discriminação de classe dissimula o racismo, dado que o mais superficial conhecimento histórico evidencia que classe e raça não estão dissociadas no Brasil. As convicções de que o abismo social é motivado unicamente pela questão econômica são sustentadas pela falsa e arcaica bandeira da democracia racial.²¹



[19] SINHORETTO, J. et al. “A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais”. In Figueiredo, I. Segurança pública e direitos humanos: temas transversais. Brasil, Ministério da Justiça / SENASP, 2014, p. 121-158. Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume5/filtragem_racial_selecao_policial_suspeitos.pdf. Acesso em 8 de maio de 2018. Sobre o fenômeno de racialização das abordagens raciais ver também DANTAS, Gilcimar Santos. “Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição”. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Sobre a incidência do racismo institucional do estado brasileiro ver FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2008.

[20] SINHORETTO, J. et al. “A filtragem racial”.

[21] Diversos autores e autoras apontam para essa questão. Ver, por exemplo, SILVA, Maria Nilza da. “O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?”. Revista Mediações, Londrina v.5 n.2, pp. 99-124, jul/dez, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9162/7757>. Acesso em 12 de maio de 2018; e FERREIRA, Mary Vânia Nogueira. “Raça e classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura”. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

Frase escrita por um jovem durante conversa sobre abordagem policial

[22] PRATTA, Elisângela Maria Machado e SANTOS, Manoel Antonio dos. “Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico”. Estudos de Psicologia, 2006, vol.11, n.3, pp.315-322. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi

[23] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2017.

[24] MARTINS, Carolos Henrique dos S. e SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de Souza. “Lazer e Tempo Livre dos(as) Jovens Brasileiros(as): escolaridade e gênero em perspectiva”. In ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, pp. 126-138.

A violência policial também foi pauta frequente nas conversas individuais com responsáveis e nas reuniões com pessoas de referência dos jovens. Estimular a re/construção dos vínculos com familiares e com a comunidade representa um dos objetivos das estratégias que visam à promoção da cidadania e a intensificação do cuidado. Já é mais que sabido que os vínculos familiares e a qualidade dos mesmos, bem como a participação e apoio da família no processo educacional, representam um fator de proteção dos jovens.²² Segundo uma jovem, “os professores são como uma família que eu nunca tive na minha vida”. Infelizmente e como previsto, foi baixo o número de pessoas de referência que aderiram ao convite da equipe para trocas, tendo todos os encontros uma média de 6 responsáveis. Importante frisar que todas as pessoas presentes eram mulheres: mães, tias e avós, parte das mais de 11 milhões de mulheres que criam seus filhos sozinhas, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).²³

As questões envolvendo desigualdade de gênero também se manifestaram na frequência das participantes e na continuidade da formação. Eram recorrentes os depoimentos de jovens mulheres que precisavam se ausentar das atividades em função da necessidade de assumir tarefas domésticas, como ajudar na limpeza da casa ou cuidar de outras crianças, como irmãos/sobrinhos. Durante o período formativo, uma jovem participante engravidou e alguns jovens do sexo masculino já tinham filhos ou anunciaram que seriam pais, mas apenas a gestante e as mães precisaram interromper momentaneamente ou suspender a participação no Programa. A precocidade na assunção de tarefas domésticas é um elemento presente na vida das meninas jovens e, para a maior parte delas, o “tempo livre” é um momento de trabalho não remunerado, visto que em 96% das residências as tarefas domésticas são de responsabilidade das meninas/mulheres.²⁴

A identificação com o território e a re/construção de vínculos com a comunidade, esboçados na primeira semana com atividades de localização espacial, foram intensificados através de ações de intervenção urbana. Uma audiência pública na Câmara Municipal de Lauro de Freitas com o tema “O Programa Corra pro Abraço e a Juventude de Lauro de Freitas”, protagonizada pelos e pelas jovens participantes, contou com a presença de mais de 100 pessoas, entre parlamentares – incluindo a prefeita de Lauro de Freitas, representantes de Secretarias municipais e estaduais, lideranças da sociedade civil e jovens de movimentos sociais. A “1ª Feira da Juventude de Lauro de Freitas” também foi protagonizada pelas turmas do Programa e contou com a oferta de vacinação, testagem rápida para detecção de infecções sexualmente transmissíveis, massagem, acupuntura, emissão de documentos e atividades artísticas, com realização em parceria com a prefeitura local.



Audiência pública realizada na Câmara Municipal de Lauro de Freitas

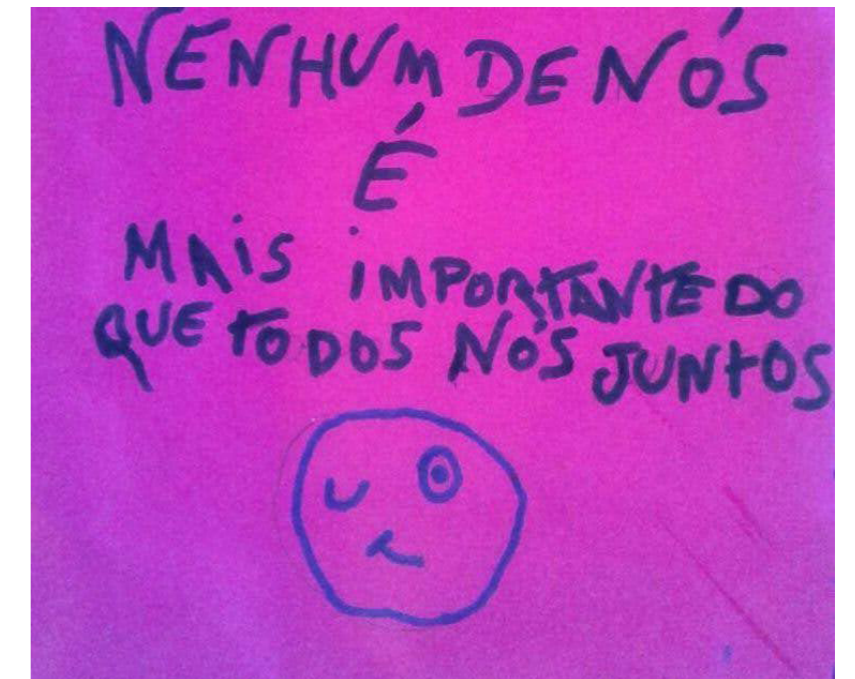
A partir da compreensão de que a dimensão cultural contribui para a formação das identidades e escolhas e o acesso a bens culturais é um direito de todo cidadão, também foram realizadas diversas saídas culturais com os participantes: cinema, museu, laboratório de inovações tecnológicas, show de rap, estúdio de gravação musical, palestra sobre política de drogas, teatro e uma viagem intermunicipal, dentre outros. A cada passeio cresciam as descobertas e sonhos eram despertados a partir do acesso a novos repertórios culturais. Quando não era possível viabilizar a atividade para os 60 jovens, foi adotado o processo de “eleição direta”: os interessados apresentavam os motivos e argumentos para a sua ida e recebiam votos dos demais. Os “eleitos” tinham o dever de trazer das atividades informações importantes como devolutiva a seus “eleitores”, método que propiciou reflexões interessantes sobre participação política e responsabilidade com os pares.

FINCANDO RAÍZES

“Fica à vontade, se permita no seu tempo, vai ver como é maravilhoso estar aqui e poder adquirir o conhecimento passado e todo o carinho e atenção dos educadores que compõem o grupo na casa do Corra”
(Frase de jovem no mural para as próximas turmas)

“Esse som é sobre a ciência da persistência versus a preguiça e a descrença / Paciência é a sapiência do espírito / Esse som é sobre o processo / O processo é lento”, cantou BNegão para as turmas em um dos primeiros encontros. Desconcentração, agitação, provocações, impaciência e “brincadeiras de mau

gosto” por muitas vezes desestruturaram atividades, mas nunca foram ignoradas, sendo normalmente utilizadas para reflexão e encaminhadas para resolução coletiva. A importância de cada um conhecer o seu tempo, os seus avanços e limitações, foi trabalhada dia-a-dia, bem como o respeito ao tempo do outro pois, independentemente das semelhanças biográficas e do contexto de suas vivências, cada um é um sujeito único nas suas inquietações, buscas e superações.²⁵ Os esforços pessoais e coletivos ecoavam ao fim de toda atividade quando, em roda, repetiam três vezes a frase “Nenhum de nós é mais importante do que todos nós juntos!”: a primeira vez baixinho para si próprio, depois em voz alta para o grupo e a última vez em alto em alto e bom som para o mundo.



Bilhete escrito por uma jovem no mural de recados

[25] Além das atividades em grupo, cada jovem também recebe acompanhamento individual, registrado no Plano de Acompanhamento do Cuidado (PAC) – instrumento semelhante aos adotados em variados serviços voltados ao cuidado, como o Projeto Terapêutico Singular (PTS), o Plano Individual de Atendimento (PIA), o Plano Individual de Cuidado (PIC), o Plano Individual de Intervenção (PII) e outros. Trata-se de uma ferramenta de organização feita com e para o indivíduo para identificação de demandas e definição de metas. Ali estão contidas informações sobre moradia, documentação, vínculos (familiares, afetivos, comunitários), saúde, uso de substâncias psicoativas, justiça e educação/ocupação, além de registros outros que se mostrarem significativos. O PAC é um “instrumento vivo” que está em constante alimentação e auxilia no processo de construção de autonomia do sujeito, que desenvolve junto ao técnico de referência seu projeto de vida.

Em determinados momentos foi necessária a adoção de medidas de manejo para casos individuais, como a exemplo de um jovem de 17 anos, muito interessado e participativo, porém extremamente agitado – característica acentuada pelo uso abusivo de cocaína –, que não conseguia aguardar seu momento de fala e constantemente interrompia colegas e educadores. A repetição dessa situação causou muito nervosismo na turma, que cobrava ações repressivas como as que estavam acostumados a presenciar nos demais locais que frequentavam. Como o objetivo da ação nunca foi excluir sujeitos, mas sim incluí-los da maneira que se apresentam ao mundo, o jovem em questão foi convidado a se ausentar das atividades coletivas por

um determinado período, quando passou a realizar atividades individuais de leitura, escrita e música com o acompanhamento dos técnicos para exercitar a concentração e escuta.

De acordo com as reações e depoimentos, pela primeira vez os jovens se depararam com adultos, graduados, de diferente estrato social, que ofereciam escuta e credibilidade sem julgamentos prévios. Para além disso, educadores que discutiam e elaboravam com a juventude vias para alcançar a resolução dos problemas individuais e coletivos, sem adotar medidas punitivas conhecidas, vividas e já ignoradas por jovens desse perfil. Educandos e equipe experimentaram cotidianamente inverter os lugares, seguindo um dinamismo e uma abertura que são – ou deveriam ser – comuns ao ato educativo. Ocupar o lugar do não-saber foi um exercício diário para que fosse possível continuar a saber e seguir aprendendo nessa relação dialógica que constitui o aprendizado.²⁶

A credibilidade, importância e relevância que eram oferecidas às ideias, opiniões e demandas dos participantes geraram muita surpresa e acabaram por transformar o processo formativo em uma complexa e gratificante atmosfera de confiança e descobertas. Por estar constantemente associada à submissão, à ignorância e à inexperience, a juventude não se vê capaz de ser agente de sua própria transformação. A sociedade aduocrata não concebe o jovem enquanto sujeito integral que possui identidade própria, portador de direitos, experiências, sabedoria e conhecimento. A visão de que o jovem é um ser incompleto, em formação, “quase-adulto” e “quase-criança”, ora responsável por seus atos, ora infantil demais para ter responsabilidade, acaba por conduzir moças e rapazes a um não-lugar que só traz maiores dificuldades para esse já complexo contexto de transição.²⁷

Importante frisar que, em um grupo formado exclusivamente por jovens negros e negras, o caminho rumo ao resgate da autoestima precisava, necessariamente, passar pelo reconhecimento da identidade racial. “Retrocedi, compreendi: negra sou!”, escreveu uma jovem ao fim da formação. O resgate da história e cultura afro-brasileira e o senso de pertencimento foram elementos constantemente trabalhados nas variadas oficinas. A Guerra às Drogas como mecanismo racista de controle social ilustrou desde as mais simples às mais complexas atividades. Cenas de tráfico, conflitos de facções, balas “perdidas”, mortes de “envolvidos” e inocentes e abordagens policiais eram representações frequentes no processo de elaboração artística dos jovens. Inicialmente alguns traziam os aspectos de “glamourização” do crime, muito em função do status e poder que essa vinculação representa. Ao longo do processo formativo novos recursos de preservação da autoimagem, de proteção e de apoio foram se desenhando.

[26] Ver mais sobre o conceito de “douta ignorância”, do filósofo Nicolau de Cusa (1401-1464), que aponta o não-saber como responsável pelo conhecimento e aprendizado do ser humano, em GUENDELMAN, Constanza Kaliks. “O conceito de douta ignorância de Nicolau de Cusa em uma perspectiva pedagógica”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

[27] ABRAMOVAY, Miriam e ESTEVES, Luiz Carlos Gil. “Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas”. In ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, pp. 21-26.



“Mercado Africano”: atividade com tecidos, livros, bonecas e outros objetos da cultura afro-brasileira

Pode-se dizer que, apesar de inicialmente cerca de 75% dos participantes serem identificados como usuários, um percentual ínfimo evidenciou fazer uso abusivo ou problemático de drogas.²⁸ As maiores lacunas giravam em torno da fragilidade dos vínculos familiares, da precária estrutura física e pessoal das escolas, da dificuldade de mobilidade urbana, das escassas oportunidades de emprego e da violência policial. A guerra às pessoas – precisamente a essa juventude e seus pares – travestida de guerra às drogas retira, diariamente, familiares e amigos. Não foram poucas as atividades interrompidas para acolher o luto de jovens que desafiam as estatísticas e insistem em sobreviver em um território de guerra. Não coincidentemente o espetáculo final das turmas, escrito, produzido e encenado pelos jovens, levou o nome de “Bota no Saco”.



Cena final do espetáculo “Bota no Saco – O Julgamento”

[28] Nem todo uso de drogas é patológico ou problemático, mas mesmo o uso eventual não é livre de oferecer riscos. O abuso é um padrão de uso que tende a ser nocivo pela probabilidade de causar danos à saúde física e/ou mental do sujeito.

Em 9 meses foram realizados 4.272 atendimentos²⁹, 218 encaminhamentos³⁰, 171 oficinas de arte-educação e 48 oficinas relacionadas à política de redução de danos. A estas se somaram diversas oficinas de letramento, de fotografia, saídas culturais e intervenções urbanas. Foram muitos currículos elaborados e jovens encorajados, a descoberta da paixão pelo teatro ou pelo canto, a condução a cursos preparatórios para o mercado de trabalho, o interesse pela Psicologia, a vontade de trazer amigos e familiares para assistir às aulas. Diretores escolares e pessoas de referência mostravam surpresa frente à transformação daqueles meninos e meninas que sempre representavam ameaça, preocupação ou eram dados como perdidos.

Entretanto, o maior e melhor indicador de êxito das ações se mostrou na imensa quantidade de jovens que visitaram a sede para fazer inscrição, indicados e motivados pelos colegas que agora já carregavam o certificado de “Formação Cidadã de Jovem Multiplicador”, com carga horária total de 200 horas. Incontáveis foram os abraços apertados, olhares sinceros, gargalhadas e choro, desabafos, desentendimentos seguidos de reflexão, pedidos de desculpa, festas surpresa de aniversário, cartas e desenhos, carinhos e cuidados trocados entre jovens e educadores. Não se sabe ao certo quem mais aprendeu ou ensinou, mas muito do que foi desperto já existia dentro desses jovens, que são vistos apenas como corpos e mentes a serem governados. A juventude pobre frequentemente é compreendida como problema social, com potencial para o desvio, para a criminalidade. Aqui a juventude foi e é compreendida como potencial – e isso não é simples ou pouco. É fundamental que as experiências em redução de riscos e danos estejam em sintonia com a politização do afeto e do cuidado e do respeito à diversidade. Ao longo de 9 meses de atividades, as drogas foram figurantes. Os sujeitos são os protagonistas de sua história: “agora eu entendi que sou capaz e posso ser o que quiser”, disse um jovem ao fim da formação.



Frase de jovem no mural da atividade de encerramento

Os atendimentos configuram ações individualizadas: conversas, orientação, atividade personalizada, etc.

Os encaminhamentos representam o direcionamento, a partir das demandas apresentadas, para as redes de saúde, justiça, educação, assistência social, cultura ou outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam e ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. In ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, pp. 19-54.
- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.
- BITTENCOURT, Ana Luiza Portela et al. *Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas*. Revista Bioética, 2015, vol.23, n.2, pp.311-319. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000200311&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de maio de 2018.
- BRASIL. *Presidência da República*, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- DANTAS, Gilcimar Santos. *Efeitos de primings de crime na identificação de armas, no racismo, na desumanização e na atribuição de punição*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.
- GUENDELMAN, Constanza Kaliks. *O conceito de douta ignorância de Nicolau de Cusa em uma perspectiva pedagógica*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/louro-de-freitas/panorama>. Acesso em 12 de maio de 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2017.

JORGE, Denise Batista Pereira. *“Adolescentes vulneráveis ou vulnerabilizados? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP)”*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Carolos Henrique dos S. e SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de Souza. *“Lazer e Tempo Livre dos(as) Jovens Brasileiros(as): escolaridade e gênero em perspectiva”*. In ABRAMO-VAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, pp. 117-146. NIEL, Marcelo; JULIO, Alessandra Maria; SILVEIRA, Dartiu Xavier. *“Propensos ao excesso”*. Revista Mente e Cérebro: o olhar do adolescente: os incríveis anos de transição para a idade adulta, São Paulo, n. 4, 2008.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba, Ed. Appris, 2016.

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Centro de Referência Integral de Adolescentes. *Corra pro abraço: o encontro para o cuidado na rua*. Salvador, SJDHDS, 2016.

SINHORETTO, J. et al. *“A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais”*. In Figueiredo, I. *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasil, Ministério da Justiça / SENASP, 2014, p. 121-158. Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/ps-pvolume5/filtragem_racial_selecao_policial_suspeitos.pdf. Acesso em 8 de maio de 2018.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier and DALBOSCO, Carla. *“Escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas”*. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2., 2005, São Paulo. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200082&lng=en&nrm=abn.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015.



✦ LUÍSA SAAD

Mestre e doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia, onde pesquisa o processo de proibição das drogas no Brasil. É autora do livro “Fumo de Negro: a criminalização da maconha no pós-abolição” e co-autora de “Outros Caminhos são Possíveis – Corra pro Abraço: ação pública de redução de riscos e danos para populações vulneráveis”. Atualmente compõe a equipe da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD) da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) do estado da Bahia. É mãe de Francisco e integrante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e da Rede Latinoamericana e do Caribe de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD).

EDUCAÇÃO ENTRE PARES É PRÁTICA DE LIBERDADE:

percurso de vida e a formação da Escola Livre de Redução de Danos

✦ PRISCILLA GADELHA

Valorizar horizontes utópicos de outras formas sociais não é irrealismo ou expressão de impotência política. É resgatar bússolas — hoje ausentes — indispensáveis para direcionar e estimular lutas antigas e novas colocadas para a esquerda. É desenhar perspectivas estratégicas que ultrapassam o imediatismo, o taticismo, o economicismo e o pragmatismo de um suposto “realismo político” que é, de fato, muito ingênuo.

Pablo Solón - Alternativas Sistêmicas, 2019)

Com grande entusiasmo, esperamos em comunhão a continuidade e construção coletiva proposta pela redução de danos (RD) nos últimos 30 anos no Brasil, endossando este momento nos princípios básicos da RD, que passam pelo respeito, autonomia e liberdade de ser, pensar e existir, de acordo com a condição de cada pessoa, no aprendizado entre pares e na construção de tecnologias de cuidado, que passam pela escuta, encontro e acolhimento.

A RD é reconhecida a partir de suas práticas, trazendo uma nova percepção dentro da construção das políticas públicas, inicialmente relacionada ao cuidado com o uso de drogas injetáveis e possíveis agravos, conseguindo a ampliação nas formas de cuidar, perpassando as ruas, os gabinetes, as festas e os grandes eventos. Assim como cita Rigoni (2019), ao pensarmos na redução de danos, enquanto estratégia para pessoas que usam drogas,

primariamente o pensamento se volta à prevenção contra o HIV entre os usuário/as de heroína injetável, através dos programas de trocas/ distribuição de seringas, testes e tratamentos.

As estratégias e a prática da redução de danos podem pautar um olhar amplo, com foco em reduzir todos os danos associados ao uso de drogas, à questões de saúde, sociais e/ou econômicas, em alguns casos a situações de crimes contra o patrimônio, corrupção, encarceramento em massa, violência, estigmatização, marginalização ou assédio policial, como apresentam os dados do IDPC, em 2016.

Torna-se hoje uma importante estratégia de ação e incidência em cuidado e saúde coletiva, consolidada em todo estado brasileiro, com reconhecimento do território, ampliação de qualidade de vida, informação qualificada e enraizamento do cuidado comunitário.

A partir destes princípios, nasce a Escola Livre de Redução de Danos - ELRD, com surgimento no nordeste brasileiro, no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife, durante o obscurantismo construído em nosso continente, que ganha corpo político no golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), na manutenção no governo de Michel Temer (2016-2018), ou na abertura do estado bolsonarista, referendada depois das eleições de 2018. Nascemos como os cactos no sertão, em meio à aridez, com resistência e manutenção interna feroz em garantir água, sobrevivendo às adversidades do tempo e usando desta referência, para lidar com as situações e realidades adversas, aprendendo com toda experiência e, neste caminho resiliente, adaptar e viver todas as intempéries da vida, com leveza e continuidade.

A Escola Livre de Redução de Danos (ELRD) abre suas portas em 2019, como proposta de fortalecimento dos direitos humanos e justiça social no campo da política sobre drogas, fazendo intervenções que vão desde a segurança pública e justiça criminal até o fortalecimento da saúde pública, da assistência social e de todas as políticas na perspectiva dos direitos humanos.

Anamaria Carneiro, Arturo Escobar, Ingrid Farias, Priscilla Gadelha e Rafael West são as pessoas fundadoras da ELRD na última década puderam participar de construções coletivas quer seja no campo dos movimentos sociais, na construção da política pública ou no fazer dentro das universidades, na região metropolitana de Recife e no estado de Pernambuco. Esse grupo reconheceu a necessidade de novas ações e iniciou o processo de consolidação de sonhos e ideias, antes isolados e agora desenvolvidos em um local único, com proposta pedagógica de inclusão, enfrentamento às desigualdades e às diversas formas de opressão que afetam as pessoas que usam drogas. Compreendemos a necessidade de

enfrentar esse momento de forma pragmática, provocando novos olhares, atualização no fazer e maior interlocução com as bases da cultura, fortificando assim laços e interações, para construção com ousadia, renovação e criação de um presente possível.

Pautamos uma construção sistêmica, entranhada de alternativas e caminhos, como nos aponta Pedro Solón (2019), em que a superação do capitalismo, precisa vir acompanhada pelo enfraquecimento e superação do patriarcado, do produtivismo-extrativismo e do antropocentrismo. Sempre importante registrar que o capitalismo não cria o patriarcado, mas acentua o invisível trabalho reprodutivo e de cuidado que exercem as mulheres, bem como diversos outros grupos humanos, em suas expressões e condições de vida não moldados pela lógica mercantilizada, mas exploradas ao extremo. Enxergamos uma lógica pautada na autogestão da capacidade humana, explorando, conhecendo e reconhecendo caminhos antes poucos habitados, em experiências inovadoras, no horizonte contínuo de um caminhar com sentido, construído cotidianamente. Para acolhermos a diversidade das realidades à nossa volta, precisamos recorrer a alternativas sistêmicas diversas.

Reconhecendo literaturas, práticas e saberes por vezes negligenciados por uma estrutura colonizada e estruturada na formatação do “outro”, como nos apresenta Spivak (2010), com *Pode o subalterno falar?* e Sueli Carneiro (2005), com a tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, esse lugar se constitui por um conjunto de conhecimentos que foram desclassificados, levados a se reconhecerem como inadequados para sua tarefa ou até mesmo elaborados de forma insuficiente, por vezes pontuados como ingênuos e colocados à parte, na mais baixa hierarquia, com base na cognição ou na ciência, negando assim formas e saberes que não se moldam às estruturas postas.

Questionar as estruturas estabelecidas e colocadas como norma, pontuar um marco teórico radicalizado em diferenças e nuances, tornar visível e importante a narrativa e a compreensão da consciência das pessoas marginalizadas por uma ordem que nega cidadania, dignidade e direitos básicos de vida, é o caminho construído pela organização, pautando a cidadania e a humanidade, antes negligenciadas para alguns grupos. Além do conhecimento ganhar vida e acesso a toda comunidade, aprendemos formas diferentes e distintas, de acordo com cada grupo, território e condição de gênero.

Invocar este deslocamento nos movimenta à descoberta de formas de interação e existência, não para manutenção e equilíbrio das forças opressoras, mas para a formatação de explicações e narrativas da realidade, dentro e fora da norma, questionando e pontuan-

do seu déficit e desigualdade. Uma prática teórica e crítica como intervenção, engajamento e contestação, buscando influenciar e alterar a forma como lemos e aprendemos o mundo em que vivemos.

Diante da leitura do momento sociopolítico, reconhecemos a necessidade de trazer à tona e fortalecer uma forma ampliada de fazer redução de danos, com seus princípios básicos da educação entre pares, respeito às singularidades, construção de autonomia e neste momento, endossar o pilar da territorialidade/ regionalidade, como central para pensar e fazer a redução de danos envolvida em sua cultura e vivência.

Ao longo da experiência conquistada, quer seja nos serviços públicos, nas organizações da sociedade civil ou nas ruas das cidades, bicos e vielas, percebemos que o território por vezes não se faz tão reconhecido e referendado como um dos eixos centrais para pensar os usos, interações e convivência com as substâncias, perdendo assim um lugar importante para o cuidado necessário, às pessoas e suas comunidades.

O lugar de conviver, trocar e interagir, vem se mostrando como um espaço/tempo importante e central para o desenvolvimento de práticas de cuidado, integração e estruturação, frente às complexas dinâmicas humanas com o uso de drogas. Neste contexto, entendemos que outras formas de cuidado são necessárias de vir a tona, o emergir do que inclui, agrega e articula novos métodos e objetivos, tornando presente a ampliação de novas estratégias de informar, prevenir, incidir e articular a construção de uma política sobre drogas que agregue o conhecimento do território, das pessoas, culturas e suas histórias de vida.

Com este cenário, podemos trazer qualidade, inovação, renovação e acessibilidade a mais pessoas e grupos, bem como tornar a transversalidade dos temas, uma prática no cuidar individual e coletivo. Sendo assim, podemos construir políticas públicas de inovação, como melhores estratégias de ação, ampliando os saberes e tornando as pessoas centrais no processo de pensar e construir a política de drogas em meio a proibição vigente.

Neste cenário, endossamos a prática de uma convivência com lugar e olhar empático, com promoção das responsabilizações, da empatia singular e coletiva, ultrapassando o caminho da punição e alcançando assim, outro lugar social, para uma melhor troca e aprendizado entre pares, construindo caminhos e pontes para uma melhor sociabilidade.

Uma análise dos processos pode demonstrar a lógica domesticada à nossa volta e como podemos modificá-la, produzindo novas realidades a partir da produção de subjetividades e espaços de confiança e acolhimento, assim como diz Spivak

(2010), em *Pode o Subalterno Falar?: "Devemos acolher toda recuperação de informação em áreas silenciadas"*

Em Pernambuco, conseguimos na última década, um maior envolvimento integrado entre poder público, sociedade civil e controle social, construindo um debate ampliado sobre redução de danos, contornando o policiamento e as forças de segurança, num outro patamar de inserção, incidência e olhar comunitário, através de atividades que envolvem o vínculo comunitário das pessoas residentes na construção de serviços específicos e de proteção à vida, propondo formas de mitigar os efeitos danosos que os excessos podem causar.

Viabilizamos a reflexão sobre a condição de vida das pessoas nas periferias, da população negra afetada cotidianamente com o racismo estrutural, no isolamento de diversos grupos populacionais, a realidade dos presídios do sistema penal e socioeducativo, bem como a vivência e necessidades de familiares, que são a linha de frente de um modelo encarcerador e violento, apresentados pelos determinantes sociais de gênero, raça e classe, que o modelo atual retroalimenta desigualdades, violações e maus tratos, e sobre essa espiral de dor e miséria.

No fazer diário da construção das políticas públicas, vislumbramos a potencialidade de iniciativas e ações, em que o policiamento possa ter um olhar a partir da redução de danos, com maior capacidade e interseção entre os sistemas, a exemplo do SUS e SUAS, para que estes tenham condições de atender às necessidades de segurança, das demandas da saúde, da assistência social e da inserção sócio produtiva, o que leva por consequência à proteção e desenvolvimento comunitário, garantindo integridade, justiça, sustentabilidade dos direitos coletivos e individuais.

Esta tarefa de mudança dos modelos de segurança em consonância às outras políticas, passam por uma maior interação e convivência entre todas as pessoas que fazem parte da sociedade, principalmente aquelas marginalizadas por esta, pois a mudança só acontecerá com integração e inovação, quer seja no cuidado, no acolhimento ou na proteção, unindo necessidades básicas e dignidade a toda sociedade.

Compreendemos que o conceito de redução de danos desenvolvido na legislação brasileira, se concretiza por um dos maiores marcos das políticas democráticas, através do Sistema Único de Saúde – SUS, que vem evoluindo sua capacidade de integrar as estratégias de promoção de saúde e de acesso a direitos, com o desafio contínuo em interseccionar políticas de garantia de direitos, aperfeiçoando tecnologias sociais capazes de intervir na prevenção comunitária que o sistema propõe, na incidência

contra a violência urbana e na construção de uma convivência cidadã, pautada numa nova forma de organização social.

Entendemos e pautamos a redução de danos com intervenções e práticas capazes de modificar e provocar mudanças nos ambientes de modo estrutural, combatendo o racismo e o sexismo. A partir de uma construção crítica do saber, com reconhecimento de histórias e rituais de vida. Em paralelo, as estratégias de redução de danos caminham em direção a transformações que provoquem benefícios coletivos e individuais, nos processos de cidadania e inserção sócio produtiva, na reconstrução de um marco civilizatório trazido das ruas, das encruzilhadas e dos espaços isolados da equidade e igualdade, muitas vezes, à margem da construção social e das políticas públicas.

Reconhecemos e promovemos a produção do bem comum a todas às pessoas através da contínua estratégia em internacionalizar a incidência por direitos, bem como trazer a tona conceitos, práticas e formas presentes e oriundas de nosso continente latino americano, das regiões marginalizadas e afastadas, o nosso território sendo caminho potencializador para mudança que queremos, unindo práticas, saberes e vivências das ruas, protagonistas do cuidar.

A prática de conviver, força motriz desta organização, é pautada num processo de construção dinâmica de trabalho, que busca atender, acolher e escutar, possibilitando que o desenvolvimento psicossocial aconteça no encontro, no cotidiano da vida e no receber a outra pessoa, não o outro "estranho".

Convivendo e aprendendo, seguimos com a relação humana e o vínculo como potencializadores de vida e de saúde, com permanência empática, lugar seguro e respeito às diferenças. Neste caminho, é de suma importância o espaço para a realidade dos corpos de homens e mulheres, cis ou trans, com seus corpos e dinâmicas únicas, junto a suas crianças e animais. Todos os seres que fazem parte da vida de alguém, são importantes e necessitam ser cuidados e acolhidos. A ampliação do olhar de acolhimento, vem trazendo mulheres e suas crias, que hoje fazem parte da convivência em um dia pré-determinado, podendo assim criar um novo cenário a crianças e adolescentes, antes entregues à evasão escolar, aos maus tratos e ao acaso das ruas. Instaura-se uma nova familiaridade, com novas perspectivas de vida, possibilitando olhares e aprendizados antes distantes ou não acessados.

Com esta perspectiva, a ELRD tem realizado suas atividades através do fortalecimento dos vínculos, inovação dos saberes e divulgação das práticas de redução de danos. Amparadas na construção nascida no território, na prática da convivência e na educação ativa entre pares, com pilar ético e contínuo em subsi-

diar a pesquisa, inter e multidisciplinar, com ênfase no trabalho da educação popular, nas intervenções que potencializam a incidência política por direitos, A ELRD torna visíveis e potentes grupos vulnerabilizados pelo atual modelo de política de drogas no Brasil implantado em todo continente latino.

No século XXI, com novos horizontes, decisões políticas e queda do proibicionismo, reconhecemos novos exemplos de posturas políticas que socializam o uso de algumas substâncias, por exemplo, a realidade do Uruguai, regulamenta a produção, venda e consumo de cannabis em 2013, já a Argentina, em 2017 autoriza o consumo da substância em medicamentos, com opção de plantar ou de comprar óleos de cannabis em farmácias, ou a realidade do México, com a decisão proferida pela Suprema Corte de Justiça do país, que agora permite o uso recreativo da cannabis por adultos. No Brasil, temos a decisão do STF, onde a tese da não criminalização foi aceita, porém ainda em início de tratativa, já que falamos de um processo recente, de 2024. Na decisão, não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância cannabis sativa.

A incidência e articulação política são uma das principais estratégias utilizadas pela ELRD, pois o ser e fazer política são base para a construção de uma sociedade democrática, em que o desenvolvimento do debate sobre o viver e o conviver com as diferenças possibilita vida com cidadania, acessibilidade e respeito. Os impactos das violações de direitos, no atual contexto de fragilidade da democracia, só podem ser minimizados e fragmentados com mudanças e posturas institucionais que engendram mudanças na forma de escutar, acolher e visualizar as demandas que surgem de todos os espaços, dando corpo e reconhecimento de humanidade, espaço, possibilidade de construção e mudança efetiva, não permitindo a paralisia ou apatia, mas sim a renovação, sempre necessária diante de todas as realidades em nossa volta.

Somos construídas desde sempre pelo processo democrático e reconhecemos a necessidade do controle social, quer seja para analisar, propor e incidir para o funcionamento e eficácia, quer seja para garantir a continuidade de todos os marcos constituídos, em que sempre que necessário, precisamos resgatar a soberania de nossas construções e decisões coletivas, quer sejam construídas em nosso país ou continente, ou quando somos signatários, entre eles: a Convenção de Viena, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Sempre importante destacar, a Declaração Universal dos

Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que, mesmo com toda contestação e tentativa de deslegitimação, são produtos do desenvolvimento e construção social coletiva.

Apenas com presença e construção popular de todas as pessoas que fazem parte da sociedade, poderemos alcançar o modelo no qual acreditamos, em que a mobilização social seja a influência base na mudança de culturas, hoje violadoras e amanhã reparadoras, fomentando novos caminhos comunitários e sociais.

Entre diversos tratados, documentos e diretrizes, destacamos o (Sumário Executivo - Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia, que versa sobre o campo da Segurança Pública, onde a redução de danos associada a práticas especializadas, com abordagem psicossocial, consegue alcançar resultados promissores, que perpassam pela segurança e justiça criminal, com destaque às experiências do Nordeste, nos estados da Bahia e Pernambuco, com o Programa Corra pro Abraço, na atuação nas audiências de custódia para redução do encarceramento na Bahia, bem como o Programa Atitude, com foco na proteção a pessoas ameaçadas de morte em quatro cidades de Pernambuco.

Neste processo, a culminância aparece na criação de políticas interseccionais, colocando em diálogo serviços de assistência, saúde e segurança para tratar da questão das drogas, bem como das pessoas envolvidas, promovendo novos olhares e construções políticas, antes distantes e colocadas no lugar da utopia.

Em suma, percebemos que a reformulação da política brasileira sobre drogas precisa vir acompanhada de uma rede psicossocial capaz de proporcionar alternativas ao ciclo penal e à violência sistêmica, promovidos regularmente pelo racismo e sexismo estrutural. Não há mudança sem interseccionalidade das políticas.

Precisamos fazer o novo com a presença das pessoas, em coletivo, em concordância com o que desejam para suas realidades. O fazer e o construir público só poderão ser reestruturados com participação em massa de todas as populações colocadas à margem. Sem essa presença, estaremos caminhando em círculos e com mudanças que por vezes alimentam ainda mais os quadros de distanciamento e desigualdades.

Com essa perspectiva, a ELRD desenvolve atividades que envolvem acolhimento, escuta, pesquisa, formação técnica, incidência política, intervenções junto às políticas públicas e integração com os movimentos sociais, caminhando na trincheira do possível e do fazer agora, na realidade que temos. Um caminhar peripatético (jeito Lancetti de ser), passeando e caminhando, indo ao encontro e transitando no entre, criando cenários com

às realidades possíveis, trazendo à tona a desconstrução da ideia manicomial e a surpresa como pedagogia, invertendo a ordem e o caminhar, pautados pelo saber mútuo, com conviventes, familiares e redes sociais.

Alcançando, nesses dois anos de existência, destaque na região nordeste e com intensa articulação no Brasil e na América Latina, através da publicação de livro *Limites da Correria*, da realização Seminário Internacional sobre os 30 anos da RD no Brasil e do desenvolvimento de pesquisas e cursos sobre iniciativas de redução de danos, com formação contínua de novos agentes em redução de danos, alinhamos corpo teórico vasto, referendado por diversos especialistas do campo da política de drogas, para que a partir do conhecimento, da troca de saberes e da incidência nos territórios, possamos ter mais corpo e espaço social como prática emancipadora e potencializadora de vínculos e superação de estigmas, modelos e gestões, criando uma forma integrada, vinda dos diversos espaços possíveis e impossíveis no campo do fazer política.

Aprendemos com Foucault sobre o lugar do discurso e sobre como ele constrói o sistema de dominação. Precisamos saber por que e pelo que estamos lutando, atentos ao exercício do discurso, para criarmos outras formas de fala e narrativas, de modo a não entrarmos no jogo perverso à nossa volta. Neste caminho, criamos acolhimento, vínculo e autonomia, sem precisar entrar no rótulo da classificação. Entendemos que a decolonialidade não pode ser reivindicada como um mero fetiche conceitual como nos lembra Bernadino e Grosfoguel (2016), já que esta deve incidir na produção de conhecimentos e narrativas a partir de localização geopolítica e através de corpos políticos de enunciação. Uma ação decolonial haverá, assim como na habilidade da ginga dos capoeiras, de encontrar saídas para as arapucas que obstruem nossas liberdades. Movimento, plasticidades e flexibilidade moldam nossa forma de fazer e existir, permitindo o ir e vir, o voltar e, como falamos em bom pernambucanês, “arru-diar”, que pode ser lida como dar a volta.

Nosso papel está em enfrentar o trauma colonial, não como um ato, mas com possível retorno, uma reivindicação de ser/estar em uma experiência anterior ao que houve em nosso continente, território e existência. Este lugar e olhar decolonial nos possibilita uma capacidade enraizada na resiliência e na transgressão que, mesmo diante da dor, da violência, da negação e da tentativa de mortificação, não será nosso guia de orientação, mas sim nossas vísceras, sentidos e memórias ancestrais. Enfrentamos o modelo que busca dominar nosso lugar de poder, ser e saber, invocando

e incorporando performances orientadas por um novo modelo, defendendo nossa forma e olhar, oriundo da pluralidade e da diversidade. Nossa pedagogia é perpassada pela esperança, se enraíza na potência, nos laços e vínculos, na autonomia, na autoestima, no direito às necessidades básicas de higiene, repouso e individualidade, inventamos e reinventamos caminhos éticos, estéticos e poéticos, remodelando sistemas.

Caminhamos pelo oriente da Pedagogia das Encruzilhadas, que perpassa e se reinventa pelos seres, pelos cacos desmantelados, pelo reposicionamento das memórias e pela justiça diante do trauma, diante de todas as violências produzidas pela colonização. Esse caminho é produzido pela educação, não a que está dada pela estrutura, mas enquanto fenômeno imbricado entre a vida, a arte e o conhecimento tácito, capaz de produzir respostas responsáveis que reinventam os seres e conseqüentemente o mundo. Escolhemos o ato de responsabilidade frente à vida, com toda sua forma de existência em diversidade, de acordo com o funcionamento da natureza. Temos como forma de organização a ênfase da experiência e potência do corpo como suporte, como base fundamental para a emergência e credibilização dos saberes, que podem transgredir a ordem posta pelo modelo racista colonizador, pautando assim um reposicionamento necessário de alteração.

Assim como fala Rufino, em Pedagogia das Encruzilhadas:

Para nós, que vivemos em um mundo que edificou regimes de verdade a partir da interdição e da descredibilização da diversidade, nos resta lançar nossos dilemas na encruza, rasurá-los e reinscrevê-los de forma cruzada. (RUFINO, 2019)

Vínculo como potencial criativo e curativo frente a processos de desigualdade, à falta de acesso, visando ao desenvolvimento psicossocial. A esperança como produção fundamental e indispensável, no fazer e refazer diários, em que as vozes e corpos oprimidos refaçam seu lugar de viver e existir, assim como nos ensinou Paulo Freire, em um projeto de sociedade onde caibam nossas diferenças, utopias e necessidades.

A liberdade como base da alegria, como proposta de prazer em viver, de ser e existir, podendo criar, recriar e cocriar o inimaginado, o necessário, porém ainda não executado em extensão. Assim, como outras iniciativas latino-americanas, as experiências vão contribuindo e sedimentando uma prática maior de desenvolvimento das estratégias e formas de viver, na medida em que também ameniza e reduz danos associados aos impactos da pobreza, do encarceramento em massa e do genocídio em curso.

Na caminhada de mais de três décadas da RD no Brasil, no caminhar contínuo e ininterrupto da construção da democracia, do conviver em liberdade, no fazer pontes de acesso aos direitos humanos, no reconhecer a história, no valorizar o presente. Estudamos, aprendemos e difundimos histórias, conceitos e práticas cotidianas do aprendizado entre pares, compreendendo que, onde houver pessoas que usam drogas em diálogo a presença, o cuidado, a organização e a redução de danos estarão presentes. E se esta informação for colocada à disposição, será referenciada a outros grupos, daí poderemos também atingir toda sociedade, tornando vivo o conceito e a prática, com outra forma de gerir, viver e pensar o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGUÉL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, v. 31, p. 15-24, 2016.*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 245 p.

LANCETTI, Antonio. *Clínica Peripatética* - São Paulo: Hucitec, 2006.

BESERRA, Fernando Rocha (organizador). *Redução de danos em contextos de festas* - Curitiba: 2021.

IDPC, *New Approaches on Harm Reduction With a Look at UN-GASS 2016 Conference Romm Paper, 59th Session of the Commission on Narcotic Drugs, 14-22 March, 2016.*

RIGONI, Rafaela; BREEKSEMA, Joost; WOODS, Sara. *Limites da Correria: redução de danos para pessoas que usam estimulantes!* Prefácio à tradução inglesa José Arturo Escobar; prefácio da edição inglesa Daniel Brombacher; tradução Bernardo Lisboa Carvalho e José Arturo Escobar - Recife, Escola Livre de Redução de Danos, 2019.

RODRIGUES Junior, Luiz Rufino; *Pedagogia das Encruzilhadas Periferia*, vol. 10, núm. 1, 2018, Janeiro-Junho, pp. 71-88 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Brasil

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas.* Rio de Janeiro:

Mórula Editorial, 2019. p. 10

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOLÓN, Pablo. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.

SUMÁRIO EXECUTIVO *Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada*. Disponível em <http://rafaelarigoni.com/pt-br/2019/10/08/harm-reduction-for-stimulants/>



✦ PRISCILLA GADELHA

MOREIRA

Diretora de Comunicação da Escola Livre de Redução de Danos, professora da Comunidade Libertas e Local trainer em Análise Bioenergética. Supervisora, psicóloga clínica, ativista da Renfa e da Lanpud.

GRUPO DE PAUSA CANÁBICA

como forma de cuidado

T-break com a Desprô

✦ MARIANA MAIA DE MEDEIROS,
✦ ALEXANDRE MONTEIRO DE SOUZA,
✦ FERNANDO GUZZO,
✦ BRUNO LOGAN AZEVEDO.

O tema das drogas enfrenta historicamente uma enérgica disputa de narrativas que se apresenta como uma questão muito cara ao campo da saúde mental. À vista disso, a Psicologia se implica em elaborar compreensões e intervenções possíveis, imprescindivelmente partindo do e retornando para o campo social. A Clínica Desproibicionista (Desprô) é um coletivo de profissionais da Psicologia que se encontram na articulação e no desejo de lutas como o antiproibicionismo, decolonialismo e práticas libertárias de cuidado. Por já se constituir enquanto grupo, a aposta no coletivo teceu a possibilidade de ofertar um serviço de saúde com esse tipo de configuração, tendo como objetivo a proposta de refletir sobre o uso e a relação com a maconha em um espaço seguro, capaz de promover elaborações acerca da produção de autonomia sobre o uso, seguindo a perspectiva ética, estética e política da redução de danos.

O “Grupo reflexivo *t-break* com a Desprô” surgiu a partir da parceria da Clínica com a empresa Bem Bolado Brasil, do ramo de vendas de produtos de tabacaria, e o tema já vinha sendo trabalhado em colaboração nas redes sociais de ambas as partes ao longo de alguns meses. O termo “t-break” é referente a “*tolerance break*”, que significa “pausa para tolerância”. Na prática, busca pausar por um determinado período de tempo o uso da maconha para alterar qualitativamente a tolerância ao THC, principal substância psicoativa presente nas plantas do gênero *Cannabis*. Pela exposição aos canabinoides, pode ocorrer uma diminuição dos efeitos derivados do consumo, levando ao aumento do uso para obter os mesmos efeitos. A pausa viabiliza o restabelecimento da tolerância e melhora da experiência.

Em “As Palavras e as Coisas”¹, M. Foucault explora a intersecção entre linguagem, poder e conhecimento, permitindo a extensão de suas reflexões para a redefinição de termos cotidianos, como o “*tolerance break*” na cultura da maconha. Adotando a perspectiva foucaultiana, propomos substituir esse conceito por “pausa canábica”. Foucault argumenta que a linguagem não apenas reflete, mas constitui ativamente nossa compreensão do mundo, fundamentando a necessidade de uma abordagem decolonial, mais consciente e contextualizada no território, alinhada à visão crítica e ética da Desprô. A expressão “pausa canábica” ressoa com as raízes latino-americanas, refletindo uma reconstrução conceitual que abraça a diversidade cultural e desafia normas, promovendo um cuidado inclusivo e localizado em relação ao uso da cannabis.

METODOLOGIA

Foram realizados quatro encontros ao longo de duas semanas, com duração de aproximadamente duas horas cada. Os encontros ocorreram nas segundas e sextas-feiras, de forma online e ao longo do período também foi mantido um grupo no WhatsApp, por onde eram enviados formulários de acompanhamento diário (questionários de seguimento), contendo perguntas sobre a qualidade do sono, recordação e relato de sonhos, exercícios físicos, experiência de sintomas adversos e de abstinência (dor de cabeça, irritabilidade, problemas de concentração, redução do apetite, mudanças de humor etc.), uso de outras substâncias, avaliação em escala do bem-estar físico e emocional e um espaço aberto para considerações e comentários. Para finalizar, ao grupo foi aplicado um questionário de integração e *feedback*.

[1] FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.

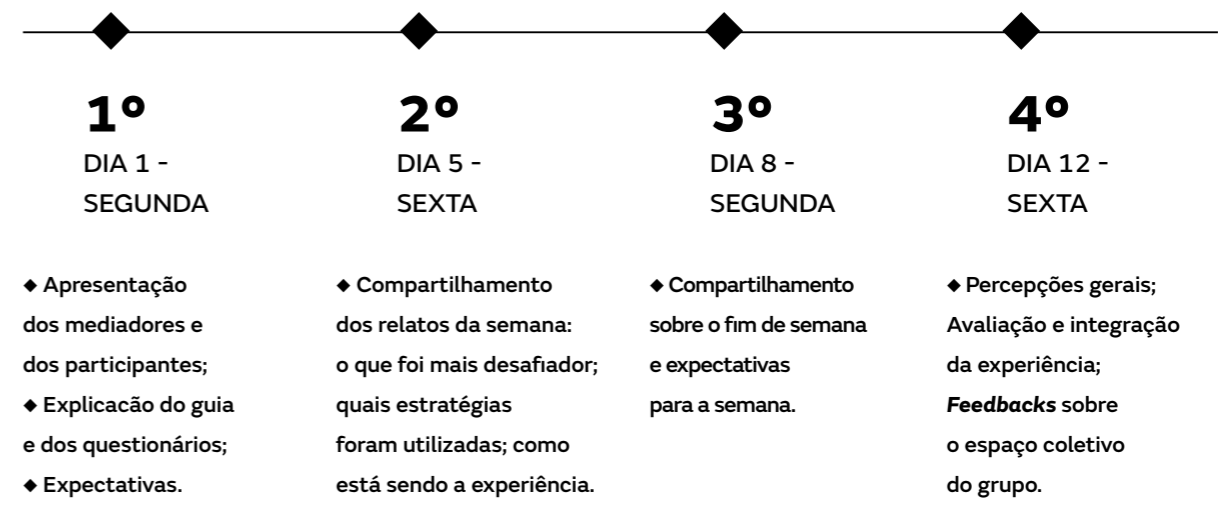


Imagem - Apresentação do formato dos encontros.

A divulgação do grupo foi realizada através de postagens nos perfis do Instagram da Desprô e da Bem Bolado e, para tal, foram utilizadas mídias digitais em formato de imagens e vídeos. As inscrições e os formulários para o acompanhamento diário foram disponibilizados na plataforma Formulários Google. O grupo contou com a participação de 20 (vinte) pessoas no total, variando a quantidade de participantes em cada encontro.

FORMATO E DINÂMICA DO GRUPO

Adotamos uma abordagem participativa e reflexiva, incentivando a livre expressão e o diálogo aberto entre os participantes. Os encontros foram estruturados para abordar temas específicos, como as produções subjetivas de um grupo, as implicações do uso na saúde e reflexões sobre culpa, as funções do uso no cotidiano, dentre outros temas trazidos pelos participantes.

Os participantes foram incentivados a explorar suas experiências em relação ao uso de substâncias, questionando a relação com o prazer e a necessidade de ampliar o repertório de atividades prazerosas.

Uma das questões centrais foi a desconstrução do estigma associado ao uso de substâncias em espaços de cuidado. Refletimos sobre como a resposta socialmente aceita pode influenciar a percepção de cuidado. A ideia de “se cuidar, não se restringe necessariamente se tratar” foi explorada, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais holística do autocuidado.

Ao longo dos quatro encontros, ficou evidente que o grupo não apenas oferecia *insights* sobre o uso da maconha, mas também funcionava como um espaço terapêutico. Os participantes com-

partilharam experiências, desafios, dúvidas, angústias e sucessos, construindo um ambiente de apoio mútuo e reflexão coletiva.

DISCUSSÃO

Compreender o uso de substâncias psicoativas na atualidade como uma questão de saúde pública e um fenômeno psicossocial multideterminado exige uma adequação de comunicação no campo da saúde. O contexto proibicionista do Brasil produz um efeito cascata que passa pela produção de estigmas e preconceitos resultando em processos de culpabilização, e esta, por sua vez, tem como consequência o aumento nas barreiras de acesso a serviços de saúde, o que inibe as demandas de tratamento e cuidado.

Uma das maiores apostas da Desprô é o trabalho pautado em uma comunicação antiproibicionista que se alinha com a ética de cuidado da Redução de Danos por atuar visando à produção de autonomia das pessoas em relação aos seus próprios processos. Nesse sentido, há uma rejeição das lógicas discursivas de retroalimentação da culpa, o que cria a possibilidade de pensar novas perspectivas para o cuidado de si, buscando o sentido do uso para cada pessoa e levando em consideração as vivências pessoais, os contextos sociais e os significados adquiridos por meio da cultura em relação às drogas.

Dentre as reflexões do grupo sobre a gestão do prazer e autocuidado, algumas falas se destacam, como:

“[...] vou ser sincero, desde o início não pensei em fazer uma pausa, pois atualmente estou passando por alguns problemas pessoais e a maconha é uma das minhas ‘válvulas de escape’”. (F., 39 anos / masculino - 1º encontro).

“[...] eu me senti culpado por não ter conseguido pausar o uso [...]”. (G., 40 anos / masculino - 3º encontro).

O participante F., de 39 anos, é profissional da saúde e atua no SUS, descreve seu uso de maconha como forma de autocuidado, buscou o grupo como um espaço de reflexão sobre o uso, mesmo sem ter intenção de parar. Em contrapartida, G., 40 anos, dá indícios de como o modelo vigente pautado no proibicionismo e no julgamento moral condiciona as respostas socialmente aceitas, o que limita as possibilidades de acolhimento no campo de álcool e outras drogas.

A parceria com a Bem Bolado estabeleceu um plano de fundo significativo para a construção do grupo, fundamentado

no saber prévio de que seria um espaço acolhedor e com uma lógica de cuidado não proibicionista e de baixa exigência. Ainda não superado o modelo manicomial que se reproduz no manejo do cuidado de usuários de drogas, comumente centralizado na lógica biomédica e/ou moralista, o modelo de baixa exigência propõe não apenas a abstinência como única forma de cuidado e medida de sucesso, com foco no sujeito e suas potencialidades, e não na droga.

“[...] Após iniciar o uso do óleo e estar aqui no grupo refletindo, descobri que não gosto de fumar, gosto do efeito.” (A., 29 anos / feminino - 1º encontro).

A. (29 anos / feminino), diagnosticada com autismo de espectro 2, relata que o uso de cannabis sempre ajudou a lidar com as questões mais sensíveis, como a exposição a barulhos. Recentemente iniciou o uso de óleo de cannabis *full spectrum*, entretanto, não abandonou o hábito de fumar, e o grupo reflexivo oportunizou que a participante ressignificasse a relação e suspendesse o uso nos dias da semana. Relatos de outros participantes também ressaltaram a importância de atribuir um sentido ao uso, a elaborar sobre o uso do efeito, seja para fins recreativos, produtivos, sociais, para relaxar ou outra possibilidade, mas tendo em vista não dar contorno ao uso somente pelo hábito, considerando as múltiplas relações que podem ser desenvolvidas com a maconha:

“[...] não vim no primeiro encontro, pois estava com receio por não ter feito a pausa, decidi tentar parar para estar aqui, não parei de vez o uso, mas comecei a perceber que estava usando por usar, porque não tinha nada legal para fazer, agora comecei a pensar, vou fumar pra quê?” (C., 19 anos / feminino - 2º encontro).

“[...] agora, escutando os outros participantes, sinto que temos sentimentos parecidos, mas percebi que cada um tem uma relação diferente com a maconha.” (M., 33 anos / masculino - 3º encontro).

Um dos efeitos mais importantes do grupo foi possibilitar que as reflexões sobre o uso ultrapassassem o estabelecimento de uma pausa canábica “sem furos”, pois a mediação dos profissionais de Psicologia e os próprios movimentos que emergiram do fluxo das trocas entre os participantes possibilitaram acolhimento e ponderações sobre cada caso individual que, refletidos no

coletivo, ganharam aberturas de possibilidades:

“Então, no início eu achei que deveria dar uma pausa radical, sem uso nenhum da maconha. Mas a cada encontro, fui me deparando com as dificuldades que eu mesmo vinha enfrentando e que os colaboradores ouvidos nas reuniões também traziam suas experiências. Eu abri o leque de informações acerca do devido uso e da finalidade de estar usando a maconha. Para mim, o uso era apenas recreativo, relaxante... Mas ouvi que se pode usar para diversas manifestações corporais e mentais. Tais como produtividade no trabalho, na leitura, na escrita. Eu particularmente não associava isso ao uso da maconha. Mas foi então que percebi que o produto/qualidade influencia. [...] Por isso, durante os encontros, assim posso chamar, eu fui ressignificando as sensações da maconha e pensando: para que vou usar, por que preciso dela?” (M., 33 anos / masculino, no questionário de Integração e *Feedback*).

Assim, o grupo reflexivo é um dispositivo capaz de tecer redes de informação, cuidado em saúde, trocas de experiências e acolhimento para vivências e relações singulares com o uso de cannabis. Ele se faz necessário na medida em que se considera de extrema relevância o protagonismo dos indivíduos no que diz respeito aos seus próprios processos, na proposta de atuação profissional de se colocar diante das demandas que chegam e pensar de forma não unilateral as possibilidades terapêuticas. Destacamos também a importância de existirem espaços de cuidado para além do modelo vigente, unicamente de abstinência.



✦ MARIANA MAIA E MEDEIROS
Redutora de danos, psicóloga, pesquisadora, mestranda em psicobiologia, membro e psicoterapeuta da Clínica Desproibicionista.



✦ ALEXANDRE MONTEIRO DE SOUZA
Psicólogo, Redutor de danos, criador do Dichavando a RD e psicoterapeuta na Clínica Desproibicionista.



✦ FERNANDO GUZZO
Psicólogo, redutor de danos, Especialista em Educação em Direitos Humanos e psicoterapeuta na Clínica Desproibicionista.



✦ BRUNO LOGAN AZEVEDO
Redutor de Danos, psicólogo, membro da REDUC, membro da Clínica Desproibicionista e apresentador do Canal RD com Logan.

MULHERIDADES DIV3RSAS: espaços protetivos e produção de conhecimentos emancipatórios

✦ LUCIANA TOGNI DE LIMA E SILVA SURJUS,
✦ JULIANA VICENTE DE FREITAS,
✦ HELENA APARECIDA FERREIRA,
✦ KATHARINA BASÍLIO ROSÁRIO,
✦ LORRAYNE MORAES JESUS

Este é um artigo escrito a muitas mãos e composto por corpas div3rsas, que se propõe a sistematizar e compartilhar os esforços na construção de um espaço acadêmico-comunitário de produção de conhecimentos e práticas emancipatórias, por meio de nossas vivências e reflexões. Somos mulheres, redutoras de danos e, ao mesmo tempo, diferentes em nossos contextos, histórias de vida, marcadores sociais, idade, raça, gênero, classe social, religião etc. Um dos laços que nos une é o compromisso de trabalhar, estudar e viver a Redução de Danos (RD), em nossas vidas individuais e coletivas. Somos membros do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Div3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista, que nasceu, em 2017, da consciência de responsabilidade social da Universidade Pública e da ética na construção coletiva de soluções para a vida contemporânea, politicamente se colocando ao lado e junto das pessoas mais espoliadas, aquelas com sofrimento estigmatizado e criminalizado.

Entendemos que a RD como conhecimento teórico-prático convocado por usuários de drogas e desenvolvido a partir de suas necessidades e de seu clamor de direito à vida e à saúde, pode se fazer política decolonial (SURJUS, PASSADOR, 2021), quando se contrapõe criticamente aos modelos globais proibicionistas e punitivistas de políticas sobre drogas, ampliando a participação e protagonismo da comunidade em seus projetos de vida e de cuidado, minimizando o estigma das pessoas que usam drogas e viabilizando o desenvolvimento de perspectivas futuras e ampliação das oportunidades de inserção produtiva, geralmente restrita ao mercado das drogas (SURJUS et al., 2021).

Para saber mais sobre o DiV3rso, acesse: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogru-po/1415367241242763; <https://linktr.ee/div3rsounifesp>; <https://www.youtube.com/@DiV3rso>; <https://www.instagram.com/div3rsounifesp/>

A polifonia e a vivacidade são da gênese da RD, uma pluralidade de sentidos sensíveis a diferentes realidades, pessoas, coletivos e suas relações com as drogas, em determinados contextos e tempos, das quais gostaríamos de destacar aquelas que mais têm nos feito sentido. A Associação Internacional de Redução de Danos, se refere a “políticas, programas e práticas que visam a reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo”, beneficiando assim as pessoas que usam drogas, suas famílias e a comunidade (IHRA, 2010).

Já numa marcada posição na América Latina, a Carta de Mangueiros, assinada por mais de 100 coletivos, apontou a necessidade de “uma Redução de Danos inserida num projeto despenalizador e emancipatório, em que experiências subjetivas e corporais não sejam objeto de ações repressivas e disciplinadoras”, podendo operar como “ferramenta de questionamento dos modelos de controle, implicando a afirmação e respeito à liberdade e autonomia das pessoas que usam drogas”. (FIOCRUZ, 2017). A Drug Policy Alliance define RD como “conjunto de ideias e intervenções que buscam reduzir os danos associados ao uso de drogas e a políticas de drogas racializadas e ineficazes”, evidenciando fortemente o “contraste” a abordagens punitivas, ao uso problemático de drogas, “baseada no reconhecimento da dignidade e humanidade das pessoas que usam drogas e buscando trazê-las para uma comunidade de cuidados a fim de minimizar as consequências negativas e promover a saúde e a inclusão social” (DPA, 2021, s/n, tradução nossa).

Acreditamos que a RD é construto teórico-prático, ético-metodológico e também território vivo, lugar! (SURJUS, 2019). Lugar esse onde os encontros podem efetivamente acontecer, favorecidos pela abertura e conexão entre pares, se expandindo na horizontalidade até que se sustente na diferença, sendo necessário para tanto, que se faça a partir de relações de respeito, confiança, vivências concretas de novas afetividades, na parceria entre comunidade, trabalhadores das diferentes políticas públicas sociais, universidade, produzindo cuidado mútuo.

Claro! Aqui está uma versão reduzida do texto com cinco palavras a menos:

Helena Ferreira conta: “O fato de sair de onde eu estava e vir pra Universidade já foi a redução maravilhosa. Estar na Universidade é incrível, é um lugar de progresso, do futuro, de pessoas bonitas, que podem até se drogar, mas estão ali firme e forte, porque têm um objetivo. O conhecimento que temos é uma troca, eu posso ensinar com minhas experiências e também aprender com as deles, às vezes

me vejo perto dessa menina toda e me sinto (risos), flutuando, porque tenho 59 anos, depois de tudo que já aconteceu na minha vida, é muito bom. Não tenho palavras para descrever.”

Temos apostado na educação e na educação em saúde como prática de liberdade (FREIRE, 1989), como transgressão à hegemonia da mercantilização da vida e da tradução das necessidades das pessoas em consumo de procedimentos, diagnósticos e medicamentos industrializados. Nossas formações têm promovido a articulação universidade-comunidade, re-distribuindo de modo mais equânime os recursos disponíveis, como, por exemplo, garantindo à comunidade o acesso a banheiros, água, sala de aula, internet, conhecimentos acadêmicos acumulados, bolsas-auxílio para que o exercício das atividades extensionistas lhes sejam sustentáveis.

Nas trocas, temos podido abrir a formação de graduação e pós-graduação aos saberes da comunidade, somos acolhidos em diferentes territórios, levados pelas suas mãos, e temos acompanhando a ocupação de cada vez mais espaços públicos, de saber, de poder, de tomada de decisão, sobretudo por quem precisa ter seus direitos defendidos e reivindicados. A universidade pública, como lugar de produção de conhecimento, precisa servir a quem está na base das estruturas sociais, ser socialmente orientada. A comunidade, que tem voz, desejo, sede de justiça, pode contribuir muito para a transgressão dos muros que separam a sociedade da academia. Para isso, é fundamental que a universidade esteja nas comunidades, mas que a comunidade também esteja na universidade.

Sobre isso, Lorryne Moraes diz: “Estar na universidade é se sentir vitoriosa por ter uma oportunidade de poder aprender tudo que as ruas e as drogas me tiraram, porque pra nós se tornava tudo mais difícil por ter o ensino médio incompleto e principalmente por ser uma mulher trans negra moradora de periferia. Graças à universidade, hoje tenho informações que nunca tive conhecimento. E fazer parte de um grande projeto que habita dentro da universidade é surreal pra mim.”

O Div3rso, além de um grupo acadêmico, é chamado de “família” pelas e pelos redutores de danos que o compõem, onde a diferença é celebrada, as pessoas são compreendidas sem julgamento, exatamente como são e como querem se apresentar, resultado do melhor que as condições e experiências puderam construir. Não há nas nossas representações a presunção de homogeneidade, nem de alguém falar em nome de ninguém. Há um compromisso com as pautas comuns, de responsabilidade coletiva: respeito às diversidades, defesa da vida e da liberdade, celebração de todas as existências e esforço na construção de um corpo coletivo para enfrentar desigualdades e qualquer forma de violência. E com o antiproibicionismo! Pela regulamentação de todas as drogas!

Não produzimos conhecimento “sobre” ninguém, mas reconhecemos o saber da experiência (BONDIA, 2002); mais que isso, reconhecemos a produção intelectual das pessoas que usam drogas e estão inseridas em contextos de extrema vulnerabilidade e privação, produção intelectual essa que pode se constituir como recurso para a atuação e como ponto de partida no encontro com a produção acadêmica acumulada e a construir.

Lorrayne Moraes conta: “A redução de danos vem me ajudando muito com os conhecimentos que estou podendo pôr em prática na minha vida e para o próximo. Práticas como ação de rua, onde posso fazer um trabalho lindo com pessoas que estão em um lugar que já estive um dia, então, posso entender bem mais suas necessidades, pois acho bem fácil você dar uma marmita e virar as costas e nem querer saber do dia da pessoa, sendo que o acolhimento é muito mais importante. E com esse acolhimento, com esse diálogo e com essas informações que vim reduzindo meus próprios danos, onde hoje não faço mais uso de química alguma, onde uso cannabis que também acho que me ajuda bastante com essa minha determinação.”

No DiV3rso, as pessoas são as protagonistas. Quais pessoas? As que usam drogas, em seus diversos usos, questões e atravessamentos, algumas delas como experiências avassaladoras e usos mais radicais (CASTRO, 2020). Em sua maioria negligenciadas, às margens, vulnerabilizadas (BARREIROS, 2023) por consequências nefastas que a sociedade proibicionista, racista, LGBTQIAPN+fóbica produz. No DiV3rso somos pessoas negras, brancas, indígenas, homens cis e trans, mulheres cis e trans, gays, lésbicas, bissexuais, intersexo, PCDs, de diversas crenças e religiões, que usam drogas, lícitas e ilícitas, na imensa maioria, pessoas muito machucadas.

Para Helena Ferreira: “Quando eu comecei a vir pro RD, eu tava numa situação muito, muito, muito vulnerável, sabe, de todas as formas né. Eu acho que a gente ficar sem um objetivo, sem uma expectativa de vida é muito triste. A Redução de Danos ultimamente ela faz parte de toda minha vida né, tudo que eu faço. Até mesmo na hora de se drogar. A Redução na minha vida, ela foi uma coisa incrível.”

Uma RD decolonial, para nós, requer ressignificar a noção de eu, nós, eles, refletir para estabelecer relações interpessoais, interseres e com os múltiplos territórios – corpos-território (GAGO, 2020), território-casa (GONÇALVES, SURJUS, 2023), rua, planeta –, de modo não extrativista, enfrentando efetivamente as práticas coloniais por meio da identificação dos mecanismos coloniais em operação, reconhecendo e nomeando as vulnerabilizações, e, mais que isso, dedicando tempo e abrindo espaços para que se evidenciem e então sejam traçados. A partir dos conhecimentos orgânicos produzidos, espera-se que possamos coletivamente de-

linear planos para enfrentá-los, transformando os fluxos de poder em esperança, reatando a fé em si, reafirmando quem se é, num ver-se vivo e em ação, gerando consequências para cada um e para o outro que também sofre e precisa de ajuda (MIRINDJU, 2019).

Mirindju (2019), nosso primeiro interlocutor com o povo Tupi-Guarani de Peruíbe-SP, nos ajuda a ampliar nossa compreensão:

(...) a colonização é baseada na ideia de perfeição cultural, construindo grandes porções denominadas impérios, reinos, tribos, que tinham como modo de sobrevivência a extração em grande quantidade do ambiente que moravam, ali abandonando o lugar, ou escravizando os povos, roubando novos conhecimentos, morando em seus espaços, diminuindo a população ali vivente com assassinatos e os que interessavam serviam de escravos. (Mirindju, 2019, p. 49)

No encontro genuíno com nossas diferenças, pudemos testemunhar um conjunto de constrangimentos em nome de uma abstrata recuperação. São cotidianos de ausência de políticas sociais básicas, sem condições dignas de sobrevivência, a impossibilidade de escolarização e o acesso aos serviços de saúde e assistência social tido como exposição a crescentes situações de punição: julgamentos, expressões de nojo, negativas de atenção, perda de direitos, encarceramento, ameaças e extermínio. Quase todos participantes tiveram passagens pelo sistema prisional; quase nenhuma das pessoas têm garantidos os direitos sociais básicos.

Na conformação de nosso coletivo, muitas existências podem ser lidas como desviantes, aquelas que historicamente têm sido excluídas e submetidas a diferentes mecanismos de opressão, exploração, tutela e governo das vidas, seja pela ordem social, jurídica ou médica, enquadradas por vezes sob o estigma da dependência química, numa recusa do reconhecimento dos processos de determinação social e estruturas de opressão. Existências as quais temos nomeado de contra hegemônicas por evidenciarem a um só tempo, a falácia da universalidade humana, como também movimentos de resistência e inventividade potencial na transformação da realidade (SURJUS, et al., 2023; GONÇALVES, SURJUS, 2023).

Esses movimentos nos exigem ainda recuperação de acúmulos teórico-prático-históricos como os de Claude Olievenstein (PARADA, OLIEVENSTEIN, 2005) que, no debate para o cuidado às pessoas com experiências de uso radical de drogas, nos propõe considerar necessariamente uma equação que prevê o encontro entre um produto, uma personalidade e um momento sociocultural, sob o risco dos equívocos que podemos cometer se em

nossas respostas avaliarmos as situações a partir de apenas um dos três parâmetros, tomando, por exemplo, os efeitos como causas.

Nos mais radicais movimentos de reforma psiquiátrica, faz sentido recuperar em Basaglia (2010) a dialética entre corpo orgânico e corpo social que expressaria, portanto, uma subjetividade individual contida numa subjetividade coletiva. Basaglia nos alerta que, por meio da opressão das sociedades capitalistas modernas, tal relação é expropriada e a complexidade humana reduzida a um corpo econômico, resultando em duas possibilidades de participação: ser explorado nas instituições de produção, incluído no sistema produtivo, ou ficar de fora, segregado em instituições de tutela e controle, numa objetificação operada por uma clínica da razão, asséptica e objetiva – a psiquiatria.

Também Frantz Fanon (SERAPIONI, 2019) desnudou o exercício da psiquiatria ao concluir que o ato terapêutico operava, na verdade, como uma aceitação silenciosa do sistema de desumanização sistematizada de povos colonizados, que, segundo ele, poderia alcançar no máximo reformismo e perfeccionismo técnico como oferta de cura e reinserção social, mas de fato submetia os internos a uma dupla condenação, como pacientes mentais e como colonizados, expropriados duplamente em seus direitos.

Adensando os movimentos de confronto às capturas coloniais, gostaríamos de resgatar as perspectivas feministas que também ousaram desafiar o pressuposto de universalidade da pessoa humana – masculina, hétero, branca, europeia –, agregando, entretanto, questões de gênero e diversidade, questionando os princípios organizativos da superioridade social, política e econômica dos homens sobre as mulheres. A partir de grandes ondas que demonstraram que a opressão sofrida pelas mulheres teria origem social e cultural e não biológica, foram promovidos avanços nas lutas pela igualdade de direitos, incluindo relações contratuais, escolha de companheiros, direitos políticos e o reconhecimento das diferentes mulheridades, confrontando subjugações de condutas e símbolos como conjugalidade e maternidade. Aspectos que sustentam até os dias atuais a violência como exercício do direito de correção.

Enfatizamos aqui que, assim como a RD é um conceito polissêmico, o feminismo também não é um movimento uníssono. Portanto, fazemos aqui o destaque de que nossas apostas têm sido feitas em feminismos que tenham como teoria e prática a emancipação de todas as mulheres, em perspectivas que interseccionem gênero, raça, classe, território, sexualidade e demais marcadores sociais da diferença, como acontece com o trans.

Quase o total das mulheres da comunidade que compõem o DiV3rso já foram estupidadas e sofreram também violências fí-

sicas, financeiras, psicológicas; as que são mães perderam a guarda de seus filhos, outras foram afastadas, de certo modo, não tiveram suporte para ser as mães que gostariam de ser.

Katharina Basílio compartilha: no dia da formação sobre mulheres e patriarcado, ficou evidente que nenhuma de nós é isenta da violência, seja qual for; mas com nossa diversidade e vivências, saberes são trocados e a dor que perpassa e nunca some é revelada. Com essa troca, sabemos que não estamos sozinhas e que esse saber nos dá força para lutar por elas em todos os cenários. A redução de danos, nesse caso, entra como forma de afeto e cuidado; a troca no coletivo leva a um acolhimento muitas vezes perdido por aquelas marcadas por violência. É um espaço de troca e luta que unifica e fortalece, pois é necessário esse ambiente acolhedor onde podemos dividir um pouco do fardo que nos marca e ter empatia pela situação do outro. O que observo, sendo estudante extensionista no DiV3rso, é o acolhimento presente nesse coletivo repleto de narrativas de violência, mas também de muito apoio e afeto que o grupo promove.

Veronica Gago nos lembra que a violência colonial e heteropatriarcal tomou os corpos das mulheres como territórios de conquista, extração e violência, numa dupla relação de subordinação, numa perversa combinação do trabalho produtivo e reprodutivo, sobre o que a autora nos apresenta o conceito-imagem corpo-território, que revela as batalhas que estão ocorrendo aqui e agora, numa composição de afetos, recursos e possibilidades. Para ela, e nós concordamos, é também impossível isolar o corpo individual do corpo coletivo (GAGO, 2020), ainda que as questões sejam sempre singulares, mas não individuais apenas.

Bell hooks (2019, 2020) resgata os caminhos ancestrais de autorrecuperação e libertação coletiva, tomados no campo da indissociabilidade entre sujeito individual e coletivo, descartando cosmovisões de contraposição entre “eu” e o “outro”. Convoca-se então a uma busca pela consciência das forças de opressão, criando resistência efetiva e recuperação de uma integridade coletiva assolada pelo silenciamento, pelo racismo sistemático e pela desumanização.

Dessa forma, temos nomeado as existências contra hegemônicas (SURJUS et al., 2021; GONÇALVES, SURJUS, 2023) que nos compõem como fonte de cura ancestral e coletiva, por meio da partilha de sabedorias preservadas apesar e a partir dessas violências, num processo de fortalecimento da identidade individual e coletiva, num movimento de cuidado e resistência, tecendo um cuidado ampliado e emancipatório, que tem sido nossa utopia e a nossa prática.

Acreditamos que todas as pessoas devam participar dos processos decisórios e por mais que tenhamos as hierarquias que também a universidade nos impõe, temos vivido a beleza de horizontalidades

nas relações interpessoais, intra e interinstitucionais, assumindo e dialogando em autocrítica quando inovações incorrem em reproduções que não gostaríamos de ainda repetir. Mas, diante de todos os desafios e tessituras, temos vivido o amor em ato, inequivocamente, o lugar e o fazer que queremos habitar. Nos baseamos em bell hooks (2021) para construir nossas concepções sobre o amor, não como um sentimento romantizado, mas como ação e construção coletiva. A autora afirma sobre a importância das amizades e das comunidades amorosas para promoção de autonomia e emancipação, ideia que converge com a Redução de Danos, que dá lugar e passagem para afetações que constroem os cotidianos.

Nesse sentido, fechamos com Lorryne, a nossa Lolo: “Gosto muito de ação de rua, onde posso fazer um pouco pelo próximo que se encontra na mesma situação que já vivi um dia, e escutar relatos que me dão forças pra continuar. Fora que é muito gratificante a troca de carinho e emoção que temos. Pra começo, uma grande vitória!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, G. B. O Acesso e a Vinculação da Clientela mais Vulnerada dos CAPS AD: mapeando fragilidades e fortalezas na sustentação do cuidado. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2023. Dissertação de Mestrado.

BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010. 336 p.

BONDÍA, J.L. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. *Revista Brasileira de Educação*: Jan/Fev/Mar/Abr, N. 19, 2002.

CASTRO, O. *Negro Drama. Mães, filhos e uso radical de drogas*. Curitiba: Appris, 2020.

FIOCRUZ. *Carta de Manguinhos: Um apelo global para proteger a redução de danos na América Latina*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/node/30351>

FREIRE, P. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante: 2020.

GONÇALVES, H. M.; SURJUS, L. T. L. S. *Sofrimento psíquico*

de pessoas em situação de rua: cotidiano de quem sofre e estratégias para o cuidado. Rio de Janeiro: Revisbrato, 2023.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir. A educação como prática da liberdade*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

IHRA. *O que é Redução de Danos? Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos*, Londres, Grã Bretanha, 2010. Disponível em: https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf

MIRINDJU, A. A. “A colonização e o encontro com a redução de danos”. In: Surjus, LTLS; Silva, PC. *Redução de Danos: Ampliação da vida e materialização de direitos*. Santos: unifesp, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/E-book-Reducao-Danos-versao-final.pdf>

PARADA, C.; OLIEVENSTEIN, C. *Como um anjo cannibal: drogas, adolescentes, sociedade*. São Paulo, Editora Loyola, 2006.

SERAPIONI, M. “Franco Basaglia: biografia de um revolucionário”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. vol.26, no.4, Rio de Janeiro, Out./Dec. 2019. Epub Nov 28, 2019.

SURJUS, L.T.L.S. “Fazendo da Universidade um Lugar de Redução de Danos”. In: SURJUS, L.T.L.S; SILVA, P.C. *Redução de Danos: Ampliação da vida e materialização de direitos*. Santos: Unifesp, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/E-book-Reducao-Danos-versao-final.pdf> “Esforços Decoloniais numa Formação em Redução de Danos”. In: SURJUS, L.T.L.S; PASSADOR, L.H. *Por uma Redução de Danos Decolonial*. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/ebook%2023082021%20\(1\)_compressed.pdf](https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/ebook%2023082021%20(1)_compressed.pdf)

SURJUS, L.T.L.S et al., 2023. “A repercussão da Política de Drogas sobre existências contra hegemônicas”. In: SURJUS, L.T.L.S. & DIAS, M.K. *Políticas e práticas de promoção de equidade: usos de drogas e enfrentamento de desigualdades*. Curitiba, PR: CRV, 2023.



✦ HELENA FERREIRA

Sou uma mulher negra, tenho 60 anos, meus cabelos são crespos na altura dos ombros. Sou ex-moradora de rua e sou redutora de danos, desde 2018. Faço parte do Grupo GAM (Gestão Autônoma da Medicação), do Jornal Vozes da Rua e do Grupo Diverso, da UNIFESP, campus Baixada Santista. Faço uso da cannabis e outras substâncias e gosto de aprender e ensinar com as minhas experiências sobre redução de danos. Gosto de participar das pesquisas dos profissionais e estudantes, é uma forma de expandir meus conhecimentos.



✦ LUCIANA T.L. SILVA SURJUS

Docente e Pesquisadora do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista; Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Diverso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos; Coordenadora do Centro Regional de Formação em Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos (CRF); Vice-coordenadora do PharMacon: Observatório do uso de medicamentos, maconha e outras drogas; Vice-coordenadora do Observatório Internacional das Práticas de Gestão Autônoma da Medicação. Compõe a equipe da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas do Ministério da Saúde. Foi Diretora de Saúde do Município de Jundiá-SP, Coordenadora de Saúde Mental no Processo de Desinstitucionalização de Sorocaba-SP. Foi consultora da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. Atualmente compõe a Comissão Estadual de São Paulo e a Comissão Municipal de Santos para regulamentação do fornecimento de produtos a base de maconha no SUS, e tem se dedicado a pesquisar metodologias emancipatórias de cuidado e a regulamentação do uso não médico da maconha, com ênfase nos processos de promoção da equidade e reparação social.



✦ LORRAYNE MORAES

Moradora da Periferia bom gosto de ajudar as pessoas fazendo redução de danos foi assim que aprendi a reduzir os danos da minha vida trabalhar com redução de danos é muito importante porque com a redução de danos Conseguimos ver o que realmente está afetando aquela pessoa o que está levando ela a usar drogas assim acontecia comigo todo mundo me apontava me olhava com desprezo e com preconceitos mas aí conheci a redução pelo grupo de ver é um grupo de pesquisa extensão e é ali que se mantém até hoje forte e disposta a ajudar fora o trabalho que fazemos lá que é um campo de apoio onde podemos conversar e fazer cuidados um com os outros. Amo o que eu faço <3



✦ JULIANA VICENTE DE FREITAS

Psicóloga, redutora de danos, especialista em dependência química e mestre em Ciências da Saúde pela UNIFESP, campus Baixada Santista. Mulher cis, negra e bissexual. Foi conselheira no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo pelo CRP-SP. Foi militante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e membra do grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Diverso: Redução de Danos, Saúde Mental e Direitos Humanos, da Unifesp, campus Baixada Santista, como redutora de danos e supervisora. Pesquisadora em gênero, raça, classe e redução de danos pela perspectiva da interseccionalidade. Atualmente é especialista em direitos humanos e relações étnico-raciais no Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário



KATHARINA BASÍLIO DO ROSÁRIO

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como extensionista no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Diverso como comunicadora, redutora de danos e atualmente no cargo de apoio a gestão. Membro do Coletivo LGBTQIA+ Brenda Lee no qual organiza e escreve postagens para o Instagram. Estagiária na equipe centro do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) na Secretaria de Saúde de Santos.

BRENDA LEE E O APAGAMENTO TRANS E TRAVESTI: o silêncio como instrumento de anulação epistêmica

✦ JULIA PEREIRA BUENO

Te convido aqui a refletir comigo sobre as provocações que me atravessam no campo do debate sobre as políticas de redução de danos e também os ruídos que os corpos trans e travestis (como o meu) provocam na sociedade, afinal esse corpo aqui que escreve, além de travesti e usuária de drogas, também é psicóloga e redutora de danos e essas coisas têm se articulado na minha vida. Serão apresentadas aqui discussões e pensamentos produzidos por pensadoras travestis, assim como pensadoras negras, para elaborar uma visão transfeminista e interseccional sobre gênero. Proponho uma reflexão crítica e situada sobre a existência dos corpos trans e travestis dentro do debate sobre redução de danos e a epidemia de HIV/AIDS.

Pensadoras feministas negras, como Lélia Gonzalez (1982) trazem nos seus estudos a compreensão de uma intersecção de uma gama de opressões, que articulam gênero, raça e classe como essenciais para a compreensão das experiências das mulheres negras. Através dessas epistemologias, trago a potência das escritas

das travestis que também são constantemente vistas e tratadas como abjetas, não por questões ligadas à raça, mas por questões que impõem sobre o corpo trans a desumanização do gênero. A escrita dessas experiências também têm desvendado e produzido potências epistemológicas de libertação.

A partir de uma epistemologia negra e trans se torna necessário dizer que essa investigação se centra na perspectiva de justiça epistêmica, pois as travestis configuram um grupo social vulnerabilizado, que foi abandonado durante a epidemia de HIV/AIDS, com o agravante do contexto da ditadura militar, e assim tiveram que desenvolver estratégias entre si para que pudessem resistir a todo momento. As próprias travestis tiveram que reduzir os riscos e os danos do que era ser uma travesti nos seus territórios. Proponho fazer uma reflexão crítica de como se deu a construção da redução de danos no Brasil, levando em consideração a existência do protagonismo das travestis e pessoas trans.

Segundo Jesus (2013), a população transgênero, (composta por travestis e pessoas transexuais) é historicamente estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

Ainda segundo a autora, o dia a dia das pessoas trans e travesti é marcado por preconceito, a autora os separa em três eixos:

1. *Desatendimento de direitos fundamentais, como, por exemplo, as diferentes organizações que não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e o fato de não conseguirem adequar seus registros civis na Justiça.*
2. *Exclusão estrutural, que é o acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros.*
3. *Violências variadas, desde ameaça de violência física a homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia”.*

No Brasil, segundo Cavalcanti e colaboradores, os anos 1980 foram marcados pela construção da democracia. O estabelecimento da democracia envolveu a garantia de direitos fundamentais a populações excluídas e marginalizadas dentro do processo colonizatório e a composição de grandes sistemas

públicos marcam a redemocratização no país, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Concomitantemente, garantias legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marcam a sinalização da redemocratização e da “abertura” política e social. No momento em que tais composições eram planejadas e efetivadas em todo o país, o lugar das travestilidades é algo que interessa observar.

Em 1 de março de 1987, como relatado por Cavalcanti e colaboradores, a Folha de São Paulo publicou uma nota apondo a existência de uma operação da polícia planejada diretamente para travestis (Figura):



Em pleno processo de redemocratização, os discursos sobre combater a AIDS começam a legitimar uma série de violações de direitos. A mídia, principalmente, passa a acompanhar os casos e dar um foco exclusivo à comunidade LGBTQIAPN+ colocando esta população como os “principais portadores e transmissores do vírus”, invisibilizando a contaminação entre a população hetero e cisgênera (BARATA, 2006).

Nesse momento, o SUS ia se compondo como projeto de saúde pública e era convocado já em seu princípio a responder à epidemia da AIDS (CAVALCANTI, 2018). Outros setores da sociedade também foram chamados a responder, a exemplo a polícia, como aponta a matéria da Folha de São Paulo sobre a operação Tarântula. Através de um debate sobre a epidemiologia, o atual Código Penal Brasileiro (promulgado em 1940) ganha uma nova funcionalidade a partir do Artigo 130 que cita:

Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de

que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (Decreto-Lei Nº 2.848, 1940).

As travestis passaram então a ser abordadas pela polícia, só por serem travestis, e as que eram detidas durante a operação Tarântula respondiam a processos por crime de contágio venéreo (CAVALCANTI, 2018). Não à toa, a matéria da operação tarântula citava rapidamente a possibilidade de testagem compulsória das pessoas detidas para averiguação, fato que Márcio Cruz, delegado-chefe do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran) e entrevistado na matéria, negou acontecer. A naturalidade que se criou na associação de travestis à AIDS e conseqüentemente, o enquadramento no artigo 130 do Código Penal, evidencia como o imaginário dessa década foi contaminado com a ideia de uma “epidemia gay”.

BRENDA LEE E O PALÁCIO DAS PRINCESAS

Aqui te convido a mergulhar em memórias quase perdidas na história da Redução de Danos e no debate do que é hoje a política pública que é a presença da Anja da Guarda das travestis, como ficou conhecida, Brenda Lee, a travesti que revolucionou a política voltada para pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Na contramão da epidemia da AIDS e da operação Tarântula, surge uma travesti que ficou conhecida como Anja da Guarda das Travestis. Dering e colaboradores contam em seu texto “BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil” (DERING, 2021) que Caetana, mais conhecida como Brenda Lee, cresceu na divisa entre Ceará e Pernambuco, em uma família tradicional da zona rural. Mudou-se para o Rio de Janeiro, por volta dos 14 anos, com sua mãe e irmãos até que, na adolescência, por conta da família conservadora, foi para São Paulo viver sua vida longe da família, por causa do preconceito. Brenda Lee tentou trabalhar no mercado formal de trabalho, porém nunca conseguiu acessar oportunidades relevantes em função da transfobia, até que sua relação com a transição de gênero se tornou insustentável e, com a falta de oportunidades, foi trabalhar com a prostituição.

Como Dering e colaboradores descrevem, ainda que enfrentando a discriminação da época, Brenda Lee adquiriu comércios e veículos como patrimônio, até o momento que conseguiu abrir uma pensão para acolher travestis. Com a epidemia da

AIDS, em 1984, Brenda Lee passou a abrir sua casa para acolher travestis vítimas da AIDS; nesse momento, Brenda se colocou na linha de frente do combate à epidemia da AIDS, então nasceu o Palácio das Princesas.

Os autores citam que houve um massacre da polícia militar (Operação Tarântula) no qual cerca de 5 travestis que moravam com Brenda Lee foram alvejadas. É nesse momento que a mídia a procura e então ela sai em defesa das travestis e escancara a condição de vulnerabilidade à qual estavam sujeitas mediante a Polícia Militar, a AIDS e a falta de políticas que cuidassem dessa população.

Esse massacre atraiu a atenção da mídia para a investigação do atentado, que passou a escutar Brenda Lee, ao passo que ela se posicionou em defesa da sua comunidade. Em uma audiência de imprensa, uma jornalista perguntou para Brenda o que ela faria se aparecesse na casa dela uma travesti com a AIDS. Brenda respondeu prontamente que acolheria da mesma forma e seria tudo dividido de maneira igualitária, acrescentando um chamado, afirmando que se alguma travesti com AIDS a estivesse ouvindo, poderia procurar seu abrigo, pois seria cuidada sem discriminação alguma.

Importante lembrar que na época não havia tanta informação sobre a AIDS, era o princípio da epidemia (DERING, 2021) e mesmo com pouco ou nulo conhecimento sobre a doença, Brenda se mostrou inclusiva e aberta, ensinando que uma doença tão séria se enfrenta com o combate à discriminação e ao preconceito.

Foi nesse panorama de conflitos e convergências que uma assistente do ministério da saúde, pesquisadora da Secretaria da Saúde, que assistira à entrevista, entrou em contato com Brenda Lee, informando que no hospital Emílio Ribas, onde se cuidava de pessoas que vivem com HIV, havia uma travesti que não tinha lugar para residir, e perguntou se Brenda Lee poderia acolhê-la. Foi por meio desse pedido, prontamente atendido por Brenda Lee, que ela recebeu um convite, por parte da assistente, para um debate que estava sendo realizado no Centro de Saúde, com informações sobre como se prevenir da doença (CAMARGO, 1994).

Nesse convite para o debate, estiveram presentes grupos de representantes de diversas classes profissionais, entre elas delegados, hemofílicos, pacientes com AIDS, assistentes sociais, religiosos, dentre outros. As discussões foram bem polarizadas, segundo relatos da época, o que fez com que Brenda compreendesse e debatesse que: “[...] quando se fala de travesti, para a sociedade traduz três palavras: marginalização, periculosidade e revolta [...]” (CAMARGO, 1994), contudo, pouca compreensão e atenção. Até hoje podemos ver que essa realidade ainda se rasga

diante dos corpos trans e travestis desse país.

Brenda tomou seu lugar de fala e trouxe saberes fundamentais para orientar aos presentes a partir da vivência de uma travesti de prostituição: “Existe uma classe de nós que chamamos de travesti social, é a da prostituição, é aquela, é... que não recebe o apoio da família, do governo, da educação, do trabalho, é uma pessoa discriminada por toda a sociedade enfim”. (CAMARGO, 1994).

A fala de Brenda dialoga com a proposta e os princípios que balizam a Redução de Danos, o cuidado entre pares. Embora as pesquisas oficiais apontem que a Redução de Danos no Brasil tem suas raízes no porto de Santos, com as trocas das seringas, vemos aqui o legado que Brenda Lee deixou numa época em que se sabia pouco sobre a AIDS e muito menos sobre as travestis, tanto que as pesquisas sobre pessoas trans confundiam transexualidade com o que é a prostituição e a marginalidade. Sua história tem que ser contada como parte desse momento de estabelecimento da RD no Brasil, valorizando sua atuação como uma provedora de acolhimento e cuidado, e não como um alvo passivo de políticas públicas. Ela é um nome a ser destacado.

RD CONTEXTO

A Redução de Danos é uma estratégia de cuidado baseada nos Direitos Humanos. No campo do cuidado e atenção ao abuso de álcool e outras drogas, a Redução de Danos é um modelo que não exige abstinência para o cuidado. Apesar da Redução de Danos ter outras origens no mundo, quando falamos do Brasil, ela de fato se ampliou durante a epidemia de HIV/AIDS, no fim da década de 1980 e início de 1990, e foi implementada no SUS como prática de saúde pública.

Em 1989, no Porto de Santos, em São Paulo, é replicada uma estratégia de Redução de Danos que visava à troca de seringas para que usuários de drogas injetáveis evitassem o compartilhamento das mesmas (ELIAS, BASTOS, 2010; PASSOS, SOUZA, 2011; SANTOS, MIRANDA, 2016). Essa estratégia reduziu consideravelmente a contaminação de HIV entre usuários de drogas injetáveis e aproximou o debate de saúde e cuidado entre populações marginalizadas expostas ao vírus do HIV.

Assim a Redução de Danos, cresceu na encruzilhada do debate público sobre a redemocratização do país e dos princípios do SUS, que têm como base a universalidade do acesso aos serviços de saúde, a integralidade da assistência, a equidade, a preservação da autonomia das pessoas e o direito à informação (BRASIL, 1990).

A Redução de Danos também carrega em si os princípios

da diversidade, tolerância e o respeito à liberdade de escolha (VIANA, 2022), já que ela se encontra nessa encruzilhada/esquina onde estão as travestis, as drogas, as prostitutas, as pessoas em situação de vulnerabilidade social. É daí que ela vai beber e construir todo seu conhecimento e saber epistêmico.

A autora também cita que um dos princípios da Redução de Danos é a autonomia e o cuidado entre pares, pois compreende-se que o próprio sujeito possui as estratégias necessárias de cuidado. Isso fez com que o movimento da Redução de Danos no Brasil trouxesse as travestis que se prostituem, a população de rua, as prostitutas no geral, para a execução e reflexão do trabalho e para o debate sobre a Redução de Danos, na estratégia de colocar o usuário como protagonista, proporcionando uma virada importante nas estratégias de cuidado e construção de um Sistema Único de Saúde. E é essa virada também que quero fazer com minha escrita nesse texto e mais uma vez destaco: as travestis não foram apenas o alvo dessas políticas, elas também foram construtoras, os saberes dessas pessoas serviram de tecnologia social para a construção de ações eficazes de Redução de Danos, que se tornaram princípios e fundamentos da área.

A Redução de Danos é um instrumento que está ligado à antropologia e a retomar questionamentos centrais em torno da vida e da história dos indivíduos que fazem uso de drogas e vulneráveis a IST/AIDS. (VIANNA, 2022). Quando pensamos na população trans e travesti, essa questão se torna ainda mais central, afinal a transfobia é um agravante no ciclo de violência que pessoas trans e travestis enfrentam até mesmo dentro do cenário do uso de drogas e vulnerabilidade à prevenção de ISTs, afinal, além dessas barreiras também enfrentarão outras ligadas à transfobia.

CISLÊNCIA & TRANSEPISTEMICÍDIO

Houve um pioneirismo de Brenda Lee no enfrentamento da epidemia da AIDS bem antes das ações de troca de seringas, mas ainda assim não conhecemos ou ouvimos falar da história de Brenda Lee dentro do debate sobre o avanço ao combate da epidemia do HIV/AIDS. Geralmente a narrativa oficial é a que coloca as travestis como alvo dessas políticas, alvo da salvação pela sociedade civil. E ainda assim, em 1984, o Palácio das Princesas já era um exemplo de política de atenção e cuidado às travestis que viviam com HIV.

Oliveira vai explicitar que o silêncio é um transmissor da nossa evasão dos espaços, e que nossa expulsão se dá também pela negação da nossa existência (OLIVEIRA, 2023). Ela demonstra que não estamos citadas nas atividades educacionais,

nem nas políticas públicas, não estamos nos livros didáticos e que quando adentramos a universidade, esse silêncio sobre nossa existência segue sendo perpetuado também dentro da construção da ciência.

A presença desse silêncio é o que denuncia a anulação de nossa existência nesses espaços. Ainda segundo Oliveira, esse silêncio produzido na educação relacionado a pessoas negras e pessoas trans (sejam brancas ou negras) está ligado ao fato da criação do sujeito epistemológico: nomear a negritude e a transgeneridade de sujeitos traz a criação de um sujeito epistêmico. A autora diz que por conta da criação do sujeito epistêmico, ocorre também um assujeitamento que produz violências contra essas populações que são nomeadas, que se tornam esse sujeito epistêmico. A autora escancara a importância de se nomear a cisgeneridade e a branquitude dentro dos estudos, como forma de virar esse sujeito epistêmico, tornar aquele que é a norma analítica como também passível de análise.

A cisgeneridade pode ser resumida como a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas (SIMAKAWA, 2015). A construção do conceito de cisgeneridade é, em si, parte do exercício de nomeação que vai quebrar a cisgeneridade como a norma analítica.

Já a branquitude, segundo Schucman, é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade não é nomeada, se manifestando através do silêncio e da negação. Inclusive, vai definir que a branquitude se manifesta nos privilégios sociais, de modo que o ponto de vista das pessoas brancas é visto como norma, aquele que é universal e por isso mais legítimo (SCHUCMAN, 2023).

Tanto Oliveira como York trazem que uma das formas de assujeitamento contra pessoas trans e travestis na ciência é o transepistemicídio, ou seja, o apagamento dos saberes e conhecimentos da população trans e travesti. As autoras colocam que as pesquisas e estudos sobre os corpos trans e travestis colocam as nossas vivências no lugar da marginalidade, dando maior enfoque à vulnerabilidade e tornando a sujeita trans destituída de voz e conhecimento (YORK, 2020; OLIVEIRA, 2023).

Somado a isso, Oliveira destaca duas formas com que o silêncio se operacionaliza, reforçando e atualizando a transfobia e o racismo. Um é o silêncio sobre a cisgeneridade e a branquitude, que atuam para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade – e de objetividade nas ciências – e a segunda é a negação da existência plena de

travestis e mulheres transexuais, que provoca a invisibilidade e a sub-representação delas no espaço acadêmico. Esses mecanismos servem para manter as pessoas trans e travestis subalternizadas como sujeitos destituídos de conhecimento e alvo da iluminação do pesquisador homem&branco&cis e de sua ciência normativa.

É importante nesse momento entender como o transepistemicídio fez com que o conhecimento que pertence às travestis e às ruas fosse alienado do seu lugar/local e do corpo que o produziu. Demétrio e Bensusan vão debater sobre direitos epistêmicos. Para os autores, o saber epistêmico é o conhecimento produzido em um determinado lugar por um determinado grupo de humanos ou não humanos, pois até mesmo os lugares e paisagens emitem seus saberes criados com o tempo. Eles afirmam ainda que o saber e o conhecimento só são possíveis em um lugar através das pessoas que vivenciam e pensam sobre a realidade que ali se constrói. Com isso eu quero dizer que o saber de Brenda Lee só foi possível de ser construído a partir de quem Brenda Lee era, travesti, prostituta e Anja da Guarda das Travestis, e também do território que habitava. Só a partir de todas as experiências que atravessaram o seu corpo foi possível se pensar e construir o Palácio das Princesas.

Quando vamos falar sobre a população trans e travesti, dificilmente as vemos no lugar de produtoras de conhecimento, isso se manifesta no fato da gente não saber nada ou quase nada sobre a história da Brenda Lee na área de Redução de Danos. Historicamente e socialmente, o corpo trans e travesti não é considerado capaz de exercício epistêmico e, segundo Demétrio e Bensusan, tampouco de se configurar enquanto uma autoridade epistêmica ou potência inteligível, afinal são percebidas como outra possibilidade de gênero que é diferente da cisheteronormatividade, daquilo que é historicamente construído como normalidade/norma. Ou seja, são vistas como sujeitos inferiores, que devem ser nomeados (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Por conta de serem vistas como distanciadas do modelo binário (que é centrada na dualidade mulher-vagina e homem-pênis, conhecido pelo modelo chamado de dimorfismo sexual), essas identidades trans foram isoladas socialmente através do estigma de uma identidade sociomoral (consideradas exóticas, anormais, monstruosas), marcadas também por violências, violações e extrema vulnerabilidade social, além do silenciamento epistêmico.

O que justifica isso, segundo os autores, é a legitimidade epistêmica acerca das transidentidades e travestilidades, em especial, nos campos de conhecimentos marcados pela colonialidade do ser, do saber e do poder, a exemplo da Medicina e

do Direito, assim como da Religião, que estiveram atrelados à uma noção patopsicomoralizante sobre essas existências, que se manifestou na nomeação da transexualidade como uma doença mental até a segunda década do século 21 (BENTO; PELÚCIO, 2012), e, portanto, de subjugação e desqualificação das epistemologias trans. Os autores evidenciam que essa violência epistêmica rouba de nós, as travestis, até o conhecimento sobre nós mesmas e sobre nossos gêneros.

Demétrio e Bensusan vão dizer que há uma instrumentalização da violência epistêmica que a academia produz ao retirar essa noção do local geográfico em que o saber é produzido. Em nome de se selecionar qual epistemologia é digna na ciência, se diminuem ou se anulam outras epistemologias. Para os cientistas terem razão, Brenda Lee precisa ter seu conhecimento diminuído, sua epistemologia é inferiorizada e só será válida se um pesquisador a escrever e publicá-la, do contrário, o que Brenda Lee sabe não pode ser considerado como válido (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019)

Assim, podemos compreender outras camadas da transformação que se encontram em uma estrutura social, que se manifestam e se replicam através do silêncio e do trans epistemicídio. Falar sobre o saber das travestis e tornar Brenda Lee uma figura importante a ser nomeada no que fazemos hoje é fundamental, é uma postura ética e uma virada no olhar da forma que fazemos fundamental para a progressão e continuidade de uma política pública que nasceu das estratégias e articulações populares e só depois foram ser conhecidas nas cadeiras das universidades desse país. O Brasil é referência mundial na política de HIV/AIDS e esse saber foi possível porque corpos e saberes das travestis estiveram presentes nessa construção desde a base. Viva a memória de Brenda Lee, nossa ancestral que tornou o presente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENTO, B., PELÚCIO, L. (2012). *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Revista Estudos Feministas, 20(2), 569–581. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>
- BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. [online] Brasília (DF), 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

- CAMARGO, A. M. F. de. *História de vida: a AIDS e a sociedade contemporânea*. 1991. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/37985>
- CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G.. “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. Psicol. cienc. prof., 2018 38(spe2), p. 175–191, 2018.
- DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. “O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos”. *Revista do CEAM*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 110–124, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3338716. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>.
- DERING, R. de O.; JUBÉ, C. L. de A. D. R.; JANUÁRIO, B. S. de F. “BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre As Américas*, 15(1), 2021, 128–142.
- ELIAS L. de A., BASTOS F. I. “Saúde pública, redução de danos e a prevenção das infecções de transmissão sexual e sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil”. *Cienc Saude Colet.* [periódico online] 2011; [citado 15 abr. 2022]; 16(12): 4721- 30. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300021>
- FAVERO, S. “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>.
- MERHY E.E., FEUERWERKER L.M.C. “Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea”. In: MANDARINO A.C.S., GOMBERG E. (Orgs.). *Leituras de novas tecnologias e saúde*. São Cristóvão: Editora UFS; 2009.
- OLIVEIRA, M. R. G. de. (2023). *A cobaia agora é você! Cis-generidade branca, como conceito e categoria de análise*,

nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. Caderno Espaço Feminino, 36(1), 157–178. <https://doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-9>

PASSOS E.H., SOUZA T.P. “Redução de danos e saúde pública: Construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. Psicol e Soc. [periódico online] 2011; [citado 15 abr. 2022]; 23(1): 154-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>

PETUCO, D.R. da S. “Educação popular em saúde e o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas”. In: Instituto PAPAI, editor. Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. Série Home. Recife; 2011. p. 22-40.

SANTOS V.B., MIRANDA M. “Projetos/Programas de Redução de Danos no Brasil: Uma revisão de Literatura”. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. [periódico online] 2016; [citado 15 abr. 2022]; 5(1): 106-18. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i1.841>

SCHUCMAN, L. V.. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2012. <https://doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>. Acesso em: 2023-10-12.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. “Manifestações textuais (in)submissas travesti”. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. Rev. Estud. Fem., 2020 28(3), p. e75614, 2020.



✦ JULIA BUENO

Julia Bueno (ela/dela)* é formada em psicologia pelas Faculdades Integradas de Guarulhos-SP, especialista em psicologia política pela USP, mestra em psicologia pela UFPE, doutoranda em Psicologia também na UFPE e pesquisadora no GEMA (Grupo de estudos de gênero e masculinidades). Também é redutora de danos, psicóloga clínica, poeta e escritora do livro de poesias Amor&Revolta.

REALIZAÇÃO



**PLATAFORMA BRASILEIRA
DE POLÍTICA DE DROGAS**

APOIO FINANCEIRO



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

 **OAK**
FOUNDATION